

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA

VIDAS SILENCIADAS - A VIOLENCIA PARA COM CRIANCAS E
ADOLESCENTES NA SOCIEDADE BRASILEIRA: UMA ANALISE DE DISCURSO

GLACY Q. DE ROURE

GOIANIA-GOIAS
1993

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA

**VIDAS SILENCIADAS- A VIOLENCIA PARA COM CRIANÇAS E
ADOLESCENTES NA SOCIEDADE BRASILEIRA: UMA ANALISE DE DISCURSO**

GLACY Q. DE ROURE

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE EM EDUCAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, sob a orientação da professora Maria Helena Barcellos Café.

Comissao Julgadora

309.
C
Yvoni Helena Barcellos Lafi

A Eni Orlandi por me introduzir carinhosamente no mundo magico do processo de significancia dos sentidos produzidos pela linguagem. O reconhecimento da determinação no processo histórico-social e linguístico da linguagem possibilitou-me re-significar-me como sujeito tornando-me comprometida com a reflexão sobre a questão da produção dos sentidos e os seus "efeitos" de evidência na constituição da sociedade brasileira.

A Maria Helena Barcellos Café. Mulher, cuja sensibilidade, coragem e capacidade de luta tornou-se para mim referencia de vida. Mulher, cuja coragem de buscar e enfrentar o novo, o inusitado, a fez produzir novos significados para uma prática educativa voltada às camadas populares. Mulher, que inconformada com uma sociedade injusta têm comprometido-se com a construção de um cidadão consciente do movimento histórico de seu tempo.

Para Ana Carolina, Pedro e André.
Meus filhos, minhas paixões.
Pelas ausências sentidas.
Pelas histórias não lidas.
Pelos beijos e abraços não dados.

Para minha mãe. Mulher que deu-me a
dáviva da vida. Mulher cujo amor,
sabedoria e força refletiram-se na
formação de minha identidade e na
construção de minha história.

O trabalho objetiva através da utilização da teoria "Análise de discurso-AD" a análise e compreensão das determinações históricas dos discursos sobre o exercício da violência para com crianças e adolescentes presentes na sociedade brasileira.

This piece of work aims, through the use of "Discourse Analysis" and comprehension of historical effects of discourse upon the practice of violence against children and adolescents in Brazilian society.

"O homem sentiu sempre- os poetas frequentemente cantaram o poder fundador da linguagem, que instaura uma realidade imaginária, anima as coisas inertes, faz ver o que ainda não é, traz de volta o que já desapareceu."

Benveniste-Problemas de Linguística, vol.1

SUMARIO

	Página
INTRODUÇÃO -----	12
I-PARTE	
1-O DISCURSO DA VIOLENCIA NA VIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES -	23
1.1-O Método discursivo de Pécheux -----	25
1.2-Construindo a história de crianças e adolescentes ----	48
1.3-Corpus discursivo -----	55
2-RECONSTRUINDO OS CONCEITOS DE VIOLENCIA -----	62
2.1-A dinâmica da violência -----	67
2.2-As diferentes concepções de infância e adolescência e as práticas subjacentes a estas -----	87
2.3-A criança e o adolescente no contexto atual da violência -----	106
II- PARTE	
1-AS DIVERSAS VOZES QUE FALAM DA VIOLENCIA: DESCONSTRUINDO DISCURSOS -----	130

1.1- O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de rua na luta pela defesa e promoção da criança e do adolescente -----	131
1.1.1-Direitos e deveres: construindo uma cidadania --	137
1.2--Quando a vítima se torna réu: o extermínio de crianças e adolescentes brasileiros -----	157
1.3-Crianças e adolescentes: botando a boca no trombone ---	189
1.3.1-II Encontro Nacional de meninos e meninas de rua: a luta por direitos -----	193
1.3.2-Nossos sonhos, nossa vida, nossa história -----	220
CONCLUSÃO -----	242
BIBLIOGRAFIA -----	247

"Menino de rua não é marginal, e sim marginalizado, isso sim é que é menino de rua." (Representante da região nordeste no II Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua.)

"Quando se mata um pivetinho está se fazendo um benefício, está se fazendo um bem à sociedade." (Sílvio Cunha-Diretor do Clube de Diretores Logistas do Rio)

"Quando prego a pena de morte, estou querendo eliminar da sociedade quem eliminou alguém da sociedade." (Deputado Amaral Neto - PDS-RJ)

"Preto é mais perseguido do que branco, como limpo e sujo. Eles pega, manda encosta na parede, já dá uma geral na sacola. Vê se tem alguma coisa de bão. Se tivé eles cata, se não tivé, leva prá cadeia." (Patrícia- II Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua)

"Eu robo mesmo, robo até hoje. Chero cola. Só não chero agora porque tô aqui, mas deixa eu ir embora prá São Paulo. Tô muito nervosa, mas.... falta cola. Já me acostumei, não tem jeito de larga." (Patrícia -II Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua)

INTRODUÇÃO

O espectro da violência tem pairado sobre a sociedade brasileira, atingindo, de forma injusta e cruel, crianças e adolescentes indiscriminadamente, seja nas ruas ou logradouros públicos durante a calada da noite, seja em seus lares na forma de maus tratos, espancamentos, torturas e abuso sexual, seja nas escolas ou instituições onde estigmatizados e marginalizados constroem-se na revolta e resistência ao sistema que os prostitui.

O movimento de produção da história das crianças e adolescentes filhos da classe trabalhadora se deu, tendo em vista não os fatos que cronologicamente teriam importância fundamental em sua vida, mas sim através da elaboração dos diferentes sentidos-conceitos-concepções que lhe foram sendo imputados durante a construção deste. Na presença de cada sentido, práticas diferenciadas de violência foram sendo exercidas tornando públicas as várias concepções de infância e adolescência ali implícitas.

As violências, das quais as crianças e os adolescentes têm sido vítimas em nossa sociedade têm proporcionado uma discussão sobre a existência destas, suas causas e consequências, tendo em vista suas diferentes performances .

Entretanto, ao contrario do que possa aparecer, o exercicio da violencia não é estranho às crianças e adolescentes. Tais praticas têm se dado historicamente, variando, no entanto, de acordo com a posição social em que estas se encontram. Violências como punição, castigos, espancamentos, tem sido historicamente utilizadas tanto nas relações de trabalho, como no sentido de proporcionar uma educação que não permita a transgressão das normas. A violencia neste sentido, é não só concebida por ambos os grupos sociais, mas também institucionalizada enquanto instrumento educativo. No entanto, com crianças e adolescentes pobres, a exacerbação deste tipo de pratica tem culminado em seu assassinato de forma cruel e desumana. Neste contexto, somente agora o fenômeno da violencia contra crianças e adolescentes passa a ser refutado e contestado.

Diferentes discursos têm enunciado no seio da sociedade brasileira reflexões, praticas e soluções que deveriam, senão resolver, pelo menos minimizar tal problema. O combate e denúncia do exercicio da violencia tornou-se comum a todo cidadão, seja por aquele que se encontra comprometido com a transformação desta sociedade, seja por aquele que se encontra preocupado com o aumento de infrações cometidos pelos denominados, "pixotes", "trombadinhas", etc.

A violencia fisica, moral e psicologica a que tem sido submetidas, em especial as crianças das classes trabalhadoras, é injusta e desleal. O exterminio do qual estas têm sido vitimas

tem-se tornado alvo de questionamentos, tanto no interior da sociedade brasileira como fora dela, a nível de entidades internacionais: Anistia Internacional, Defense for Children da Organização das Nações Unidas, Fundo das Nações Unidas para a Infância, etc.

Colocando-me nesta conjuntura, indignada com a forma como alguns segmentos da sociedade civil e o governo brasileiro vêm se pautando em relação a tal questão, comprometida com a construção de uma nova sociedade, acredito poder, com este trabalho, contribuir no desvelamento dos diferentes discursos que no decorrer da história elaboraram diferentes concepções de infância e adolescência forjando um imaginário no qual a prática da violência para com estes e não só aceita, mas também institucionalizada.

Dando-se, de uma forma cruzada\atravessada, estes discursos se misturaram no decorrer da história produzindo efeitos de sentidos que determinaram práticas ideológicas diferenciadas. Ditos e reditos estes discursos alterados, redimensionados, acabam por confundir e silenciar segmentos da sociedade civil comprometidos com a transformação desta realidade, silenciando ainda crianças e adolescentes, os reais atores sociais desta história.

A história, os acontecimentos sociais, culturais, econômicos e políticos têm sido compreendidos, na maioria das vezes, como registro de acontecimentos, transmissão de

informações, constituindo-se como conhecimento necessário a ser apreendido e internalizado. Nesta concepção, a história nada mais é do que um amontoado de dados, que vão-se somando utilizando-se, prioritariamente, das categorias de tempo e espaço.

Neste trabalho, a nossa proposta utilizar-se-á de uma nova concepção de história que resulta da proposta de Michel Pêcheux, através da teoria crítica, por ele denominada de "análise do discurso". A história e nesta teoria compreendida, não como uma somatória de dados, mas como resultante de que os fatos sociais reclamam sentido, produzindo e redimensionando novos sentidos, valores e comportamentos entre os homens, sendo a linguagem, o processo discursivo, seu elemento constitutivo.

A história assim se produz quando, num processo coletivo de interação, interlocução, novos sentidos, novos significados vão sendo produzidos, contrapondo-se aos velhos e redimensionando os novos. Ao falar, o homem materializa a sua história, a história de seu grupo social.

Na perspectiva apontada por Pêcheux, confronta-se a univocidade lógica da história e a literalidade dos discursos. Construídos num processo coletivo-dialógico os discursos são apropriados, reificados e rearticulados por aqueles que detêm o poder, transformando-os em espaços de produção estável, sem contradições ou significados múltiplos.

Concebendo ser a linguagem, o discurso, através dos processos de interação e interlocução, como elementos fundamentais na constituição e desenvolvimento do homem, procurarei refletir, neste trabalho, sobre quais os efeitos de sentido construídos pelo discurso do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua-MNMMR em sua relação com a sociedade civil, na produção de novos sentidos para crianças e adolescentes, filhos da classe trabalhadora, contrapondo-se a sentidos construídos historicamente já internalizados e reificados na sociedade brasileira.

Durante o processo de elaboração da nova constituição em 1989, o MNMMR, juntamente com outras entidades, iniciou um amplo debate sobre a situação marginal em que se encontravam as crianças e adolescentes pobres brasileiros. Neste momento, objetivava uma intervenção na Legislação Brasileira de modo que estes fossem considerados como prioridade nacional.

A Comissão Parlamentar de Inquerito (CPI) de 1976 havia detectado a existência de 25 milhões de "menores" carenciados e abandonados. Durante este processo de discussão sobre a questão do "Menor" estes deixaram de ser considerados como "pivetes", "trombadinhas" ou "marginais", mas como "sujeitos", frutos de uma sociedade discriminadora e violenta que lhes tirou o direito de serem "simplesmente" crianças e adolescentes em processo de desenvolvimento.

Quanto a "concepção" do fenômeno da violência, tal como o trabalhamos neste estudo, esta não se aplica apenas ao seu sentido literal, cristalizado, significando transgressão de normas, de regras pré-estabelecidas, mas sim como uma forma de confronto e resistência a um sistema autoritário e excludente.

Neste sentido, a proposta deste trabalho será de perceber\compreender os diferentes processos de significação que foram sendo historicamente construídos sobre as crianças e os adolescentes pobres brasileiros e sua relação com a prática da violência. Os efeitos de sentido destes processos têm viabilizado práticas de extrema violência para com estes que infringindo ou não a lei são estigmatizados e rotulados como pequenos "marginais".

A violência por estes cometida não tem perdão, sendo necessário a sua internação, punição e o seu extermínio. Instituições como asilos, creches e internatos foram e são montadas com a finalidade de "reeducação" e "ressocialização". Assim sendo, estes foram e ainda são retirados de seus lares e levados a internalização de normas que feriram e procuraram desconstruir sua identidade.

Preocupa-nos que os discursos sobre o "direito a cidadania" das crianças e adolescentes pobres, viabilizados pelo MNMMR e outras entidades, foram resignificados por inúmeros segmentos da sociedade civil, traduzindo-se em práticas ideológicas diferenciadas. Tanto práticas que contribuíram

efetivamente na idealização de uma novo sentido de criança e adolescente através da elaboração de uma nova Lei, bem como ,na construção de um novo imaginário sobre estes, assim como práticas que visaram, muitas das vezes, domesticar\silenciar o discurso do próprio Movimento, dos meninos e das entidades que com eles se articularam na busca da defesa e promoção destes.

O objetivo principal será de, concebendo a linguagem enquanto produção de sentidos, que cristaliza sentidos, mas que também transforma, compreender os processos de significação a ue / crianças e adolescentes foram submetidos historicamente. A violência como tema escolhido será o foco de nossas análises no resgate desta história.

Este estudo pretende contribuir para a desconstrução de discursos que reificados tornaram-se verdades, construindo um imaginário que concebe a punição, a repressão, o extermínio, o linchamento, a pena de morte como "consequências naturais" para aqueles que optaram "violentamente" pelo caminho da marginalidade.

Nas análises realizadas em relação aos discursos dos meninos também não pretendo definir\interpretar os meninos e meninas de rua, seus valores e comportamentos, mas sim compreender como os vários discursos sobre a violência cometida por estes em seus processos de significação , produzidos historicamente, foram forjando em nossa sociedade um imaginário

que os tornaram "anjos", "demonios" ou mais recentemente simplesmente "crianças" e "adolescentes."

O trabalho será dividido em duas partes : a primeira parte será destinada às considerações sobre a base teórico-metodológica do Método discursivo "Análise de discurso", utilizado nas análises realizadas e a reflexão sobre a dinâmica da violência em suas diferentes performances, seu aspecto ambíguo e contraditório que subverte e agride, resiste e confronta, e sua relação com as diferentes papéis da infância e adolescência no Brasil a partir do século XIX.

A segunda parte será destinada às análises de discursos considerados, por nós, de fundamental importância para a compreensão dos diversos sentidos existentes em nossa sociedade sobre a criança\adolescente e a violência cometida por estes e contra estes. Iniciaremos com a análise dos discursos sobre a situação de marginalização da criança e do adolescente apontadas pelo MNMMR. Analisaremos posteriormente alguns discursos sobre o "poder de matar" como consequência natural diante do alto índice de criminalidade encontrado em nossa sociedade. Finalmente completaremos as análises com a falas das crianças e dos adolescentes. Os discursos analisados serão tanto de meninos militantes do MNMMR, como de meninos que vivem "na" e sobrevivem "da" rua, lado a lado com o exercício contínuo da violência.

Gostaria que este estudo fosse considerado também como uma denúncia. Denúncia de falas, que no jogo do confronto e do embate

se construíram silenciando vozes, vozes de crianças, adolescentes e entidades que tem contribuído na construção desta nova história. História na qual crianças e adolescentes deixaram de ser objetos de direitos e tornaram-se sujeito de direitos. História, no entanto, que não se fez com datas, com fatos, mas através da construção de sentidos.

É preciso que compreendamos o processo de produção dos discursos, observando as suas condições de produção: a situação, o contexto e os interlocutores envolvidos. A diversidade dos discursos produzidos são resultantes das relações de força dos grupos em confronto que lutam pela legitimidade de seus discursos. Somente compreendendo os processos sociais de significação dos discursos produzidos, poderemos explicitar seus sentidos, o que possibilitará uma leitura mais crítica dos discursos\práticas realizadas e as formações ideológicas aí representadas.

Durante a realização deste trabalho, a dimensão plástica, múltipla da linguagem me encantou e embriagou, mas, ao mesmo tempo, sua dimensão incompleta\contraditória me atemorizava. Sei que os sentidos aqui produzidos não são únicos e nem devem ser tomados como tais. Sei também que os espaços inerentes à linguagem proporcionarão outros sentidos e outros significados para este trabalho.

No entanto, a ousadia de tentar me embalou, a necessidade de denunciar me obrigou, e assim, entre o querer e o dever eu escrevi. Quando relia as paginas ja escritas sentia sempre a necessidade de retomar e completar com outros sentidos que para mim se apresentavam. Mas será com a certeza ou incerteza de que não caberá a mim o desvelamento da verdade, do único, pois este é fruto de uma ilusão que termino deixando-o incompleto, para que novos sentidos possam ser produzidos contribuindo na luta por uma sociedade mais digna, mais humana, onde o direito à vida seja sempre preservado .

I- PARTE

1- O DISCURSO DA VIOLENCIA NA VIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A violência tem significado a sociedade brasileira atingindo crianças e adolescentes pobres de forma cruel e infame. Os assassinatos, torturas e maus-tratos a que estes são violentamente submetidos tem se apresentado com um certo caráter de normalidade. Acreditamos, no entanto, que tais ações não são cometidas de forma individual, mas são consequências de um imaginário construído historicamente que concebe a violência como elemento estruturador e organizador das relações sociais e da superação dos conflitos sociais.

A utilização da violência pelo Estado busca a contenção do novo, do diferente, tendo em vista um processo de nivelamento da sociedade. O monopólio da violência pelo Estado implica na negação desta enquanto elemento natural, estruturante do fato social. Institucionalizada, deve levar a uma existência pacífica e satisfeita, fundamental na manutenção da ordem social.

O resgate da história de crianças e adolescentes objetiva a percepção\compreensão dos diferenciados processos de significação a que estas foram submetidas e sua relação com o exercício da violência. A compreensão do papel da violência nesta história faz-se necessário, pois acreditamos que as diversas formas de violência que crianças e adolescentes são submetidas foram determinadas pelas concepções de infância e adolescência presentes no imaginário brasileiro.

Entretanto, devemos ressaltar que apresentando um caráter ambivalente e polissêmico, a violência traz consigo questões que nos impossibilitam considerá-la de uma única forma. A violência cometida por crianças e adolescentes não apresenta os mesmos elementos da violência cometida pelo Estado ou por seus assassinos em relação a estes.

O reconhecimento do caráter ambivalente da violência, de resistência e confronto, nos possibilita apreender através do discurso diversos efeitos de sentido presentes nas vozes tanto de quem mata como de suas vítimas. Materializada nos discursos, tendo em vista determinadas condições de produção, a prática da violência revela concepções e valores próprios de alguns grupos sociais.

A AD vem se apresentar como uma das possibilidades de desconstruir (por exemplo) a significação histórica já dada da criança e do adolescente marginalizado, analisando a produção destes processos de significação. Trata-se de compreender como os diversos discursos sobre crianças e adolescentes construídos historicamente produziram, e ainda produzem, efeitos de sentido que constroem imaginários responsáveis ou por práticas absurdas e desumanas de violência contra estas ou práticas que as consideram como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

1.1= O Método discursivo de Pêcheux

A "Análise de Discurso" da Escola Francesa, denominada de AD, elaborada por Michel Pêcheux, objetiva a construção de um método que compreenda o estudo das determinações históricas em que os discursos são produzidos, os processos de significação a que estes se submetem e são submetidos.

Neste sentido, a AD trabalha com os processos de produção dos discursos, tendo em vista as suas condições de produção. A condição múltipla e plástica da linguagem constitui o domínio da AD. O caráter material da linguagem é seu fundamento.

A concepção de uma linguagem como processo de produção de sentidos, onde o confronto e o embate fazem parte de sua constituição, nos permite um deslocamento sobre a forma como a história era, até então, compreendida. A cronologia da história cede espaço ao processo de produção de sentido, onde o novo, o diferente, produz uma história, que não se faz apenas com dados e fatos, mas através da construção de sentidos, num processo de constante tensão entre o que muda e o que permanece.

A AD proporciona, desta forma, uma nova leitura da história onde os homens passam a ser compreendidos num espaço de lutas entre as classes, onde as situações vividas, atitudes e representações são permeadas pelas contradições inerentes às relações entre estas. A construção da história é, para a AD,

materializada na linguagem através de marcas aí inscritas. Estas marcas refletem em seu interior: conflitos, contradições, relações de força e poder, etc, entre os grupos sociais existentes na sociedade.

Linguagem e discurso

A linguagem para a "análise de discurso" é produto do trabalho social e histórico dos homens num processo de interação social\verbal, mediação que age e transforma. É através dela que o homem estabelece uma relação permanente com a realidade natural e social. Nesta relação, linguagem e sociedade se constituem mutuamente num processo conflituoso e contraditório. Desta forma, a linguagem deixa de ser considerada apenas como "meio de comunicação", enquanto instrumento utilizado com o objetivo de comunicar e transmitir informações, passando a ser considerada como mediação, como processo de produção de sentidos.

O fato de que a linguagem se encontra em um processo de constante movimentação, de produção de diversos sentidos, de diferentes significados, e não apenas de alguns, leva Pêcheux a afirmar que a linguagem:

"(...) permite, ao mesmo tempo, a comunicação e a não comunicação, isto é, autoriza a divisão sob a aparência da unidade, em razão do fato de não se estar tratando, em primeira instância, da comunicação de um sentido."(Pêcheux,1988:19)

A aceitação da linguagem, da forma como era concebida até então, enquanto dado e enquanto conteúdo, foi fundamental na determinação da forma como as análises de textos, documentos e artigos (historiografia) foram realizadas. Pode-se afirmar que a análise sob o ponto de vista do conteúdo tem-se preocupado exclusivamente em interpretar as significações propostas pelos autores. Nesta concepção de análise a questão é que o acesso ao sentido de um segmento de um texto deve atravessar sua estrutura linguística, sempre em função do julgamento do codificador, o que deve exigir algumas qualidades psicológicas complementares como a fineza, sensibilidade e flexibilidade, por parte do codificador para apreender o que importa.

Pressupondo-se um processo de aculturação, não ideológico, dos analistas envolvidos, estes nada mais fariam que interpretar o que de antemão já estaria dito. A consequência deste processo constituir-se-ia na literalização e reificação dos sentidos propostos pelo autor e explicitados pelo analista. A utilização deste tipo de procedimento levou a linguística a privilegiar a existência de um sentido nuclear, literal, instalando-se o processo de dominação de alguns sentidos instituídos.

Será com o objetivo de romper com esta concepção instrumentalista e ideológica de linguagem que Pêcheux introduzirá a noção de discurso, percebido como processo social de significação de sentidos. Apesar de conceber a linguagem também enquanto comunicação, para Pêcheux este aspecto não se

apresenta senão como a ponta de um iceberg.

A AD propõe um deslocamento em relação à forma de como as análises de documentos, textos, livros, etc, fundamentais na reconstituição e interpretação da história do homem, têm sido realizadas. Para a AD, o discurso é um objeto histórico-social ideológico e a sua historicidade se dá através de sua materialidade que é linguística. O seu objetivo é detectar, através das marcas inscritas no discurso, o seu processo histórico social e os efeitos de sentido aí presentes.

Sendo um objeto histórico social, a linguagem e o discurso são permeados pela ideologia. Não existe um discurso neutro, porque é produzido sempre nas relações sociais. Tanto o sujeito que fala como o que ouve pertencem a determinado grupo social cuja ideologia será materializada em seu discurso.

Ideologia e sujeito

Para Pêcheux, uma das condições ideológicas da reprodução\transformação das sociedades, das relações sociais de produção encontra-se no discurso. E tendo em vista este pressuposto que elabora uma teoria materialista do discurso. A expressão reprodução\transformação reflete o caráter contraditório desta sociedade, cujo movimento se dá tendo em vista o modo de produção capitalista baseado na luta de classes. Assim, as relações contraditórias apresentadas pelos grupos se

caracterizariam como elementos constituidores destas e nao como disfunções, como desvios. Estas relações são representadas na linguagem também de forma múltipla e contraditória, refletindo as relações de força e poder presentes entre os grupos e classes.

E através da ideologia que o individuo é interpelado em sujeito. Somente, desta forma é possível que, acreditando estar livre e ser a origem de si mesmo, de suas atitudes e representações, este se submeta às normas e regras impostas pela ideologia. Será através da "ilusão" de sua autonomia, de que funciona por si mesmo, que o sujeito aceitará "livremente" sua submissão.

O apagamento da concepção de que a sociedade é fruto de um processo histórico-social, onde os homens se constroem coletivamente em um processo de continuos embates e confrontos, produz a idéia de um sujeito universal, que apreende os sentidos como únicos e evidentes. A evidência dos sentidos permite a construção de um sujeito que assimila e absorve as regras elaboradas por uma determinada formação ideológica e impede a construção do novo, do diferente.

Para Pêcheux:

"(...) a questão da constituição do sentido junta-se à da constituição do sujeito, e não de modo marginal, mas (...) na figura da interpelação." (Pêcheux, 1988:153)

Quando se apropria da linguagem produzindo e apropriando-se de sentidos, o sujeito o faz não de forma individual, mas de forma social tendo em vista a sua interpelação pela ideologia.
1

A ideologia é, para Pêcheux, uma das condições da reprodução da base económica e das relações de produção que lhes são inerentes. Uma das condições por que a ideologia não é o único elemento a determinar as condições de reprodução\ transformação da sociedade.

Um outro aspecto a se considerar em relação a ideologia para a AD é de que esta não é considerada como o resultado de idéias que se reproduziriam espontaneamente de forma homogênea sobre o conjunto da sociedade, onde os homens absorveriam passivamente a ideologia dominante. É resultado de práticas contraditórias entre as classes cujo objetivo é a imposição de novas relações de "desigualdade-subordinação". Todo momento histórico se caracteriza pela luta das classes existente num constante processo de embates e confrontos caracterizado pelas diferentes posições políticas, ideológicas, sociais e culturais estabelecendo relações de força e poder.

Neste contexto, o discurso é concebido pela AD como o "lugar" onde, por excelência, ocorrem os embates e os

1.No entanto " uando o sujeito produz a linguagem também está reproduzido nela, acreditando ser a fonte exclusiva de seu discurso quando na realidade, retoma sentidos preexistentes. A isso chamamos de "ilusão discursiva do sujeito" (Pêcheux & Fuchs, 1975)" (Orlandi,-1988:19).

confrontos entre as classes. Estes se dão, pois, absorvendo e refletindo as relações de força e poder, construindo imaginários pelos quais se rege nossa sociedade. Excluindo ou fixando sentidos, as práticas linguísticas são responsáveis pela construção de imaginários que norteiam as concepções de vida, homem, criança, adolescente, marginalidade, violência, etc, presentes na sociedade.

Ideologia e discurso

Todo discurso para Pechéux é revelador de ideologias. A linguagem constitui e é constituída pela ideologia, pois, não há discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia. O domínio da linguagem faz parte do domínio da ideologia. Desta forma, as contradições e dissimetrias encontradas nos discursos nada mais são que a materialização das relações contraditórias em que se dão as relações ideológicas de classe em que os sujeitos se encontram inscritos.

A linguagem, o discurso, neste sentido, apresentam-se como ideológicos podendo, diante das determinações históricas, linguísticas, sociais e culturais, não expressar diretamente a realidade vivenciada, ser-lhe fiel, ou apreende-la de um ponto de vista específico, dependendo da posição social em que o sujeito envolvido se encontra.

Segundo Pecheux:

"(...) todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classe." (Pêcheux,1988:92)

Tendo em vista tal pressuposto, podemos afirmar que todo discurso é produzido nas relações sociais entre as classes. Convém relembrar que a produção da linguagem, do discurso, não se dá de forma neutra. Daí que:

"(...) o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc, não "existe em si mesmo" (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante) mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidos." (Pêcheux,1988:160)

Como já afirmamos anteriormente, para a AD, as ideologias não são frutos de idéias, mas sim de práticas, práticas que se dariam essencialmente através da linguagem, do discurso. É a ideologia que, através do discurso, fornece as evidências, os sentidos únicos, estáveis e cristalizados, mascarando o caráter material do sentido das palavras através de uma concepção de transparência da linguagem, do discurso.

Os processos de significação dos sentidos se dão historicamente num processo de correlação de forças onde alguns são considerados como legítimos, literais em relação a outros. Isto é o que chamamos de processo dominante de produção de

sentidos. Este processo leva a cristalização\institucionalização de alguns sentidos em detrimento de outros.

Segundo Orlandi(1988) :

"Dessa institucionalização decorre a legitimidade, e o sentido legitimado fixa-se como centro: o sentido oficial, literal." (Orlandi,1988:21)

Contrapondo-se a este processo de reificação\cristalização dos sentidos, a AD concebe que a linguagem não se apresenta de forma completa, literal, mas é múltipla e polissêmica, determinada pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas. Isto nos faz refletir no processo de significação de alguns acontecimentos histórico-sociais que são produzidos coletivamente pelos grupos sociais, mas que são silenciados e reapropriados, tendo em vista a hegemonia dos grupos que se encontram no poder.

Isto posto, o discurso deve ser concebido tendo em vista a sua relação intrínseca entre língua e ideologia, relação esta que se dará através de sua materialidade.

Segundo Lagazzi, para Courtine:

"(...) o discurso materializa o contato entre o ideológico e o linguístico: por um lado representa, no interior da língua, os

efeitos das contradições ideológicas (certas construções sintáticas, por exemplo, mostram essas contradições), e inversamente, manifesta a existência da materialidade linguística no interior do ideológico (a relação entre o formulável e o não formulável, por exemplo." (Lagazzi,1988:52)

A materialidade do discurso se faz na união destes elementos: língua, ideologia e história; ao falar, o homem materializa as ideologias que o colocam na construção de sua história. A materialidade da ideologia se faz na materialidade linguística, através do discurso e tendo como fundo as relações de força e poder existentes nesta sociedade. Para Pecheux o discurso é o lugar, por excelência, onde se articulam ideologia e linguagem.

O quadro epistemológico da análise de discurso se apresenta como a articulação de três regiões do conhecimento científico:

- o materialismo histórico, enquanto teoria das formações sociais e de suas transformações, aí compreendida a teoria das ideologias;

- a linguística, enquanto teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ;

- a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

No entanto, apesar da AD recorrer tanto as ciências das formações sociais (materialidade histórica), como a própria linguística (materialidade linguística), lhes critica os seus fundamentos. Desconsiderando a existência de um discurso transparente, a AD aponta, tanto para a linguística quanto para a própria ciência das formações sociais, algumas questões. Retoma para a linguística a noção de uma semântica determinada historicamente pelas relações sociais, considerando-a como:

"(...) o ponto em que a linguística tem a ver com a filosofia e as ciências das formações sociais, frequentemente sem o reconhecer".(Pêcheux,1988:20)

Retoma para a ciência das formações sociais a noção da ideologia como interpretação e reificação de sentidos e não somente como inversão\dissimulação do real.

A AD se constitui, assim, no entremeio entre a linguística e a ciência das formações sociais, instaurando um novo conceito do discurso, onde, para a compreensão do seu processo de funcionamento, deverá ser levada em conta a formação social de seu enunciador.

Formação ideológica, formação discursiva.

A história, os acontecimentos sociais, culturais, económicos e políticos são, nesta perspectiva, apreendidos pelo analista

de discurso como a leitura de uma trama discursiva que acontece cotidianamente, onde os homens, através do processo de interação\interlocução, vão construindo suas vidas, sua história e materializando-a na linguagem de forma que as marcas linguísticas passam a atestar sua materialidade.

"A AD não substitui a história. Ela re-significa a história em seus processos de constituição e, nesse movimento pode contribuir para a reflexão da história no interior de seu domínio." (Orlandi, 1993:13)

A Análise de Discurso, objetivando o conhecimento do processo de produção\materialização da linguagem, compreende a língua como lugar material onde se produzirá os diversos processos de significação. Considerando como base material do processo discursivo as estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas do sistema linguístico, Pêcheux acrescenta e reconhece nestas suas leis internas.

Para a AD, a historicidade do texto ou do discurso encontra-se materializada através destas marcas linguísticas que não se encontram ali por acaso, mas que são construídas, tendo em vista as formações ideológicas dos sujeitos envolvidos. Neste sentido, as expressões e proposições utilizadas nos discursos apresentaram sentidos diversos, segundo a posição social apresentada por cada enunciador.

Suzy Lagazzi (1988) coloca que:

"A essência da relação língua\discurso reside no fato de que as regras fonológicas, morfológicas e sintáticas são sempre objeto de acréscimos, recobrimentos e apagamentos parciais, o que significa dizer que a semântica não é, pura e simplesmente, exterior à teoria linguística, e que esta última não deve ser concebida como a teoria de uma sistematicidade lógica e homogênea. Daí a necessidade de uma semântica discursiva, determinada historicamente pelas relações ideológicas inerentes a uma formação social dada." (Lagazzi,1988:52)

Ao definir-se como uma semântica discursiva, a AD utiliza-se da linguística, mas não se prende diretamente a uma análise das marcas aí inscritas, pois, considera, na produção destas, a sua determinação histórica e portanto ideológica. É na articulação do linguístico e do histórico que os sentidos são produzidos.

A construção de qualquer discurso apresentará como base a formação ideológica de seu enunciador. No processo de contínuo confronto, os grupos sociais que compõem a sociedade produzirão e reproduzirão em seus discursos as relações de antagonismo, cooptação e dominação tendo como referência as diversas formações sociais existentes, denominadas por Pecheux de "formações ideológicas".

Segundo Orlandi para Cl. Haroche formação ideológica :

"(...) constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas se reportam, mais ou menos, diretamente, às posições de classe em conflito umas com as outras. (Haroche et alii, 1971)"
(Orlandi, 1987:27)

As formações ideológicas apresentam como seus componentes uma ou várias formações discursivas. São as formações discursivas de cada indivíduo ou grupo social que determinam o que pode ser dito ou não, dependendo da posição social ocupada pelos locutores e interlocutores dos diferentes grupos numa dada conjuntura e pelo auditório social ao qual tal discurso seria destinado.

"Chamaremos, então formação discursiva aquilo que numa formação ideológica dada, isto é , a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito ." (Pêcheux, 1988:160)

Observa-se assim que a produção do discurso, as palavras, expressões e proposições empregadas recebem seu sentido a partir da formação discursiva do sujeito enunciador. Os indivíduos são interpelados em sujeitos de seu discurso através de suas formações discursivas, que nada mais são que a representação na linguagem das formações ideológicas que lhe são inerentes.

Isso significa afirmar a inexistência da transparência da linguagem, pois, as mesmas palavras, expressões e proposições utilizadas apresentaram sentidos diferenciados, tendo em vista as diferentes formações ideológicas e discursivas em que se inscrevem.

Aliás, diante das considerações feitas podemos afirmar que toda formação discursiva apaga, através da evidência, o caráter material dos sentidos, sua constituição histórica, contraditória e plural.

Porém, vale ressaltar que apesar da existência de uma formação discursiva dominante, nada impede que novos elementos, pertencentes a novas formações discursivas, se constituam, se integrem a esta formação produzindo novas relações ideológicas colocando em jogo tanto as formações discursivas já existentes, como a própria formação discursiva dominante.

Construídas em condições de produção específicas, em meio às relações ideológicas, contraditórias entre as classes, as formações discursivas são atravessadas por equívocos, contradições e heterogeneidades. E será através das desconstruções dos discursos que as formulações equívocas serão evidenciadas. E será na região do equívoco que Pêcheux apresentará a existência dos diversos reais, das diversas realidades.

O processo discursivo e seus efeitos de sentido.

Tendo em vista os pressupostos colocados acima, podemos afirmar que o objetivo da AD proposta por Pêcheux não consiste em interpretar \sobrepor novos sentidos, novos significados aos discursos analisados, procedimento semelhante a Análise de conteúdo clássica onde toma-se o texto com o pretexto de ilustrar o que já se encontrava definido a priori. Trata-se de explicitar no discurso, a determinação histórica dos processos de significação ou seja, dos efeitos de sentido. Efeitos de sentido que poderão contribuir no processo de transformação\reprodução da sociedade.

A produção dos sentidos se dá, em uma relação constante de embate, no confronto das relações de força e poder entre as classes. Estes se deslocam, se movimentam, produzindo e reproduzindo-se, segundo as determinações histórico-político-sociais em que são produzidos. Por serem constituídos em momentos historicamente determinados, os sentidos não podem ser considerados universais, imutáveis, mas encontram-se num processo de constante transformação, redefinição.

"(...) Realizam-se num contexto, mas não se limitam a ele. Tem historicidade, tem um passado e se projetam no futuro".
(Orlandi,1988:103)

Os sentidos não são criados espontaneamente, mas ao contrário, são construídos nos confrontos de relações entre as classes permeadas por relações de força e poder com seus jogos imaginários. Vale ressaltar que, na perspectiva apontada pela AD, a noção de completude, de literalidade do discurso é relativizada pois, o próprio movimento inerente ao processo de produção dos sentidos permite a estes que se espalhem, se redimensionem criando e recriando continuamente novos sentidos e novas significações.

Para Orlandi(1990):

" Os sentidos, para a análise de discurso, erram, no duplo sentido, porque não representam modelarmente, circulam. Em uma palavra: desorganizam." (Orlandi,1990:20)

O discurso não pode ser entendido como um sentido universal, literal e reificado, pois, sua construção não é transparente, mas é fruto de relações que se confrontam e se estabelecem produzindo sentidos que nem sempre são definidos no lugar de sua produção. Desta forma, o sentido deve ser compreendido como movimento errante, determinado pela história, pelos acontecimentos sociais, econômicos e culturais.

São as noções de transparência e completude da linguagem que permitem a institucionalização de alguns sentidos e não de outros. Sua cristalização permite que os efeitos ideológicos destes sejam considerados como verdades universais e, portanto,

incontestáveis. Como já afirmamos anteriormente, é na prática discursiva que se materializa a ideologia.

"(...) podemos dizer que a ideologia não é dissimulação, mas interpretação do sentido (em uma direção). Não se relaciona a falta mas, ao contrário, ao excesso; é o preenchimento, a saturação, a completude que produz o efeito da evidência, porque se assenta sobre o mesmo, o já-lá." (Orlandi, 1990:36)

O ideológico permearia assim o discurso, participando de forma efetiva das condições de reprodução\transformação desta sociedade, na medida em que poderá ou contribuir na construção do novo, produzindo o embate e o confronto, ou contribuir no estabelecimento de sentidos e significados únicos, fundamentais no processo de conservação desta sociedade. A inexistência de um discurso único, literal, completo é que nos apresenta a possibilidade do embate e confronto.

Foi através do discurso do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMRR) que, juntamente com outras entidades, produziram sentidos fundamentais ao confronto de uma "concepção" de menor carente, desassistido, fruto da desorganização familiar. Discursos que permitem hoje não só a defesa de seus direitos, mas a construção de sentidos que não os concebe como seres violentos, mas como produto da violência aos quais são submetidos.

Gostaríamos de ressaltar que acreditamos que as inúmeras formas de violência a que são submetidas crianças e adolescentes, sejam elas localizadas, na família, na escola, na rua, em instituições governamentais ou não, são embasadas em práticas discursivas que culminaram com a elaboração de conceitos diferenciados de infância e adolescência, construídos historicamente pela sociedade brasileira.

Neste sentido, clichês como:

" O pau que nasce torto ,morre torto" ou "É de pequeno que se torce o pepino."

demonstram como o imaginário de nossa sociedade compreende e aceita a institucionalização da violência, que passa a ser concebida como instrumento educativo de disciplinalização.

No entanto, quando a "violência" é cometida pelos "menores", "pivetes", "trombadinhas," o imaginário da sociedade brasileira não comporta sua prática. Concebidos de forma única, pré-determinada e homogênea, estes são considerados como pequenos marginais que, ao transgredirem as normas, devem ser internados, presos e punidos. Não se concebe o processo de marginalização a que crianças e adolescentes pobres e trabalhadores são submetidos.

Segundo essas considerações, o uso da AD em nosso trabalho não se apresenta com o objetivo de uma nova interpretação

conteudista dos meninos de rua, trazendo a tona apenas um novo ponto de vista. Tal postura, consequência de uma análise que têm o conteúdo como elemento constituidor, reifica as interpretações realizadas, cristalizando-as, tornando-as fetiches teóricos impossibilitando a produção de novos sentidos e novos significados.

Ao contrário, o nosso objetivo se apresenta na tentativa de compreender o processo de produção dos diversos discursos sobre a criança e o adolescente pobre, trabalhador e como estes foram sendo elaborados, produzindo efeitos de sentidos, fundamentais na construção de imaginários pelos quais se rege a nossa sociedade. Imaginários que respaldam práticas de violência sustentadas por definições que concebem criança e adolescente, ora como "mini-adultos", ora como "marginais em potencial". O entrecruzamento das diversas formações discursivas presentes nos diversos discursos relacionados à violência apontará as diferentes formações ideológicas presentes nos discursos analisados.

O discurso e o político.

Todo discurso é político, para Pécheux. A AD instaura uma nova percepção do político, compreendendo o discurso enquanto a materialização deste através de sua materialidade discursiva e histórica.

Vale ressaltar que segundo Orlandi, para Courtine (1986) a AD aparece como a tentativa de :

"(...) procura apreender as formas textuais da representação do político." (Orlandi, 1990:30)

Caracterizado pela materialidade linguística e histórica, o discurso, sendo político, absorve e reflete as relações de força entre os diversos grupos existentes na sociedade sendo, portanto, ideológico. É político porque é constituído por uma divisão de sentidos e essa divisão tem a direção dada pelas relações de força e poder.

Segundo P. Henry, (1969) Pécheux considera que;

"O instrumento da prática política é o discurso, ou mais precisamente, que a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais." (Henry, 1990:24)

Será através do discurso que serão apagadas as dissimetrias e dissimilaridades entre os homens. Sua capacidade de, enquanto fato político, separar, dividir, controlar, despersonalizar e silenciar as pessoas, leva Pecheux a conceber a elaboração de um instrumento que atue justamente no sentido de sua desconstrução, possibilitando, assim, a compreensão dos efeitos de sentido produzidos por este.

Os diversos discursos sobre o menino pobre marginal ou do menino negro marginal levam a impossibilidade de se considerar um menino pobre, um menino negro que não seja marginal. Desta forma, impossibilita-se que sua voz seja ouvida. Divide-se o universo significativo do menino pobre em honesto e marginal, em negro e branco. Dividindo-se é mais fácil controlar e silenciar. As crianças pobres são, neste sentido, consideradas como menores, diferenciando-se das crianças pertencentes à classe dominante. Divide-se tendo como base o bem e o mal, o certo e o errado. A referência é dada pelas significações apresentadas como universalmente válidas pela classe dominante.

Tendo em vista a história da sociedade brasileira, podemos apreender a construção de um imaginário no qual a violência, a punição, o assassinato de crianças e adolescentes são permitidas. Esta prática de violência não é, de forma alguma, estranha à crianças e adolescentes pobres. A utilização\institucionalização da violência por alguns grupos tem sido compreendida, no decorrer da nossa história, como caminho para se combater o diferente, o anormal, os altos índices de criminalidade em nossa sociedade.

Diversos imaginários vão se constituindo através das práticas linguísticas que excluem ou fixam sentidos em um constante confronto entre as relações de força e poder dos grupos existentes.

Deste modo, podemos entender porque Pecheux ao objetivar,

"(...) provocar uma ruptura no campo ideológico das ciências sociais, escolhe o discurso e a análise do discurso como o lugar preciso, onde é possível interferir teoricamente (a teoria do discurso), e praticamente, construindo um dispositivo experimental." (Henry, 1988:25)

Considerar a linguagem e, portanto, o discurso como fato social, que atua e transforma possibilitando a construção de novas idéias, valores e comportamentos, novas constituições de significados é acreditar que será no embate, no confronto, na construção de novos sentidos que se encontram as condições para a transformação desta sociedade.

O homem, numa sociedade que determina e que veicula sentidos fixos e processos parafrásticos, torna-se um ser não passível de mudança, com concepções e valores cristalizados fundamentais para a continuidade desta.¹

1. Para a AD : "a produção do discurso se faz na articulação (...) de dois grandes processos, que seriam o fundamento da linguagem: o processo parafrástico e o processo polissêmico. O processo parafrástico é o que permite a produção do mesmo sentido sob várias de suas formas(matriz da linguagem). O processo polissêmico é o responsável pelo fato de que são sempre possíveis sentidos diferentes, múltiplos (fonte de linguagem). (Orlandi,1988:27)

1.2- Construindo a história de crianças e adolescentes

E a concepção da linguagem enquanto pluralidade e multiplicidade de sentidos que nos possibilita sair do já pronto, do nomeado e configurado. Ela ainda nos faz entender os discursos existentes como efeitos de sentido que, ao serem produzidos, se deslocam produzindo novos sentidos, novas significações. Tal concepção nos leva a conceber os diversos efeitos de sentido resultantes das diferentes leituras de um mesmo discurso, de um mesmo fato social\acontecimento histórico, observando as condições de sua produção, bem como as formações ideológicas dos grupos e indivíduos envolvidos.

Segundo esta perspectiva, modifica-se a concepção de história, que já não se dá de forma homogênea\universal. Os acontecimentos sociais, culturais, econômicos e políticos, que são tradicionalmente compreendidos como registro de acontecimentos e transmissão de informações, passam a ser percebidos como fato social que produz e redimensiona novos sentidos, novos valores e comportamentos entre os homens. A história assim se produz quando, num processo coletivo de interação\interlocução, novos sentidos e novos significados vão sendo produzidos contrapondo-se aos velhos e redimensionando os novos.

Na perspectiva apontada pela AD, confronta-se com a univocidade lógica da história, a sua universalidade. Confronta-se com a literalidade de alguns discursos que, construídos em

um processo coletivo-dialogico, são apropriados, rearticulados e cristalizados por aqueles que detêm o poder, transformando-os em espaços de produção estável, sem contradições ou significados múltiplos.

A construção da história se dará, assim, pela construção de sentidos que de forma não transparente, passam a se movimentar sendo impossível detectar a origem destes sentidos, mas apenas seus efeitos de sentido que se encontram aqui e lá, que se redefinem e se transformam.

Orlandi (1990) aponta que:

" Os discursos estabelecem uma história. A história, em nossa perspectiva, não se define pela cronologia, nem por seus acidentes, nem tampouco pela evolução mas produção de sentidos (Henry,1985). Ela é algo da ordem do discurso. Não há história sem discurso. É aliás pelo discurso que a história não é só evolução, mas sentido, ou melhor, é pelo discurso que não se está só na evolução mas na história."(Orlandi,1990:14)

Assim, num processo contínuo de confronto e embate de sentido\significado, a história se constrói. No entanto, a necessidade apresentada pela classe dominante de resguardar sua hegemonia contribui no processo de reificação e cristalização dos sentidos. O sentido único, universal não permite a participação do sujeito, não permite o questionamento e o inconformismo.

Tradicionalmente, os acontecimentos\ fatos sociais são compreendidos a partir do apagamento das condições históricas em que são construídos, constituindo-se em fatos cristalizados cuja referência é a cronologia. A participação do homem\ cidadão na construção de sua história é silenciada e ela passa a ser concebida como a história de poucos.

Tal afirmação nos permite considerar que o processo de institucionalização de determinados significados\ sentidos como dominantes e literais se dá no jogo ideológico das relações de força e tem por objetivo a reprodução desta sociedade. Instituído, o sentido literal\ dominante fixa-se como o oficial impossibilitando o confronto e a construção do novo. Sedimentam-se não apenas os sentidos, mas também a própria história.

E nesta perspectiva que compreendemos como os efeitos de sentido dos discursos sobre o negro, sobre a criança negra no Brasil, ainda no século XIX encontram-se presentes na sociedade brasileira determinando práticas diferenciadas de violência. Tal fato é comprovado à medida em que as pesquisas apontam que o extermínio de crianças e adolescentes tem-se dado de forma mais acentuada em crianças e adolescentes negros. O racismo tem-se mostrado, sem dúvida alguma, como mais uma das categorias a serem utilizadas na compreensão do fenómeno da violência.

Ao concebermos o discurso como uma prática política e ideológica, podemos compreender como os discursos proferidos

por autoridades brasileiras permitem o apagamento da ampla participação da sociedade civil na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente -(ECA)- Lei de n.8.069 ou do art. n. 227 da Constituição Federal, que regem os direitos da crianças e adolescentes brasileiros. Apagaram-se os momentos de produção\elaboração deste Estatuto e cristalizou-se o fato em si, como se sua elaboração fosse parte de um projeto anterior.

Apagou-se ainda o processo de denúncia contra a violência a qual eram submetidos as crianças e adolescentes pobres, realizado pelo MNMMR e por entidades afins. A sobreposição de alguns discursos em detrimento de outros é uma característica bastante visível na história do MNMMR, no seu confronto com o Estado na luta pela defesa e promoção da criança e adolescente marginalizado.

Esta nova concepção de história nos faz refletir sobre a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, considerado como uma das normatizações mais avançadas em relação à criança e ao adolescente. Apesar de se constituir como fato histórico relevante, na prática ainda não conseguiu redimensionar muitos dos sentidos ainda presentes em nossa sociedade sobre crianças e adolescentes pobres. Concepções presentes na sociedade brasileira sobre o menino e menina de rua advindas dos séculos XVIII-XIX, período este em que são redefinidas as concepções da infância e adolescência no Brasil.

Este fato pode ser melhor compreendido quando utilizamo-nos da nova concepção de história desenvolvida pela AD que não apresenta a cronologia como referência. Conforme nos aponta Orlandi:

" A história está ligada à práticas e não ao tempo em si. Ela se organiza tendo como parâmetro as relações de poder e de sentidos, e não a cronologia: não é o tempo cronológico que organiza a história, mas a relação com o poder (a política). Assim, a relação da AD com o texto não é extrair o sentido, mas apreender a sua historicidade, o que significa se colocar no interior de uma relação de sentidos." (Orlandi, 1990:35)

Esta afirmação nos faz refletir sobre a produção que se deu ao longo da história dos discursos favoráveis à utilização da violência, do linchamento, da pena de morte como solução para os altos índices de criminalidade existentes no Brasil. E neste contexto que se deu e ainda se dá a multiplicação das práticas de extermínio contra crianças e adolescentes pobres. Hoje, em fins do século XX, promulgado, divulgado, na sociedade brasileira o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA- não tem possibilitado a diminuição das práticas de violência e do extermínio.

Tendo como referência a cronologia, o ECA é um marco na história da Legislação Brasileira. Entretanto, as concepções de infância e adolescência por ele veiculados não têm-se apresentado cotidianamente na criação de um novo sentido para meninos e

meninas na\da rua. Na prática, o Estatuto apresenta dificuldades para ser viabilizado, seja na criação e efetivação dos Conselhos e elaboração das políticas de atendimento com uma concepção sócio-educativa, seja na vontade política de nossos governantes em acabar com o círculo de impunidade dos que exterminam, seja na constituição de um outro imaginário sobre o "menino pobre", "menino trabalhador", ou melhor dizendo, sobre o "menino de rua."

Neste contexto, diversos discursos se entrecruzam, se completam, se contrapõem, constroem e desconstrõem conceitos-significações que, apesar de ultrapassados em lei, continuam presentes na prática e na construção de imaginários ainda fundamentados na concepção preconceituosa de que criança e adolescente na rua são sinónimos de "marginal", "pixote" e "trombadinha". Nestes conceitos se fundamentam os justiceiros, empresários, políticos, donas de casa, cidadãos comuns de nossa sociedade quando optam pela pena de morte, pelo linchamento, pela "justiça" feita pelas "próprias mãos".

Nesse sentido, a AD proposta por M.Pêchéux contribui para que a história, os movimentos e transformações políticas e sociais possam ser repensados, não em função de sua cronologia, como sucessão de fatos históricos, mas sim como produção de sentidos.

Construído por vozes que reificaram e silenciaram determinados sentidos em detrimento de outros, neste estudo, o

fenômeno da violência pode ser compreendido em seu aspecto ambivalente, polissêmico de resistência e confronto. Seus processos de significação, seus efeitos de sentido podem ser compreendidos tendo em vista a determinação histórica de sua produção.

Com estes pressupostos, desvenda-se a construção de uma história onde os acontecimentos são interpretados de forma única, literal. Concebida como produto de apenas alguns grupos, nega-se o movimento, a participação popular, que ocorre de forma coletiva quando os grupos se organizam, mobilizam e lutam por sociedade mais justa e igualitária.

Concluindo, podemos afirmar que a teoria crítica "Análise do Discurso" proposta por Michel Pêcheux é de fundamental importância para que os "fatos", os "sentidos literais" possam ser desconstruídos em função de seus processos de determinação. O homem constrói sua história, uma história repleta de equívocos e contradições. Ao falar, o homem materializa sua história, e portanto, a de seu grupo social. É preciso que compreendamos o processo de produção dos discursos, pois, somente assim, poderemos realizar uma leitura mais crítica dos discursos/práticas realizadas e as formações ideológicas aí representadas.

"1.8= Corpus discursivo"

A Análise de Discurso tem como objeto de análise o texto. Este é definido como unidade complexa de significação que se dá num processo sócio-histórico de interação\interlocução entre sujeitos.

" Enquanto unidade pragmática, que se constitui na interlocução, não importa a extensão do texto: pode ser uma palavra, um sintagma, um conjunto de frases (escrito ou oral), o que importa é que funciona como unidade de significação em relação à situação." (Orlandi, 1988:22)

Nesta perspectiva, o texto não é considerado como o somatório de várias frases, mas sim como uma unidade discursiva onde a sua relação com a exterioridade, com as condições de produção, com a situação discursiva o faz incompleto, não transparente. Para a Análise de Discurso, o texto, como uma unidade discursiva, não se apresenta enquanto conteúdo a ser interpretado, mas sim como a possibilidade de múltiplos sentidos, visto que estes se encontram presentes no espaço discursivo entre os interlocutores.

E a noção de incompletude da linguagem que nos permite uma análise que não se preocupa em esgotar o sentido presente no discurso, mas sim em proporcionar a possibilidade da compreensão deste, tendo como referência a sua determinação socio-histórica: A linguagem é multiplicidade de sentidos, sendo estes produzidos

em determinadas condições de produção, por um determinado sujeito, em uma determinada situação.

"Orlandi(1986b) mostra-nos que a Análise do Discurso não visa a exaustividade horizontal, em extensão, mas sim uma exaustividade vertical, em profundidade, considerada em relação aos objetivos do analista. De maneira posta a outras áreas de pesquisa, que têm a extensão dos dados como fator constitutivo de seus objetivos, para a Análise do Discurso, mostra a autora, a exaustividade extensional torna-se incoerente, na medida em que todo discurso se estabelece sobre um discurso anterior, apontando para outro. (...) O que existe não é um discurso fechado em si mesmo, mas um processo discursivo, do qual se podem recortar e analisar estados diferentes." (Lagazzi,1988:60)

Na operacionalização da análise a AD trabalha com a noção de recorte, sendo estes realizados durante a situação da interlocução, tendo em vista, as suas condições de produção.

" O recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim um recorte é um fragmento da situação discursiva." (Orlandi, 1984:14)

Para a AD a delimitação, o recorte dos discursos escolhidos só se realizará durante a própria análise. Em relação a constituição do corpus discursivo, este se dará, concebendo

as condições de sua produção.

Segundo Suzy Lagazzi num processo de análise:

"(..) a partir de um universal discursivo, um conjunto potencial de discursos que podem ser objeto de análise, estabelecemos um campo discursivo de referência. Através de uma série sucessiva de restrições, que homogenizam o material linguístico, chegamos às sequências discursivas, que serão submetidas à análise. Para garantir a legitimidade dessas homogeneizações sucessivas é que se impõem as condições de produção, que agem como filtro que separa as sequências discursivas que constituirão o corpus. (Courtine,1982) Na denominação empregada por Maingueneau (1984), o espaço no interior do qual é delimitado o corpus constitui o espaço discursivo da análise." (Lagazzi,1988: 59)

O recorte dos dados será determinado pelas condições de produção destes. As marcas aí inscritas só serão analisadas, tendo em vista as suas condições de produção. O objetivo do analista será a tentativa de realizar uma leitura não-subjetiva dos dados.

Na Análise de Discurso, a apreensão das marcas não é automática e a interpretação dos seus sentidos não é mecânica. Ela vai se dando na medida em que o analista passa a detectar através das marcas linguísticas do discurso o seu funcionamento. E será através da compreensão do processo de funcionamento do

discurso que se descobrira a formação discursiva dominante e consequentemente a formação ideológica ai presente.

"(...) o lugar de que falam os sujeitos é constitutivo do que eles dizem e está representado -mas transformado imaginariamente - nas suas falas. Não são as situações sociais empíricas, objetivamente descritíveis que contam, mas as projeções dessas situações, pelas formações imaginárias, nos discursos. Por isso é que não falamos das situações, mas das "posições" dos sujeitos em relação ao que eles dizem."
(Lagazzi, 1988:38)

As diferentes formações discursivas são determinadas em função das diferentes posições ocupadas pelos sujeitos do discurso. Estes estabelecem relações de embate e confronto definindo-se e redefinindo-se em função de suas formações ideológicas. Significados múltiplos são produzidos diante das mesmas palavras.

No processo de análise, será a partir das marcas linguísticas que se sobressaírem que o analista poderá delinear o caminho que o levará ao processo discursivo, possibilitando-lhe explicar o funcionamento do discurso. A apreensão do processo de funcionamento do discurso revelará a(s) regularidade(s) enunciativa(s) presentes no discurso.

São as marcas encontradas nos discursos que nos apontaram as diferentes formas de funcionamento dos discursos. Estas podem

se constituir por construções sintáticas, elementos lexicais, morfológicos e fonológicos. No entanto, devemos ressaltar que a análise das marcas deverá-se encontrar relacionada com as condições de produção da sequência discursiva em questão.

O objetivo proposto em nosso trabalho será de caracterizar através das marcas encontradas nos discursos apresentados a existência de diferentes formações discursivas que explicitem a concepção do fenômeno da violência cometida "contra" e "ao mesmo tempo" pelos meninos e meninas de rua. O nosso recorte será realizado tendo em vista o caráter ambivalente e polissêmico da violência, não só como transgressão de norma, mas também como resistência e confronto.

O delimitação do nosso corpus foi realizado a partir de noticiários de jornais, conferências, discursos, documentos, transcrição de fitas de vídeo e entrevistas com meninos e meninas militantes do MNMMR e com meninos e meninas de rua. As análises foram realizadas em três blocos. No primeiro bloco foram analisados documentos do MNMM. No segundo bloco foram analisadas as entrevistas de um empresário, um deputado federal, e dois exterminadores membros da OPM, Organização Pena de Morte do Espírito Santo. No terceiro bloco foram analisados, inicialmente, os discursos de meninos e meninas militantes do MNMMR proferidos durante o II Encontro Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de setembro de 1989. Em uma segunda parte foram analisados os discursos de meninos e meninas de rua que não

possuíam nenhuma relação com o MNMMR.

Acredito que será através da observação das diferentes formações discursivas e do confronto existentes entre estas, que poderemos desconstruir os discursos existentes em relação aos meninos e meninas de rua que apontam na direção da morte, do extermínio, tornando visíveis novos sentidos. Sentidos que compreendam a sua história, história de luta, exploração, sofrimento, marginalização e morte.

Em todos os discursos analisados dos meninos e meninas uma das questões mais enfatizadas foi o da violência visto esta se encontrar presente em quase todos os momentos de suas vidas: seja na escola, na família, na rua, nas instituições de reeducação ou até mesmo pela inexistência de políticas públicas que viabilizem uma vida menos desumana.

Antes porém que nos detenhamos nas análises necessário se faz que passemos a refletir sobre a dinâmica, o fenômeno da violência, concebendo não apenas o caráter de transgressão de normas, aceito pela sociedade brasileira, mas também seu caráter ambivalente e polissêmico, como processo de resistência e confronto. Acreditamos que somente assim poderemos compreender os diversos tipos de violência existentes em nossa sociedade, tanto as viabilizadas pelo Estado, família, escola, internatos, exterminadores, assim como aquelas cometidas pelos "meninos e meninas de rua".

Posteriormente, ao vincularmos o fenômeno da violência a história da criança e do adolescente brasileiro passaremos a historicizar (ainda que de forma rápida, pois este não é o objeto de nosso estudo) a construção das diferenciadas concepções em relação à infância e adolescência existentes no Brasil. Ressaltamos que tal procedimento é de fundamental importância, visto acreditarmos que as diferentes formas de violência para com crianças e adolescentes são determinadas pelas concepções de infância e adolescência presentes no imaginário do cidadão brasileiro.

2- RECONSTRUINDO OS CONCEITOS DE VIOLENCIA

O alto índice de violência cometida contra crianças e adolescentes das classes trabalhadoras tem se constituído em um fato de grande relevância em nossa sociedade. Objeto de diversos estudos e pesquisas, esta problemática vem revelar o fracasso do modelo de desenvolvimento econômico implementado no Brasil. Neste contexto, 59 milhões de crianças e adolescentes brasileiros encontram-se em situação de marginalização.

Adquirindo contornos específicos, a violência vai encontrando formas diferenciadas de apresentação. Seja de forma indireta através do fracasso das políticas públicas de atendimento a serem viabilizadas pelo Estado, seja de forma direta através da vitimização destas (consequência de maus tratos advindos de suas relações familiares e interpessoais) e ainda através do abuso e exploração nas relações de trabalho. Os altos índices de mortes, assaltos, estupros, sequestros, dos quais estes têm sido vítimas revelam uma sociedade violenta e injusta. O extermínio de crianças e adolescentes apresenta-se para nós como a face mais cruel de uma sociedade que tem optado pelo abandono, exploração e extermínio de suas crianças e adolescentes.

Segundo Sergio Adorno (1988):

" (...) ao contrário do que muitas vezes se pensa, a violência não é um fenômeno estranho à sociedade. Em geral temos uma certa idéia presente às vezes no senso comum, mas também

algumas vezes no chamado senso crítico ou científico, de que a violência é alguma coisa externa aos homens, de que ela existe como se fosse algo estranho a todos nós, quase uma anomalia, uma patologia que, como tal tem que ser tratada.(Adorno,1988:03)"

No entanto, ele continua:

" A mesma sociedade que organiza uma certa ordem, supõe como elemento de funcionamento dessa ordem a relação violenta, supõe a violência como elemento estruturador e organizador das relações e da superação dos conflitos sociais."(Adorno,1988:04)

Apesar da violência constituir-se em problema socialmente construído no interior das relações sociais apresentando diferenciadas formas de apresentação, a sociedade brasileira tem-se comportado diante da violência considerando apenas um de seus aspectos, o aspecto normativo.

A sociedade brasileira está habituada a considerar a violência apenas pelo aspecto da violação\transgressão de regras, normas e leis aceitas por uma coletividade e das quais depende para continuar existindo. Neste contexto (jurídico), o indivíduo violento é aquele que põe em risco a vida da comunidade, contribuindo para seu desequilíbrio.

Segundo o "Dicionário de Política" de N. Bobbio et.alli:

" Por Violência entende-se a intervenção física de um

indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo (ou também contra si mesmo). Para que haja Violência é preciso que a intervenção física seja voluntária. (...) Além disso a intervenção física, na qual a violência consiste tem por finalidade destruir, ofender e coagir. (...) Exerce Violência quem tortura, fere ou mata." (Bobbio N., Mattteuci N. & Pasquim, G. 1986:1291)

Neste sentido, podemos compreender como a sociedade brasileira apesar de exercer sobre o cidadão uma violência cotidiana através de suas instituições, pune o mesmo cidadão quando este se utiliza da violência transgredindo normas e regras. Utilizando-se de um discurso "contra a violência", o Estado resguarda-se e procura proteger-se. Isto é o que denominamos de "monopolização da violência pelo Estado".

A nossa concepção sobre a questão da violência contrapõe-se aos conceitos que a concebem apenas como transgressão de princípios e normas, cuja finalidade é destruir e ofender. Consideramos a violência como elemento estrutural do fato social, como um fenômeno constante da história humana. Em relação à própria história da infância e adolescência na sociedade brasileira, podemos verificar que ela foi sempre permeada por diferentes práticas de violência e morte, culminando na maioria das vezes no silenciamento e extermínio destes.

Neste trabalho, nos utilizaremos, em especial, da concepção de violência proposta por Mafessoli,¹ no qual a violência deve ser considerada não apenas em seu aspecto de transgressão de normas e preceitos, mas também em seu caráter polivalente e polifônico de resistência e confronto. Neste sentido, os questionamentos aqui produzidos objetivam a compreensão da prática da violência, não apenas como uma consequência psíquica, biológica, de uma formação patológica de determinados indivíduos, mas também como produto de um processo de desestruturação social, onde seu aparecimento pode estar relacionado a vários fatores. Estes podem encontrar-se relacionados à utilização de mecanismos repressivos para a garantia do poder e hegemonia dos grupos dominantes; à reivindicação de ordenamentos sociais mais justos e até mesmo à necessidade compulsória da utilização de um micro poder por parte dos indivíduos produtos de uma sociedade violenta e discriminatória.

Inicialmente refletiremos sobre como as diferentes formas de violência foram monopolizadas e institucionalizadas pelo Estado, possibilitando a este a repreensão e punição daqueles que transgridem suas normas, sejam eles adultos, crianças ou adolescentes. Posteriormente procuraremos focalizar o processo de marginalização pelo qual as crianças e adolescentes

1. Michel Mafessoli, sociólogo francês professor titular de sociologia de Paris V (Sorbonne). O fenômeno da violência para Mafessoli destaca-se como "um elemento estrutural do fato social e não como o resto anacrônico de uma ordem bárbara em vias de desaparecimento". (Mafessoli, 1987)

pobres vem sendo submetidas historicamente, desde meados do século XIX até nos dias de hoje, a um sistema econômico excludente e concentrador de rendas.

Ao analisarmos as diferentes concepções de infância e adolescência existentes no Brasil a partir de meados do século XIX e a prática da violência subjacente a estas, acreditamos poder caracterizar como os discursos aí elaborados produziram efeitos de sentidos ainda presentes na sociedade brasileira. Somente assim poderemos compreender como muito dos sentidos construídos sobre os pequenos trabalhadores, livres ou escravos permaneceram presentes até hoje no imaginário burguês, favorecendo práticas preconceituosas de violência e extermínio.

2.1-A dinâmica da violência

Já tem sido por demais observado que a sustentação de elevadas taxas de crescimento económico e uma consequente concentração de renda por parte de alguns poucos tem gerado no Brasil, além de uma enorme dívida social, a própria estagnação deste modelo de desenvolvimento. Nos anos 80 essencialmente, a questão social no país deteriorou-se acentuadamente, visto que, a estagnação económica, inflação constante, não implementação de políticas governamentais não permitiram o estabelecimento de um novo modelo económico que conciliasse crescimento económico e justiça social. Em relação às políticas públicas sociais, assistiu-se a desestruturação dos dois grandes sistemas organizacionais de carácter nacional, montados na década de 70, como o Sinpas (Sistema Nacional de Previdência Social) e o SFH (Sistema Financeiro da Habitação).

Indicadores sociais de 1990 indicaram uma acentuada deterioração em relação aos anos anteriores apresentando o seguinte quadro: cerca de 8 milhões de crianças de 7 a 14 anos encontram-se fora da escola; apenas de 10 a 15 milhões de brasileiros são beneficiários do Sinpas, numa população de 140 milhões; o déficit habitacional apresenta-se em torno de 10 milhões de moradias, ademais, cerca de 12 milhões de moradores urbanos não têm acesso à rede de água potável e 59 milhões não têm acesso à rede geral de esgoto, o que corresponde a 12% e 64% da população urbana brasileira.

A deterioração do quadro social brasileiro através das desigualdades distributivas, desemprego, queda do poder aquisitivo, inflação crônica, inexistência de políticas sociais públicas voltadas para os setores marginalizados, constituíram-se e constituem-se como o pano de fundo que alimenta o exercício e multiplicação da violência em suas diferenciadas performances. Neste contexto, podemos constatar a existência de um movimento de redefinição de normas, valores e comportamentos, ou seja do próprio padrão de conduta determinado pela sociedade brasileira como legítimo.

Maffesoli(1987) abre caminho pra um maior entendimento desta questão concebendo a violência não mais como fator de desequilíbrio na sociedade, mas como elemento estruturador do fato social, estrutura constante do fenômeno humano, presente em toda e qualquer civilização.

Segundo Maffesoli (1987), M. Weber analisou a questão da violência da seguinte forma:

" (...)não como um fato anacrônico, uma sobrevivência dos períodos bárbaros ou pré civilizados, mas sim como a manifestação maior do antagonismo existente entre vontade e necessidade. E ainda que sua análise esteja submetida a aspectos de sua época e a diversos problemas contingentes, ele soube insistir no caráter específico da violência como articulação lógica que se estabelece num confronto de valores (politeísmo ou pluralidade de valores)."

(Mafessoli,1987:14)

Para ele, Weber concebia a existência da violência estreitamente vinculada a uma articulação estabelecida em momento de grande confronto de valor. Ao conceber a ação da diferença entre os diversos valores, negada anteriormente pela unanimidade aparente, aponta-a como fundada nos confrontos e conflitos de toda ordem.

Nesse caso afirma:

"Ela pode modular-se de maneiras pacíficas, como a diplomacia, a negociação, a regulação, etc., ou ainda, sob a forma de concorrência nos seus aspectos comerciais, culturais, científicos; não é menos verdadeiro que ela sempre remete à "seleção" que opõe os indivíduos ou grupos entre si. As consequências sociológicas desta realidade são imensas, de nossa parte, a situamos como motor principal do dinamismo humano."

(Mafessoli,1987:14)

No entanto, na compreensão/interpretação deste fenômeno nas modulações históricas e sociais o caráter não integrado da violência, de natureza irregular, disforme, obscura, dificulta sua teorização.

"Sendo assim, não é possível analisar a violência de uma única maneira, tomá-la como um fenômeno único. Sua própria

pluralidade e a única indicação de politeísmo de valores, da polissemia do fato social investigado." (Mafessoli, 1987:15)

Acreditamos que em sociedades pautadas em moldes que visem, essencialmente, sua harmonia, onde não se aceite a existência de diferentes valores e comportamentos que venham contradizer a ordem estabelecida, a violência pode surgir não simplesmente como transgressão de normas, mas também como forma de confronto, denúncia e resistência.

Dai que a violência cometida pelos denominados "trombadinhas", "cheiradores de cola", nem sempre tem por finalidade destruir, ofender, coagir, transgredir normas, mas ao contrário denota essencialmente um processo "construtivo" (consciente ou inconsciente) de confronto e resistência a uma sociedade que os marginaliza. Resistência a uma moral estreita e conformista.

Para Mafessoli:

"(...) poderíamos dizer que a dissidência social [violência] inscreve-se num duplo movimento de destruição e construção, ou ainda que ela é reveladora de uma desestruturação social relativamente manifesta, e que ela invoca uma nova construção." (Mafessoli, 1987:21)

No Brasil, o conceito de sociedade implícito tanto no "Código Penal", assim como no antigo "Código de Menores", demonstra a concepção de uma ordem natural dos fenômenos onde estes se constituiriam como produto de leis naturais, invariáveis, independentes da vontade e ação humanas. A vida social, neste sentido, reinaria de forma orgânica e harmoniosa onde ao homem adulto, criança ou adolescente caberia, como um bom cidadão, a contribuição para a sua evolução, seu aperfeiçoamento. Tal concepção harmoniosa de sociedade onde suas disfunções, consequências das diferenças existentes entre seus integrantes, devem ser tratadas e eliminadas, revelam uma concepção positivista de sociedade.

" O pensamento positivista considera que as leis sociais são tão inflexíveis quanto as da natureza. Assim, os homens, empurrados fatalmente por essas forças impessoais- os comportamentos sociais existem como relações igualmente necessárias e uniformes em que a marcha dos acontecimentos se faz fora da livre vontade dos membros da sociedade- devem agir em acordo racional com elas." (Orlandi,1990:23)

No Brasil as discussões sobre o positivismo deslocaram-se de um discurso com um caráter mais científico específico para uma forma mais moral. Transpostos para a consensualidade, tornando-se senso-comum, este positivismo com uma inclinação mais moralista passa a significar o cidadão-brasileiro, dando-lhe uma determinada forma, um determinado estatuto de cidadania.

A transformação dos indivíduos em cidadãos implica em um processo de contínua regeneração moral onde a submissão ao Estado é de fundamental importância. Tal pressuposto permite\estabelece a monopolização de práticas violentas pelo Estado através dos seus mecanismos institucionais cujo objetivo é a proteção e formação da cidadania brasileira. Nesse processo de uma "asséptica normalidade", constrói-se a existência de uma sociedade nivelada, sendo a violência considerada como a sua "parte maldita."

Entretanto, ao institucionalizar-se, a violência apaga a possibilidade do aparecimento do diferente, do novo, pois estes são concebidos como desvios, disfunções que deverão ser corrigidos e eliminados. A regulação social dada através dos mecanismos disciplinares, institucionais, educacionais-repressivos, devem levar a generalização\nivelamento da sociedade.

Dai Mafessoli afirmar que:

" Essa violência monopolizada, que pretende ser a negação da violência julgada demasiadamente natural, conduz a uma existência pacificada e satisfeita que fundamenta a ideologia da tranquilização da vida social." (Mafessoli,1987:17)

A regulação social não deixa emergir nada que contraponha os interesses dominantes cujo maior objetivo é a manutenção do

sistema voltado para a produção, para seu desenvolvimento.

Na busca deste objetivo Weber afirma que :

"Durante o desenvolvimento histórico, o uso da força física foi monopolizado de modo crescente pelo órgão de repressão de uma espécie determinada de socialização e de comunidade concordante: a organização política. Desse modo, ela foi convertida pelos poderosos e, finalmente, por um poder que se atribui formalmente a aparência de neutralidade, numa ameaça organizada pela repressão." (Weber Apud Mafessoli, 1987:14)

Desta forma, para Mafessoli, a violência como força, potência construtiva, permite uma simbiose de forças possibilitando a criação e renovação da estrutura social, "expressão da fundação social". Monopolizada pelo Estado, ¹ perde seu caráter construtivo e remete a equivalência generalizada. A violência passa a ser legalmente exercida por algumas pessoas, grupos ou instituições, objetivando o exercício da obediência em função da garantia do poder.

"É a partir daí que começa um desencadeamento da violência que nada pode diminuir; por sua racionalização, ela se difunde, e o aumento cada vez maior da criminalidade, da insegurança urbana, faz parte de sua instrumentalização." (Mafessoli, 1987:18)

1.No próximo item: "O Estado e seus mecanismos de punição\ repressão", resgataremos o processo de monopolização do Estado em relação a violência, focalizados por Michel Foucault, tendo em vista os mecanismos de disciplinarização da violência.

Na sociedade brasileira, esta é concebida apenas em seu aspecto destrutivo, de transgressão de leis e normas. Realização de atos irracionais que levariam à barbárie, contradizendo o atual estágio de civilização alcançado por esta sociedade. Neste sentido, contraditoriamente a sociedade brasileira, na maioria das vezes, aceita\legítima a violência praticada pelo Estado através de suas Instituições como conduta legítima, utilizada na defesa de seus interesses, válida na superação dos conflitos sociais, mas pune\reprime a violência cometida por seus cidadãos.

Vale ressaltar que a institucionalização da violência faz-se:

"(...) como um conjunto de mecanismos visíveis e invisíveis que vêm do alto para baixo da sociedade, unificando-a verticalmente e espalhando-se pelo interior das relações sociais, numa existência horizontal que vai da família à escola, dos locais de trabalho às instituições públicas, retornando ao aparelho do Estado." (Chauí, 1980:16)

Ignora-se, assim, as inúmeras formas de violência a que são submetidas crianças e adolescentes pelos órgãos institucionais: família, trabalho, escola e internatos, observando-se apenas seu comportamento "agressivo" e "anti-social", através de suas atitudes de revolta e agressividade a esta sociedade.

Isto posto, tendo em vista o seu caráter múltiplo e polissêmico, a violência considerada nas suas diversas condições de produção poderá ser concebida de diferentes formas: se ela é exercida pelo Estado através de suas atividades legislativa, judiciária e executiva é aceita como forma de punição\correção, fundamental para o processo de reeducação e desenvolvimento da sociedade; se ela é praticada nas relações familiares, interpessoais e trabalhistas é percebida como um padrão de conduta normal no exercício da formação e educação do cidadão; no entanto, se ela é praticada por adultos, crianças e adolescentes na busca de sua sobrevivência, transgredindo regras e normas estabelecidas é considerada infame e deve ser reprimida e punida.

A institucionalização\cristalização das normas estabelecidas para o desenvolvimento equilibrado de uma sociedade impede o surgimento do novo e institucionaliza o diferente como desviante. A utilização de normas absolutas impede o diálogo, o embate, e rotula o diferente como anormal e que deve ser corrigido.

Para E. Durkheim (1987),¹ que postula a existência de uma sociedade orgânica e funcional, o campo de variação permitida aos indivíduos é bastante limitado:

1. Na compreensão do processo de nivelamento e estigmatização presente na sociedade brasileira, significada por preceitos positivistas, recorreremos a Emile Durkheim, mestre da sociologia positivista moderna.

" Este campo é nulo ou muito fraco no círculo dos fenômenos religiosos e morais, nos quais a variação se torna facilmente crime."(Durkheim,1987:XXXII)

A resistência, o novo, o diferente, são nesta perspectiva considerados como elementos de confronto à "moral", fatores determinantes no processo de criminalidade e da marginalidade e que, portanto, devem ser refutados e coibidos, inclusive pela utilização de práticas violentas.

Produto das estruturas sociais, econômicas e políticas, geradoras do processo de marginalização crescente das classes trabalhadoras, crianças e adolescentes marginalizados, ao resistirem e confrontarem ao já estabelecido, são violentados, discriminados e estigmatizados. Por não serem portadores de valores e comportamentos dentro das normas pré-estabelecidas, por não se enquadrarem na concepção burguesa de infância, são considerados como deficientes, como marginais. Assim, ao resistirem a um comportamento, a uma moral que os violenta e estigmatiza são transformados em "pixotes", "trombadinhas" e "marginais de grande porte".

Durkheim (1987) afirma que :

"(...) se experimento violar as leis do direito, estas reagem contra mim de maneira a impedir meu ato se ainda é tempo; como fim de anulá-lo e restabelecê-lo em sua forma normal seja se realizou e é reparável; ou então para que eu o expie se não há

outra possibilidade de reparação. (...) Também em relação aos problemas morais estes também reparados de forma exímia, pois, a consciência pública, pela vigilância que exerce sobre a conduta dos cidadãos e penas especiais que têm a seu dispor, reprime todo ato que a ofende."(Durkheim,1987:02)

Assim, ao buscar sua hegemonia, o Estado impõe aos indivíduos coerções de formas diferenciadas, tanto através da utilização de seus aparelhos repressivos (jurídico formal), como também pelo consenso (jurídico senso-comum), através das instituições destinadas ao ensino do saber e da moral. O objetivo de ambas será a construção de imaginários coletivos que corroborem com a internalização de regras, valores e comportamentos, universais e homogêneos próprios da classe dominante.

Para Mafessoli, o processo de nivelamento da sociedade compreende a produção de um comportamento universal, homogêneo, desconhecedor das diferenças. Normaliza-se os indivíduos, produzindo "o louco".

" A adoção da norma cria um centro (ou centros) e periferias. O louco, o anormal não está mais integrado numa organicidade social da qual ele é parte integrante; ele entra na grande categoria dos excluídos que não podem submeter-se à dominação absoluta da razão. Essa dominação é insidiosa, ela se ramifica no conjunto do corpo social e produz o reino da

equivalência generalizada, o que significa que a determinação da normalidade não pode suportar a diferença." (Maffesoli, 1997:22)

Qualifica-se as pessoas tendo como referência o bem e o mal, o certo e o errado definidos no imaginário construído pelos grupos dominantes. Todo comportamento deve levar em conta tal referência. No entanto, a necessidade de homogeneização dos comportamentos, ao refletir o objetivo de tornar único um determinado padrão de comportamento fundamental na reprodução da ordem instituída, não só permite como respalda a utilização da violência na contenção da moral instituída.

Contraditoriamente, aquele que responde com o confronto e resistência ao já instituído e determinado encontra-se diante de situações consideradas "ilegais" devendo ser coibido e punido. São as produções dos diferentes processos de significação sobre a violência que possibilita tais práticas. Convém ressaltar que, segundo Maffesoli, as resistências nem sempre ocorreram ou ocorrem de forma consciente, mas também de forma inconsciente onde o desejo do novo, do inusitado o leva a resistir, a ousar.

Como já afirmamos anteriormente, neste estudo consideramos a ambiguidade e polissêmia da violência, materializada tanto em seu aspecto negativo onde o abuso do poder, da repressão se dá tendo em vista, uma concepção de sociedade harmoniosa que precisa ser guardada e protegida, como em seu aspecto construtivo, ou seja, a violência originária de um processo de contestação da

ordem vigente que traz consigo a marca do novo, apontando a necessidade de se constituir uma nova ordem. O índice de violência nesta concepção pode assim ser um instrumento detector da justiça social.

Na reflexão\compreensão sobre os diferentes processos de significação da violência e sua relação com a vida de crianças e adolescentes, foram utilizadas outras categorias de análise que não se detiveram apenas na categoria econômica de classes sociais. As relações de dominação e exploração de alguns grupos sociais em relação a outros tendo em vista apenas esta categoria mostrou-se insuficiente na compreensão do fenômeno da violência. Na verdade, o exercício da violência tem-se dado não apenas em relação às classes sociais com interesses antagônicos, mas também em relações interpessoais e familiares. Nestas relações outros sistemas de dominação\exploração como o adultocentrismo, o racismo, o patriarcado, se configuraram de fundamental importância para a compreensão da dinâmica da violência.

Na busca do resgate e compreensão da história da infância brasileira, a necessidade da utilização destas categorias revelou-se de fundamental importância. Historicamente, o adulto em nossa sociedade sempre apresentou maior "valor" e portanto maior "poder" sobre a criança e o adolescente. A utilização de repreensões e punições consideradas como medidas educativas sempre foram não só aceitas como também indicadas.

A categoria do racismo também revelou-se de fundamental importância na compreensão\explicação das violências cotidianas visto a superioridade apresentada pelo "branco em relação ao negro". Tal prática também revelou-se presente no fenômeno do extermínio de crianças e adolescentes pobres.

Da mesma forma, a categoria do patriarcado revelou-se de grande relevância na compreensão deste fenômeno que toma formas diferenciadas conforme as condições em que se dá sua produção. A subjugação da mulher em relação ao poder do homem tem gerado inúmeras formas de violência nas quais muitas vezes as crianças, frutos desta união, sofrem terríveis consequências.

O Estado e seus mecanismos de punição\repressão

A utilização de forças repressivas, ou seja, da violência, na contenção de atitudes não aceitáveis pela sociedade não se apresenta como um dado recente. A utilização deste poder é datado historicamente, sua origem se dá quando o homem delega a outro homem o poder de vingar, de punir aquele que, de alguma forma, o tenha atingido. Porém, as formas de repressão\punição exercidas pelo Estado, ou seja, o monopólio da violência exercido por este é que modificou-se no caminhar da história.

Para que possamos compreender como o discurso da

institucionalização da violência encontra-se implícito na formação da sociedade brasileira, necessário se faz que voltemos um pouco na história e percebamos como se deu tal processo.

Segundo M. Foucault (1975), até o século XVIII era comum a utilização dos suplicios como medida de punição aos crimes cometidos contra a sociedade. Os suplicios constituíam-se em castigos aos quais eram submetidos os criminosos com a finalidade de que estes se redimissem de suas penas e salvassem suas almas.

A violência cometida pelos governantes era concebida como um fato normal, necessário à manutenção de uma ordem já pré-estabelecida. A dor física, o acesso ao corpo.

Do século XVIII ao XIX percebe-se uma nova justificação moral ou política do direito de punir. Redefine-se a punição como um aspecto corretivo da pena e abandona-se a preocupação em deter no corpo o lugar de punição. Objetiva-se neste momento o tratamento do homem que se pune através de processos de "requalificação" e "ressocialização".

No entanto, a preocupação com punições que não incorporassem a dor ou o sofrimento explícito não constituíram-se como consequência de uma maior humanidade neste processo, mas sim como uma prática de punições que concebia sofrimentos mais sutis e portanto mais elaborados.

Aos poucos, a punição vai perdendo o seu caráter visível e torna-se a parte mais velada do processo penal. Assim, a justiça vai imputando a outras instâncias a execução da pena.

" Assim a reforma do direito criminal deve ser lida como uma estratégia para o remanejamento do direito de punir, de acordo com modalidades que o tornam mais regular, mais eficaz, mais constante e mais bem detalhado em seus efeitos".
(Foucault, 1975:75)

Neste sentido, a punição torna-se coextensiva à sociedade. Exime-se o sistema judiciário da aplicação das penas e apoia-se em um maior número de pessoas ligadas à sociedade civil para sua viabilização, regularizando e homogeneizando a arte de punir. A sociedade torna-se co-participante deste processo .

O aparecimento do "sujeito-de direitos" no século XVIII, consequência das mudanças econômicas e sociais do período, conduziu a uma redefinição do indivíduo que agora passa a ser regido por um sistema jurídico com a existência de leis e normas explícitas. Direitos e deveres passam a reger "naturalmente" sua vida e a infração a estes caberiam as devidas punições.

As mudanças no sistema judiciário estabelecem uma nova forma de punição refletida por uma verdadeira "economia do poder de castigar". Se antes os castigos eram viabilizados pelo juiz e carrascos, agora existe uma maior distribuição dos castigos, desenvolvidos em vários níveis.

" Como vimos, a noção de sujeito-de direito é uma noção histórica, que só se concebe vinculada à noção de Estado. Ambas a de sujeito-de direito e a de Estado- surgiram concomitantemente à fundamentação do poder jurídico que, por sua vez, foi(é) decorrência de modificações econômicas que, a partir do século X, ocasionaram uma passagem gradual do feudalismo para o que se concretizaria, mais tarde, como capitalismo." (Lagazzi,1986:39)

A defesa que agora se propõe não é mais a do soberano, mas sim da sociedade como um todo. Quando alguém comete um crime mesmo que seja um adolescente, ele o comete contra a sociedade, gerando desordem e desequilíbrio. Daí a necessidade de que a punição não só reprima a realização do crime, mas assegure a não repetibilidade deste. É preciso punir na medida exata para impedir a possibilidade de que o criminoso possa reincidir e prejudicar novamente o seu coletivo.

Na Legislação penal, as penas são imputadas não mais homogêneas, mas diferenciadas, observando os diversos tipos de crimes e delitos cometidos. Existe uma classificação dos crimes e as penalidades são imputadas de acordo com as características dos criminosos. É a individualização do processo penal-punitivo.

Objetiva-se a realização de um processo de correção, reeducação, onde procurar-se, através das diversas formas de disciplinas, curar o homem dos males que o atinge. O

reconhecimento do sujeito jurídico possibilita a suspensão dos seus direitos penalizando-o de forma indireta sem marcas explícitas. Tais inovações invocam mais que uma mudança de concepção em relação ao corpo, mas uma mudança em relação à economia de poder utilizada pelo Estado.

A punição, neste momento, passa a operar sobre a categoria da moral. Pune-se não mais o crime cometido, mas sim a formação moral deste indivíduo. Controla-se o homem tanto através da expiação de sua pena, como também através do repasse de novos valores, regras e comportamentos. Entregue a um processo que deverá requalificá-lo, o indivíduo é submetido a um novo sistema de valores formulados, tendo como referência um imaginário construído pela classe dominante.

Vale ressaltar que o processo de punição\repressão aos quais era, e ainda é, submetida a classe trabalhadora não se restringe às instituições repressivas como reformatórios ou presídios, também as escolas, igrejas, indústrias, quartéis, etc, constituem-se em instituições repressivas. Pelas disciplinas, homogeneizam-se comportamentos e valores, individualizam-se as pessoas que se colocam uma ao lado das outras sem, portanto, constituírem-se em grupos. Pela disciplina, determina-se lugares, tornando possível um maior controle das ações e do trabalho realizado por cada um.

O exercício contínuo da disciplina seja nas escolas, seja na igreja, seja nas instituições governamentais, possibilita a

punição dos indivíduos marginalizados, estigmatizados antes mesmo que tenham cometido algum delito, simplesmente por pertencerem a um segmento social estigmatizado. É interessante verificar:

"(...) que na essência de todos os sistemas disciplinares seja a escola, igreja, trabalho podemos encontrar um pequeno mecanismo penal onde pune-se o diferente, o anormal, aquele que foge as normas estabelecidas. Funciona com suas leis próprias, seus delitos especificados, suas formas particulares de justiça, suas instâncias de julgamento (...) estabelecem uma infra-penalidade; quadriculam um espaço deixado vazio pelas leis; qualificam e reprimem um conjunto de comportamentos que escapava aos grandes sistemas de castigo por sua relativa indiferença." (Foucault, 1975:159)

Diante do exposto, pudemos observar que a prática da violência monopolizada pelo Estado em relação tanto a adultos como a crianças e adolescentes, tanto a nível do sistema institucional repressivo\coercitivo como aquele que se dá permeando as relações interpessoais na forma de consenso, tem acompanhado a necessidade de impedir o desequilíbrio, a desarmonia no funcionamento da sociedade. Garantindo-se assim o exercício da violência pelos grupos dominantes que impõem suas regras, valores, e comportamentos, impede-se a criação do diferente, considerado como desviante, institucionaliza-se o monopólio da violência pelo Estado e impossibilita-se a

utilização desta como forma "criativa" de contestação e confronto.

No entanto o movimento histórico realizado pelas classes trabalhadoras a impede de aceitar o já instituído, e na luta, no confronto ela se constrói. Neste contexto de injustiça e descaso do Estado para com estes grupos, atitudes e práticas violentas se fazem.

A diversidade das práticas de violência para com crianças e adolescentes tem mostrado-se vinculada às diferentes concepções de infância e adolescência. Dependendo da concepção de criança e adolescente, diferentes práticas de violência são cometidas. A reificação de um discurso que aponta a existência de uma criança "universal", com um modelo padrão de comportamento favorece a discriminação daquelas que não se apresentam como tal.

Resgatar a história da infância e adolescência no Brasil aponta-nos como um caminho para a compreensão das causas que determinam as diversas práticas de violência para com crianças e adolescentes das diferentes classes sociais.

2.2-As diferentes concepções de infância e adolescência e as práticas de violência subjacentes a estas.

Apesar de reconhecermos o violento processo de marginalização e desassistência a que são submetidas crianças e adolescentes brasileiros, a história registra que tais fatos não são recentes, mas remontam aos séculos XVIII e XIX, Brasil Colônia-Brasil Império. Nesta época, o assassinato, o extermínio, a tortura, a punição já eram práticas comuns para com crianças fossem elas brancas, negras ou índias.

Na busca de uma sociedade sem conflitos e contradições, onde as normas e regras sejam aceitas sem questionamentos, a sociedade brasileira tem estabelecido a violência como um dos elementos estruturadores de suas relações sociais.

No entanto, o exercício da violência na manutenção da ordem e do equilíbrio de uma sociedade não tem-se dado apenas em relação aos adultos. O exercício da violência tem permeado a história das crianças e adolescentes brasileiros. No entanto, devemos ressaltar que esta violência adquiriu no decorrer dos séculos XVIII, XIX e XX, contornos específicos, encontrando formas diferenciadas de apresentação: seja de forma direta através de suas relações de exploração no trabalho; seja através de sua vitimização; seja através dos altos índices de mortes, assaltos, estupros e sequestros aos quais estes têm sido vítimas; seja através da inexistência das políticas públicas de

atendimento a serem viabilizadas pelo Estado.

A história da infância e adolescência na sociedade brasileira foi sempre permeada por diferentes práticas de violência, culminando, na maioria das vezes, na repressão e silenciamento destes. Convém ressaltar que as diferentes formas de violência utilizaram-se de critérios que extrapolaram as categorias de classe social, mas englobaram ainda as categorias de gênero (patriarcado), de idade (adultocentrismo) e de cor (racismo).

Para que possamos estabelecer uma discussão sobre a formação imaginária do brasileiro que concebe a utilização da violência como instrumento educativo, de punição, de repressão para com crianças e adolescentes, é de fundamental importância que compreendamos como se deu historicamente a construção das diferentes concepções dos papéis da infância e adolescência no Brasil. Como já afirmamos no decorrer deste estudo, acreditamos que concepções diferenciadas de infância e adolescência implicam em formas de violência também diferenciadas.

Neste sentido, procuraremos resgatar a história da criança brasileira, pois a concepção de infância delineou-se de forma diferenciada para a criança rica e pobre, branca e negra. Estas concepções acabaram por determinar práticas de educação também diferenciadas.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Economicas-IBASE, Nucleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo-NEV(USP) e o MNMMR -em 1990- sobre o extermínio de meninos e meninas de rua apontou o fato de que 67 % dos meninos exterminados pertenciam a cor negra. Tal fato demonstra um forte componente racial na escolha das vítimas, visto que os grupos de extermínio definem previamente quem vão eliminar.

Durante o século XVIII as crianças e adolescentes negros quando conseguiam sobreviver ao processo de extermínio a que eram submetidos, através dos abortos provocados, da matança por seus senhores, de sua exposição na "roda dos expostos", encaminhavam-se para as sensalas ou para as ruas como "negros ou negras de ganho". Quando fugiam de seus senhores, a rua apresentava-se como lugar de refúgio e sobrevivência. Ai encontravam-se com crianças brancas que pertencentes a famílias muito pobres encaminhavam-se à rua a procura de trabalho. Neste contexto, crianças pobres, brancas e negras encontravam já desde cedo a rua como um local de trabalho, de "exploração", "escravidão" e "morte".

Um outro dado de fundamental importância para o resgate da história da criança e adolescente brasileiro é o reconhecimento da absorção destes enquanto mão-de-obra barata nas indústrias existentes no final do século XIX, início do século XX.

Segundo Costa (1979) muitas práticas de disciplinarização e normatização foram submetidas a família burguesa brasileira durante o século XIX. Acreditamos que estas práticas foram fundamentais na construção de sentidos em relação à criança negra e à criança branca da classe trabalhadora e que encontram-se ainda muito presentes na sociedade brasileira.

Acreditamos que a situação atual de violência sobre a qual se defrontam a infância e adolescência brasileira é fruto de uma elaboração histórica sobre as diferentes concepções de criança e adolescente produzidas durante a nossa história. Os efeitos de sentidos dos discursos produzidos sobre a criança branca e negra, pobre ou rica viabilizam ainda hoje práticas de discriminação seja para com o "pequeno trabalhador", seja para com o estigmatizado "menino de rua".

Consideramos que ainda hoje o monopólio da prática da violência exercida pelo Estado e Instituições responsáveis pela "educação" e "ressocialização" de crianças e adolescentes referenciam-se em discursos e práticas já adotados pela sociedade brasileira desde meados do século XIX. Reproduzidas e redimensionadas, tendo em vista as condições históricas de produção em que foram sendo realizadas, tais práticas encontram-se hoje presentes na figura do educador que pune, do pai que tortura, do Estado que ignora, do exterminador que mata.

Um breve resgate histórico sobre a constituição da família brasileira revela-se fundamental para a compreensão de como as

categorias de classe social, genero, cor e idade, presentes nos séculos XVIII e XIX encontram-se ainda presentes na sociedade brasileira, viabilizando o exercicio cotidiano da violência em nossa sociedade.

A Infância no Brasil Colônia e Império.

Na sociedade colonial brasileira, a familia tinha como modelo a organização familiar latifundiária. Baseado no modelo do patriarcado, a ordem politica das cidades brasileiras convertiam-se ao jugo do poder da familia latifundiaria.

Nesta forma de organização familiar, em nome da posição prioritária ocupada pelo patriarca, cujas ordens e imposições eram inquestionaveis, todas os demais papeis exercidos pelos membros da familia tornaram-se tambem inquestionaveis.

No sistema colonial brasileiro, a figura da criança nao passava de um simples instrumento, não apresentando nenhum papel de relevância. O poder e prestígio exercido pelo pai inviabilizava qualquer manifestação de individualidade e portanto de rebeldia e resistencia. O exercicio da violencia surgiu enquanto instrumento educativo de submissao e disciplinarização de filhos, mulheres, empregados e escravos.

Segundo Costa (1979):

Principalmente aos filhos que, desde cedo, acostumavam-se por meio de castigos físicos extremamente brutais, a não duvidarem de sua prepotência. Os espancamentos com palmatórias, varas de marmelo (às vezes com alfinetes na pontas dos cipós, galhos de goiabeira, e objetos de sevícias do gênero), ensinavam-lhes que a obediência incontinenti era o único meio de escapar a punição." (Costa,1979:156)

Concebida enquanto "instituição sagrada", a família brasileira, submetida ao poder do macho, constituiu-se como espaço de violência física e psíquica. O poder exacerbado do pai em relação aos filhos, do marido em relação à mulher, demonstra o quanto o patriarcado foi utilizado tanto no exercício, como na dissimulação da violência.

A criança no século XVIII no Brasil¹ era considerada como um adulto incompetente e só apresentava algum valor quando era relacionada ao futuro. Não havia uma valorização da criança enquanto "ser em desenvolvimento" . Conforme aponta Costa (1979)

1.Os estudos do historiador francês Philippe Ariès(1979) relatam a transformação dos sentimentos de infância (Consciência da particularidade infantil) e da família na Europa, a partir do século XIII. Podemos observar que a concepção de criança e os sentimentos relativos a esta encontram-se presentes também no Brasil no século XVIII. Segundo Ariès era extremamente alto o índice de mortalidade das crianças na Europa e este era encarado com naturalidade. Sua sobrevivência significava seu adentramento no mundo adulto. No entanto, a partir do século XIV, com a redefinição do papel da família, a criança adquire um novo estatuto, passando a ser considerada em suas particularidades.

a alta taxa de mortalidade infantil, mesmo dos filhos dos senhores dos engenhos, comprovava a omissão, descuido e não preocupação com a infância de seus filhos.

Com a elevação do Brasil à Império, a medicina através do processo de higienização tornou-se um elemento fundamental na luta contra a antiga e arcaica ordem colonial em direção ao "progresso" e "desenvolvimento" da sociedade brasileira. Neste momento, percebe-se uma redefinição nos traços rurais dos comportamentos apresentados pela família brasileira que agora passam a constituir-se num entrave para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Com a vinda da família real para o Brasil ocorreu uma redefinição nas normas dos comportamentos, costumes e valores, transformando a família em uma instituição nuclear. Impõe-se a família brasileira uma nova ordem familiar através de novas concepções de uma educação física, moral e intelectual redefinindo e normatizando tanto o seu papel político quanto social. A aceitação de uma educação moral leva o sujeito a reagir de forma violenta e intransigente às pequenas falhas morais cometidas por si e por seus parceiros. Tais alterações e redefinições acabam contribuindo de forma inevitável na normatização e regulação da vida dos indivíduos, fundamentais na manutenção e reprodução da ordem burguesa.

Com a intervenção da medicina na redefinição de hábitos, costumes e valores da sociedade colonial brasileira, visando a sua "reeuropeização", também a figura da infância passa a ser redefinida. A criança burguesa passa, neste momento, a ser considerada como objeto de cuidado e desvelo. Até mesmo o aleitamento materno, que até então era rejeitado pela mãe, passa a ser propalado em nome de uma ordem higiênica.

A redefinição da infância enquanto momento de preocupação, desvelo e educação marca o novo lugar da criança e do adolescente no seio da família brasileira. Sua educação que, até então, restringia-se ao ensino tradicional, agora é realizada por preceptoras vindas da Europa, cujos objetivos deverão se voltar para o cultivo dos bons hábitos encontrados na Europa, contrapondo-se aos hábitos da família colonial brasileira.

Conseqüentemente, neste processo de transformação da família colonial brasileira, elaborou-se uma nova concepção de infância e adolescência que vinculava-se não apenas aos critérios de classe social, mas também de sexo, cor e idade.

A sociedade escravista brasileira

Neste contexto, podemos considerar uma verdadeira revolução no que concerne ao papel do escravo na sociedade colonial brasileira. Se antes do processo de "reeuropeização" dos costumes e valores da sociedade brasileira, este era considerado

como instrumento necessário a sua manutenção, agora esta concepção se invertia.

Devido os processos de higienização e normatização por que passa a sociedade brasileira, a presença do escravo na casa-grande passa a ser refutada. Considerado de natureza "animal", "impura", os teóricos da medicina acabam por inverter o papel a ele antes destinado.

Indiscutivelmente a ordem médica possibilitou à família brasileira a redefinição de seus hábitos, valores e costumes fundamentais na constituição e desenvolvimento do Estado burguês. No entanto, é fato que a redefinição da concepção infância só apresentava-se em relação às crianças burguesas, a infância das crianças escravas ou filhos dos trabalhadores era substancialmente diferente.

É fundamental para nosso trabalho que possamos perceber como os discursos construídos neste momento tornaram-se fundamentais na construção de um imaginário em relação aos meninos de rua (que são em sua grande maioria crianças e adolescentes da cor negra) determinando um processo de estigmatização e marginalização em relação a estes. Os conceitos e discursos sobre a escravidão nos revelam formações ideológicas que viabilizam uma prática de extermínio e violência para com crianças e adolescentes pobres e negras. O genocídio de crianças e adolescentes pobres não é um fenômeno recente, mas sim resquício de práticas já exercitadas desde o Brasil Colônial

e Imperial .

A infância da criança negra

Durante a primeira metade do século XIX, a utilização dos escravos enquanto mão-de-obra era suprida mais pela importação do que pela reprodução natural, visto que, com uma média de vida de sete anos este já assegurava ao seu proprietário um grande lucro.

"Para ocupar menos espaço, os traficantes traziam muitas crianças de 7,8,10 anos. No geral, a média de idade dos negros variavam de 12 a 15 anos e no período mais intenso do tráfico os negros de 15 a 40 anos somavam mais de 60% do total dos escravos." (Chiaveneto,1980:127)

A preocupação dos senhores com o lucro rápido em relação a utilização de seus escravos levava à prática de um verdadeiro genocídio para com as crianças negras, crias de seus escravos, visto que o desperdício na alimentação e custeio destas até atingirem a idade dos 16 anos, quando podiam ser melhor comercializadas, diminuiam os índices dos lucros.

O genocídio de crianças negras, prática comum no Brasil no século XIX, é confirmado por Chiavenato (1990) que afirma:

"Um dos mais terríveis quadros da escravidão é o destino dado às "crias" dos negros. Não era econômico que as negras

criassem seus filhos: por isso, nos períodos em que o preço do escravo estava em baixa, os recém nascidos eram mortos. Jogados ao chão, pisados, enterrados vivos-mortos, para não custarem nada ao senhor: nem na perda de tempo do trabalho da negra, nem no pouco alimento que o negrinho iria comer até os dezesseis anos, quando começasse a trabalhar. Alguns senhores mais "racionalis" sequer admitiam que as negras engravidassem: obrigavam-nas ao aborto quando suspeitavam da gravidez. E como geralmente só suspeitavam dessa gravidez aos quatro, cinco meses, é fácil perceber a violência do aborto que se cometia. Muitas negras, sabendo do triste destino das suas crias abortavam antes que fossem descobertas. Enfiavam ervas e raízes pela vagina e conseguiam expelir o feto." (Chiavenato,1990:132)

Nesse processo de extermínio, quando as crianças negras conseguiam sobreviver eram mandadas para as senzalas ou para a Casa dos Expostos. A "Casa dos Expostos" ou simplesmente "Roda" era uma casa onde a criança enjeitada era abandonada, colocada para dentro, de forma que a pessoa ao colocar tal criança avisava a pessoa de plantão pela campainha e não precisava se identificar.

Tal roda era utilizada tanto pelos escravos que não entregavam seus filhos para serem mortos, como pelos senhores que se negavam a custear a vida desta criança. A sobrevivência na roda dos expostos não passava dos 10%.

Ao sobreviverem as crianças negras eram criadas no mundo do trabalho, na qualidade de "pequenos" trabalhadores, fosse em casa através da execução de pequenas tarefas, fosse na rua como escravos de aluguel ou operários, fosse como escravos nas fazendas trabalhando nos diversos tipos de plantação.

Para Ewbank (1976), as relações entre os senhores e os filhos dos escravos com idade até em torno de 5 anos era de uma certa afetuosidade, o que pode ser entendido pelo fato de que até a metade do século XIX o entendimento da criança, tanto a branca quanto a negra no Brasil, era de que estas eram consideradas como anjos depois de mortas, reproduzindo no Brasil o que Ariès já havia comprovado na Europa no século XVIII.

A idade de cinco a seis anos parece demarcar, segundo alguns pesquisadores, uma fase de vida das crianças escravas. A partir de então, estas se encaminham para os diferentes tipos de trabalho a que serão submetidas.

Caso as crianças negras sobrevivessem, vários eram os papéis por eles desempenhados. Se estas frequentavam a casa grande, suas possibilidades de sobrevivência eram asseguradas apesar da crueza de vida por elas enfrentadas. As vezes, estas serviam desde cedo aos filhos de seus senhores como brinquedo ou diversão, numa relação assegurada sempre como escravo e seu pequeno proprietário.

Chiavenato (1980) aponta que:

" O Sinhozinho, ao nascer, geralmente ganhava um negro da mesma idade de presente. Cresciam juntos, brincavam juntos mantendo desde o berço a relação de escravo e senhor: uma iniciação precoce, fundamental para o futuro. O Sinhozinho quando começava a engatinhar já tinha o seu objeto de tortura: o pequeno escravo servia para ser amassado, batido, jogado, xingado,-sob os olhos complacentes e divertidos dos senhores. Era o "mané gostoso" esse negrinho, o "leva pancadas". (...) Tudo muito divertido, sob o olhar da grande família senhorial; quanto mais violentas as brincadeiras, mais alegre o jogo inocente do sinhozinho, exercitando-o no sadismo que exerceria depois, desde a adolescência, nas negrinhas que ia empreenhar, deflorar e por fim sifilizar." (Chiavenato,1990:141)

Para Debret, segundo Costa, estes podiam ser considerados como simples animais de estimação, visto que o escravo na sociedade escravista brasileira era um ser intermediário entre o homem e o animal.

"No Rio, como em todas as outras cidades do Brasil, eracostume, durante o" tête-à-tête" de um jantar conjugal que o marido se ocupasse silenciosamente com seus negócios e a mulher se distraísse com os negrinhos que substituem os doquezinhos, hoje quase completamente desaparecidos na Europa."(Costa,1983:89)

O trabalho faz-se presente na vida dos meninos e meninas negros através da execução de algumas atividades. Na cidade, estes auxiliavam nos serviços domésticos da casa grande, nas fazendas, o seu ingresso precoce ao trabalho da lavoura.

Outra atividade bastante presente na vida dos escravos eram os chamados "negros e negras de ganho". Estes se constituíam como uma espécie de empregado que ia para a rua com o objetivo de comercializar, trocar produtos e vender seus serviços. No final do dia estes apresentavam-se com o lucro do dia.

Assim, o trabalho executado pelas crianças e adolescentes negros apresentava-se de diversas formas: através de seu ingresso direto no mundo do trabalho nas minas ou nas lavouras; de sua utilização como operário ou "negro de ganho" nas cidades, ou através do aprendizado de algum ofício.

De qualquer forma, a partir dos cinco anos estes meninos passam a ser educados através das torturas, espancamentos, correntes de ferro como era comum a qualquer outro escravo.

"(...) sendo ainda criança o escravo, o peso da corrente é de apenas 5 a 6 libras, fixando-se uma das extremidades no pé e outra a um cepo de madeira que ele carrega à cabeça durante o serviço." (Debret, 1839:344)

Os trabalhos eram tantos e com uma carga horária tão intensa que inúmeras eram as deformações as quais escravos adultos e adolescentes traziam em seus corpos.

" A descrição dos negros nos anúncios é (...) fonte para indicar as deformações que sofriam: são inúmeros os pretos de pernas arqueadas, evidentemente por carregarem excessivo peso desde a infância. Inúmeros os negros-incluindo-se crianças de 12 anos- que não têm cabelo no alto da cabeça; porque levavam sua carga equilibrando-a no crânio." (Chiavenato, 1980:54)

A crueldade sofrida pelos negros durante a escravidão no Brasil revela que adultos e crianças eram considerados da mesma forma logo cedo. O mundo do trabalho pertencia tanto ao adulto quanto a criança ainda em fase de desenvolvimento. A violência cometida contra crianças e adolescentes eram consideradas como medidas normais, uma vez que eles não eram considerados como seres humanos.

"O suicídio de crianças é um dos mais terríveis libelos contra a sociedade escravocrata brasileira: os próprios registros dos senhores destacam estes acontecimentos."(Chiavenato, 1980:149)

A infância e a Lei do Ventre-Livre

Aprovada em 1871, declarava que seriam livres os filhos das escravas, determinando que estes deveriam ficar aos poderes dos senhores até a idade de oito anos. Deste período em diante, o senhor poderia utilizar de seu trabalho até a idade dos vinte e um anos ou então receber uma indenização por parte do Estado.

Tal Lei, no entanto, ao invés de contribuir para a libertação dos nascituros protelou ainda mais sua libertação na medida em que não ofereceu condições para que esta fosse verdadeiramente colocada em prática. Além do mais, algumas pesquisas (Conrad, 1992) têm apontado que após sua aprovação ocorreu um aumento significativo de crianças negras e pardas enjeitadas.

Estes estudos apontam que os senhores acreditavam ser mais lucrativo o abandono dos filhos de suas escravas na Roda dos Expostos, tendo em vista a sua posterior utilização como amas de leite alugadas pela quantia de 500\$000 a 600\$000 por ano.

Tal Lei contribuiu duplamente para a situação de abandono, exploração e miséria em que viviam as crianças negras, pardas, ou enjeitadas em situação de escravidão ou de "liberdade". Por um lado as crianças e adolescentes de origem negra continuavam sendo reescravizados pelos senhores de suas mães até os vinte e um anos, por outro eram abandonados, para a utilização de suas mães como amas-de-leite.

Sabemos que a abolição da escravatura no Brasil deu-se de forma injusta e cruel, sem proporcionar condições para que adultos e crianças escravas pudessem ser incorporadas pela sociedade brasileira. Esta Lei legalizou a exploração de homens, mulheres e crianças que acabaram por encontrar na venda de sua força de trabalho a única forma de sobrevivência. Utilizado como mão de obra barata, sem nenhuma espécie de qualificação, estes encontram no trabalho a solução para a sua sobrevivência.

O trabalho infanto-juvenil no Brasil

No desenvolvimento da formação capitalista no Brasil, é fato a utilização e exploração de crianças e adolescentes como mão-de-obra barata. Este fato inicia-se de forma mais expressiva em fins do século XIX, quando estes são incorporados, de modo violento, ao trabalho nas indústrias (têxteis de preferência) em São Paulo e no Rio de Janeiro.

"Na década de 1890, a Repartição de Estatística e Arquivo do Estado de São Paulo esclarece, em relatório, que os menores representam (...) 15% do total da mão-de-obra empregada, representando, no têxtil, cerca de 25% do total de mão-de-obra absorvida por este setor." (Moura, 1991:114)

Após a Abolição da Escravatura, o número de trabalhadores mirins que passaram a disputar o ingresso no mercado de trabalho

é bem maior. Diretamente relacionado a pobreza de suas famílias, estes passam a ser, desde cedo, incorporados pelo processo produtivo onde o seu papel passa a ser vinculado ao trabalho, tendo em vista a sobrevivência dos seus.

Neste contexto, a criança e o adolescente pobres são, desde o século XIX, vítimas de um número alarmante de acidentes de trabalho. Necessários para o orçamento familiar, estes são precocemente iniciados no mundo violento do trabalho sem nenhuma espécie de qualificação. A infância é perdida em função das atividades de trabalho a serem desenvolvidas.

Diante da complexidade de um sistema capitalista selvagem onde o "exército industrial de reserva" torna-se cada vez maior, a possibilidade de crianças e adolescentes ingressarem no mercado formal de trabalho é cada vez mais escassa. Atualmente a presença deste enorme contingente infanto-juvenil dá-se "fundamentalmente" no mercado informal. Tornam-se biscateiros, flanelinhas, realizando pequenos trabalhos e furtos para possibilitar sua sobrevivência.

" O mercado informal de trabalho é responsável pela ocupação de aproximadamente 95% das crianças e adolescentes que trabalham. Somente 5% estão na órbita dos sindicatos."
(Barros, 1991:15)

Vale registrar que, em menor escala, ainda é grande o número de meninos empregados ou subempregados em empresas sem

nenhuma espécie de respeito a regulamentação trabalhista.

Na verdade, podemos constatar que a história das crianças e adolescentes pobres construiu-se tendo como referência uma relação de violência e exploração no trabalho. Estas constituíram e ainda constituem uma parcela significativa de força de trabalho, possibilitando uma maior concentração de capital nas mãos de uma minoria dominante.

Na realização e escolha das atividades categorias de gênero, idade cronológica e tempo de permanência na rua são utilizadas. Assim sendo, aos meninos são destinadas atividades como engraxar sapatos, fazer frete, pequenos furtos, etc. Já às meninas cabem cuidar da casa, tomar conta dos irmãos mais novos, ou então voltar-se à prostituição.

2.3.-A criança e o adolescente marginalizado no contexto da violência

Como afirmamos anteriormente, a questão da marginalização da criança e adolescente das classes trabalhadoras vem constituindo-se durante toda a sua história. Situada com destaque na imprensa, já há algum tempo, a preocupação refletida pela sociedade civil com esta questão não tem em vista a situação destes meninos, mas sim uma reação de defesa, proteção, busca de maior segurança em relação aos atos de violência cometidos por estes.

Sirgado (1979) aponta alguns fatores que determinam o aparecimento desta problemática na agenda do brasileiro:

"O número crescente desses menores abandonados à sua própria sorte constituindo-se um problema quase insolúvel das grandes cidades; o crescente número de incidências delituosas praticadas por menores e sua participação direta ou instrumental em atividades criminosas de adultos; as frequentes denúncias de sevícias, maus tratos e torturas de que esses menores são vítimas da parte de agentes da polícia e de funcionários das instituições de reeducação; as não raras fugas espetaculares de grupos de menores dessas instituições (...); e finalmente o próprio clima de insegurança e intranquilidade de grandes áreas da população diante da possibilidade cada vez maior de agressão por parte desses menores."(Sirgado,1979:)

A reificação da violência em seu aspecto de transgressão de normas, leva a sociedade brasileira a considerar "meninos e meninas de rua" como "pixotes", "trombadinhas", "pequenos marginais" que ao cometerem atos de infração deverão ser "julgados" e "punidos".

A cristalização deste discurso impede que crianças e adolescentes sejam considerados em sua história de exploração e marginalização. Na verdade, estes meninos e meninas são vítimas cotidianamente de ações extremamente violentas seja pelo Estado, polícia, família e instituições afins, como pela própria sociedade civil através de seus "defensores", ou melhor dizendo através dos exterminadores, linchadores, etc.

Procuraremos explicitar aqui algumas formas de violência que atingem crianças e adolescentes. Apenas para fins didáticos, utilizaremos a classificação proposta por Paula (1989): violência estatal, familiar e social.

-Violência Estatal

Segundo Paulo Afonso Garrido de Paula (1989):

" (...) a violência estatal perpetrada em relação à criança e ao adolescente verifica-se na atuação das três atividades básicas do Estado, ou seja, a atividade legislativa, a atividade judiciária e a atividade executiva."(Paula,1989:145)

Na área da legislação podemos apontar em especial a elaboração e promulgação da Lei 6.697\79 - "Código de Menores"; lei cujos direitos básicos de um cidadão-criança, cidadão-adolescente inexistiam. Crianças e adolescentes das classes trabalhadoras eram definidos enquanto "menores", carecendo da intervenção do Estado quando estes se encontrassem em "situação irregular".

Nesta Lei, desconsiderava-se que a problemática da marginalização de crianças e adolescentes das classes populares era uma questão sócio-econômica, consequência de um sistema que se sustenta em estruturas desiguais. O "Código de Menores", (vigorou até 1990), concebia que a família era a principal responsável pela situação de marginalização em que seus filhos se encontrassem. Os pais eram, desta forma, responsabilizados pelo estado de "situação irregular" de seus filhos.

Dessa forma, o Estado eximia-se de questões fundamentais para o atendimento e promoção destes, como por exemplo através da elaboração e execução de políticas sociais públicas.

As medidas punitivas-coercitivas da lei aplicavam-se, desta forma, tanto aos pais que podiam receber advertência, suspensão ou destituição do pátrio-poder ou responsabilizar-se a submeter seu filho a tratamento determinado pela autoridade judiciária, quanto aos filhos que poderiam ser colocados em lares substitutos, casas de internação e liberdade semi-assistida.

Esta Lei apresentava uma concepção abstrata e preconceituosa de criança baseada em um modelo burguês de infância. As diferenças de valores e comportamentos eram considerados como desvios que deviam ser corrigidos e compensados.

A violência cometida pelo poder Executivo será classificada tendo em vista suas atividades realizadas de forma direta e indireta.

As formas indiretas são aquelas caracterizadas pela não execução de políticas públicas de atendimento nas áreas de saúde, moradia, educação, transporte, lazer, alimentação, assistência social, etc. A situação de marginalização e degradação às quais crianças e adolescentes pobres eram e ainda são submetidos, são por nós consideradas como consequência do fracasso do Estado em proporcionar condições dignas de vida, fracasso de suas políticas públicas de atendimento.

Segundo dados do Ministério da Saúde de 1990:

"(...) a cada 4,5 minutos morrem no Brasil duas crianças com menos de três meses, e 77% dos óbitos registrados ocorrem com crianças com desmame precoce." (Jornal do Brasil-20\06\90)

Pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, órgão do governo, apresentou as seguintes conclusões:

"(...) a cada dois minutos no Brasil morre uma criança de fome no Brasil; de cada mil que nascem no Nordeste, duzentas morrem antes de completar um ano de vida, também de fome; a existência de 4,3 milhões de crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos sem escola." (Jornal de Brasília-28\10\90)

Se o trabalhador não tem condições de, através da renda de seu trabalho, proporcionar à família a sua alimentação, como conseguiria proporcionar saúde, assistência médica, dentária, e educação a seus familiares sem o auxílio das políticas sociais a serem elaboradas e viabilizadas pelo Estado ?

As formas indiretas se caracterizam pelo atendimento realizado pelo Estado às crianças e aos adolescentes das classes populares: atendimento policial e institucional.

1) atendimento policial;

O atendimento policial diante de ocorrências infracionais ou não, relacionadas às crianças e adolescentes, tem-se caracterizado na maioria das vezes pela forma agressiva e preconceituosa.

"Não sei por que eles têm raiva de nós." (Depoimento de um menino de rua)

Corroborando na manutenção de uma ordem já pré-estabelecida, os policiais, em sua grande maioria, fundamentam

sua ação tendo como referencia a concepção de equilíbrio e normalidade. Toda ação que se desvie da norma é entendida como crime que deve ser punido e coibido. Durante a vigência do Código de Menores, quando diante de qualquer atitude suspeita o "menor" podia ser detido, eram constantes as denúncias de maus tratos, torturas, abusos sexuais em delegacias.

O fato de que os grupos de extermínio são compostos por policiais e ex-policiais militares e civis nos faz pensar também sobre a formação deste policial que, ao invés de ser um instrumento de proteção ao cidadão, passa a ser instrumento de violência e morte.

"O advogado Ricardo Brando, do Centro de Defesa de Direitos Humanos do Mato Grosso do Sul, divulgou ontem um dossiê com 71 casos comprovados de violência cometida pela Polícia civil, entre os quais o desaparecimento de quatro menores." (Jornal do Brasil-13\12\90)

2) atendimento institucional

O aparecimento no Brasil das instituições de reeducação e ressocialização surgiu atrelado a "Política Nacional do Bem-Estar do Menor", tendo por objetivo reparar as injustiças sociais através de medidas compensatórias que objetivavam reeducar os infratores, contendo possíveis revoltas e distúrbios que ali pudessem ocorrer. Impregnado pela doutrina da "Segurança

Nacional" o atendimento institucional tem sido caracterizado pelo binomio contraditório assistencialismo\ repressão. (

Divididas entre assistencialistas para os carentes e abandonados, e repressivas para os infratores, estas instituições passavam (ate a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA) a se responsabilizar pela continuidade do processo de "socialização\educação" já iniciado pela família, por seu grupo social. Fazendo da disciplinarização a sua principal metodologia.

"Assim, nas assistencialistas, aplicava-se a disciplina em nome da ordem nas repressoras, a disciplina em nome da segurança.(Bierrenbach,1991)" (Kosminsky,1991:157)

Até a promulgação do ECA em julho de 1990 a detenção era sempre marcada por medo e tensão. Levados aos Centros de Recepção e Triagem, os "pequenos delinquentes" eram classificados\ separados e alocados em instituições que pudessem "reeducá-los e ressocializá-los". As instituições deviam completar a educação antes iniciada pela família, vizinhança, e companheiros.

Como a educação que se propunha tinha como objetivo a reeducação, formação de um novo comportamento que negasse o anterior, estes meninos eram obrigados a negar os comportamentos, valores, e regras até então apreendidos, iniciando-se um processo de desconstrução de sua identidade. O estigma de "marginal", de "pixote", de "trombadinha" eram,

muitas vezes, internalizados pelos "internos", assimilando os valores veiculados em tais instituições.

Nestas instituições, intensifica-se o processo de estigmatização do qual crianças e adolescentes pertencentes às classes trabalhadoras são vítimas. Por não apresentarem os valores e comportamentos idealizados pela classe dominante, são considerados de espécie inferior. Concebidos abstratamente, desconstrói-se sua identidade, visto que desconsidera-se seu grupo social, suas lutas, suas tradições, suas normas, seus interesses. Percebidos no que lhes falta, e não no potencial que apresentam, tais adolescentes perdem a condição de "sujeitos em processo de desenvolvimento" assumindo o papel de seres defeituosos a serem reeducados, disciplinados e normatizados.

" Passarinho na gaiola, feito gente na prisão..."

A violência também faz-se presente nestas instituições quando de forma mais explícita crianças e adolescentes são submetidos a torturas, castigos, abusos sexuais, estupros ou coisas do gênero. Estas, na maioria das vezes, incentivam a revolta, o confronto por parte dos adolescentes que passam a internalizar a violência em seu cotidiano e empregá-la com uma frequência cada vez maior. Passam a incorporá-la enquanto forma de vida, de proteção e sobrevivência.

Marcada pelo assistencialismo\paternalismo por um lado, e

pela repressão \autoritarismo por outro, estas instituições eram constantemente denunciadas pela existência de maus tratos, torturas, espancamentos, abusos sexuais, físicos e psicológicos.

- Violência familiar

O exercício da violência na família torna-se hoje alvo de inúmeros questionamentos. A Imprensa falada e escrita têm noticiado as denúncias de assassinatos, violência sexual, torturas, espancamentos, exploração do trabalho, pressão psicológica, negligência ocorridos no seio da família.

Segundo normas constituídas em nossa sociedade, o espaço destinado à educação e formação de crianças e adolescentes é prioritariamente o da família, considerada sempre como uma instituição de caráter sagrado e portanto impenetrável. No entanto, hoje são inúmeros os trabalhos de pesquisa que começam a desvendar a problemática dos abusos sexuais, físicos e psicológicos aos quais crianças e adolescentes tem sido submetidas em suas relações familiares (Azevedo, 1989).

O espaço familiar tem-se tornado um espaço de exercício de práticas violentas, marcadas sempre por sua dissimulação, seu ocultamento.

" Para o ano 2.000, o IBGE trabalha com a perspectiva de que seis milhões 838 mil menores sofram algum tipo de abuso por

parte dos adultos, e que indica que o aumento do número de crianças mau-tratadas acompanha o crescimento da população." (Correio Brasiliense-25\11\90)

Porém, a vinculação da violência apenas a seu caráter social, consequência do sistema econômico não considerando a existência de um micro-poder que se insere nas relações interpessoais, favorece o silenciamento de inúmeros micro-despotismos que vitimizam crianças e adolescentes determinando consequências futuras no desenvolvimento destas.

No exercício da vitimização de crianças outras categorias de análise foram consideradas no entendimento de tal prática. Nas relações familiares\interpessoais consideramos o princípio da existência das classes sociais como princípio estruturador destas relações. Além deste, consideramos também a existência do patriarcado, onde as mulheres sejam elas mães, esposas, companheiras ou filhas submetem-se, na maioria das vezes, à vontade do macho. O racismo, foi considerado como outro princípio estruturador, pois o branco "vale mais" que o negro e por isso o domina. Para Saffioti (1989):

"Não é fácil lidar com este fenômeno (da violência), na medida em que estes três sistemas (de dominações\explorações) formam um nó górdio, apresentando uma lógica que presidiria cada um destes sistemas separadamente."(Saffioti,1989:16)

Tendo em vista tal pressuposto, acrescentamos ainda a categoria do adultocentrismo. O poder em uma sociedade como a nossa caracterizar-se-ia pelos seguintes elementos: ser macho, branco, rico e adulto.

*

"Pequeno ou grande, o poder permeia todas as relações sociais, deteriorando-as. A rigor, relações de poder revelam a desigualdade social entre seus protagonistas. Crianças são consideradas socialmente inferiores a adultos, mulheres socialmente inferiores a homens, negros socialmente inferiores a brancos, pobres socialmente inferiores a ricos." (Saffioti,1989:18)

Neste processo de vitimização, Pinheiro(1989) constatou que as crianças e adolescentes expostas à violência familiar pertencem tanto a famílias de baixa renda como de camadas média e rica indiscriminadamente. Eis porque conceber a divisão da sociedade em classes sociais revela-se insuficiente para a compreensão e explicação do fenômeno da vitimização.

Uma outra questão a ser considerada é que o abuso sexual, físico e psicológico contra crianças e adolescentes mesmo quando cometidos por um estranho não são denunciados na maioria das vezes, seja por medo pela forma como a sociedade de forma geral possa compreender, seja porque ao denunciar-se tais fatos, estes poderiam comprometer a imagem futura deste mini-adulto em potencial. É a concepção de criança enquanto ser que se prepara para o futuro que embasa as atitudes e comportamentos para com

esta.

Como já afirmamos, para tratar da questão de maus tratos, torturas, espancamentos, abusos, decorrentes das relações interpessoais, ou seja, da vitimização de crianças e adolescentes, é preciso que ampliemos os nossos conceitos sobre o exercício e constituição da violência. Esta deixa de ser concebida apenas como consequência de uma questão estrutural, mas passa a ser compreendida também como consequência do cruzamento das quatro categorias de dominação\exploração, capitalismo-racismo-patriarcado-adultocentrismo.

As categorias acima descritas estabelecem a existência de um micro-poder que permeia as relações sociais possibilitando a homens, mulheres, negros, brancos, pobres, ricos o exercício de pequenos poderes capazes de gerar o embrutecimento das relações familiares, possibilitando práticas de estupro, espancamento, abuso sexual, físico e psicológico.

Na verdade o que percebemos é que as relações hierarquizadas, autoritárias e violentas de comando-obediência vivenciadas pelo sujeito em suas relações sociais nos diversos contextos de sua vida, são absorvidas pelos indivíduos nas relações interpessoais construindo-se uma hierarquia de poder entre as pessoas.

Assim sendo, podemos entender que o homem, branco, rico e

adulto encontra-se hierarquicamente superior a outras categorias. A mulher branca encontra-se, na maioria das vezes, em posição de exercitar seu pequeno poder em relação ao homem negro e pobre, que encontra-se em posição superior a mulher negra, que encontra-se com maior poder em relação à criança e assim sucessivamente.

Finalizando, gostaríamos de ressaltar que, este tipo de violência encontra-se de forma transversal em todas as classes sociais não respeitando sexo, credo, idade e cor. Pais estupram e mantêm relações sexuais com suas filhas sem que a mulher\mãe reaja, pois seu parceiro se constitui como chefe da casa. Filhos são espancados, torturados, tendo em vista a prática de uma educação autoritária\violenta que deverá desde cedo transmitir regras, valores e comportamentos de submissão aceitos em nossa sociedade. Mulheres se submetem a estupro de seus maridos por se encontrarem em posição inferior a estes. E neste círculo vicioso as pessoas vão-se matando, destruindo, destruindo relações fundamentais para a construção do homem enquanto ser digno, cujo bem maior é o direito à vida.

- Violência social

A Criança, o adolescente e a produção da marginalidade.

Crianças e adolescentes arrancados precocemente de sua infância são levadas ao trabalho, à rua e às instituições que

passarão a exercer um papel fundamental na desconstrução de sua identidade e construção do estigma de "pixote", "marginal" e "trombadinha". Adentram assim violentamente em um mundo adultocêntrico onde, apesar de assumirem paulatinamente os papéis de pequenos adultos\arribos de família, são desconsiderados no seu direito fundamental, o direito de serem crianças. Convém lembrar que esta história não se constrói de forma individual, solitariamente, mas sim de forma coletiva onde a existência da exclusão social das crianças e dos adolescentes pobres constata-se uma história social da exclusão\exploração da classe trabalhadora.

Segundo a última Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio(PNAD) do IBGE :

"O Brasil tem 7,3 milhões de menores integrados à força de trabalho. (...) Metade dos jovens de 15 a 17 anos trabalha para reforçar o orçamento familiar, mas um terço deles ganha menos de meio salário-mínimo." (Folha de São Paulo- 28\01\91)

O Serviço de Informação e Análise de Mercado de Trabalho do Serviço Interestadual de Emprego de Brasil(Sine-DF) apontou que:

"Dos 40 mil menores economicamente ativos, mais de 60% não possuem carteira assinada, 29% estão empregados com carteira e o os 11% restante são autônomos. A questão do desemprego é outro problema grave apontado pelo estudo. De acordo com os dados do PNAD, cerca de 2 mil e 800 jovens estavam procurando emprego, na

situações em que o IBGE denomina de "desemprego aberto": Este número revela que a taxa de desemprego do menor era de 6,88 por cento, um número alarmante, pois a taxa de desemprego geral foi de 3,53 por cento, quase a metade." (Jornal de Brasília -12\08\90).

Diante deste contexto, desta conjuntura, com uma crise econômica acentuada, com elevados índices de desemprego, a criança e o adolescente pobres são chamados a desempenhar o papel de contribuidores da renda familiar. Constata-se novamente, neste momento, a elaboração de um papel diferenciado para a criança e o adolescente pobres. Consequentemente o papel da infância e da adolescência dos filhos dos trabalhadores continua dando-se de forma diversa das pertencentes aos grupos dominantes. O papel e participação desta não se dá tendo em vista "ações futuras", de uma participação futura no desenvolvimento da sociedade, mas sim no aqui e agora. Sua contribuição torna-se fundamental não para a construção do amanhã, de uma vida melhor, mas sim para a sobrevivência imediata dos seus.

Com uma infância incompleta, ao invés de ocupar seu tempo na escola ou em atividades que lhe permitam um desenvolvimento saudável, estes meninos passam precocemente a abandonar a brincadeira, o lúdico, e assumir o trabalho enquanto obrigação necessária ao sustento da família.

"E nesse sentido que se pode falar em socialização

incompleta, cujo efeito é desequilibrar o curso regular da formação do caráter e da identidade infantil. A inserção precoce da criança no mercado de trabalho concorre para ampliar e exarcebar potencialidades e capacidades cuja maturidade se espera da vida adulta, em contrapartida, para reprimir energias próprias à fase infantil de existência. Trabalhadora, deve aprender a dura disciplina do trabalho e relegar ao esquecimento o caráter lúdico do modo de ser infantil." (Adorno,1991:192)

Porém, em função da idade, e da falta de qualificação, estes meninos ingressam desfavoravelmente no mercado informal do trabalho com empregos intermitentes através das mais diversas atividades: comercializando balas, rosas, pequenos produtos industriais, oferecendo serviços como a lavagem de carros, caixas de gorduras, pequenas faxinas etc. No entanto, a realidade tem demonstrado que, apesar de seus esforços para contribuir na renda familiar, paradoxalmente tais atividades não têm contribuído na melhora do nível da população. Além de tais serviços não permitirem uma mudança nas condições de vida, só contribuem com a exploração precoce no mundo do trabalho.

No setor urbano, podemos afirmar que a principal atividade desenvolvida pela criança ou adolescente pobre será no mercado informal da economia, no setor rural, estes serão absorvidos pela agricultura. Em função do tipo de trabalho que realizam, sem tempo e espaço determinado, a rua transforma-se em lugar de trabalho, de socialização, sem estabelecimento de limites

especiais ou carga horaria. Diante da impossibilidade de conciliação com escola, esta é abandonada. Desta forma, estes pequenos trabalhadores passam a fazer da rua lugar de trabalho, lugar de aprendizado, de alegrias, brincadeiras e socialização.

Posteriormente, quando adultos, tal situação se estenderá não permitindo a estes o ingresso em empregos com melhores índices de remuneração em função de seu pequeno grau de estudo e de sua baixa qualificação. Este círculo vicioso se configurará em uma situação de extrema penúria, onde crianças e adolescentes, futuros adultos, não apresentarão sequer a possibilidade de, via trabalho, adquirirem melhores condições de vida.

Assim, meio a uma situação onde é compelido ao mundo adulto, a criança trabalhadora passa a conviver com valores e normas adultas que nem sempre são as comungadas por estes. Meninos com corpos de crianças, com trejeitos de adultos. Com sonhos de criança, com responsabilidades de adultos.

Rua : local de vida e de morte.

Para os meninos e meninas que vivem cotidianamente o fenômeno da violência em suas casas, a rua com suas possibilidades de liberdade, indefinição de espaços constituir-se-á numa mistura de "paraiso e inferno". Os perigos passarão a fazer parte do seu cotidiano, enquanto a violência vivenciada na rua, nada mais será que a continuidade desta já

experienciada em casa.

Sera na rua. lugar de alegrias e aventuras, possibilidade de confrontar-se com o novo, o diferente, que estes meninos se aproximam contraditoriamente da marginalidade, da delinquência. Lugar de marginais. de traficantes. de toda sorte de bandidos. da própria policia. estes serão utilizados como "traficantes", "pombos correios". "aviõezinhos", etc.

Na rua. inicia-se o processo de separação\desligamento progressivo dos valores e comportamentos ainda transmitidos pelas instituições família, igreja, escola. A instituição família torna-se uma mistura de valores. pois se ao mesmo tempo cobra um determinado comportamento referenciado em uma concepção burguesa de infância, também aceita o produto do roubo, das atividades ilegais, contribuição necessária, fundamental para sobrevivência dos seus. Assim, crianças e adolescentes em meio a uma mistura de concepções burguesas, mas com uma vida voltada para a "marginalidade", iniciam o seu processo de desligamento\ rompimento com a família. Divididos entre seu grupo de rua e a responsabilidade de contribuir no sustento da família estes meninos constroem a sua história, história entremeada de medo. alegria e tensão.

A existência de uma infância considerada incompleta, em função dos inúmeros papéis que estes meninos passavam a assumir. corrobora para que estes apresentem. posteriormente. dificuldades

no desenvolvimento de relações completas. A própria capacidade de avaliação e ponderação de situações conflituosas são prejudicadas, pelo imediatismo, impossibilidade de planejamento e reflexão sobre estas. Alguns estudos concluíram que crianças e adolescentes que adentraram precocemente no mundo do trabalho, no mundo adultocêntrico:

"(...)revelam dificuldades de abstração, de compreensão desse mundo por outras mediações que não sejam a da relação tête-à-tête, da busca imediata de soluções para os problemas cotidianos, do enfrentamento dos outros por outra linguagem que não seja a da violência como um modo de ser (Ferreira,1989:Misse et alii, 1973; Arruda,1983; Queiroz,1984)." (Adorno,1992:192)

Na rua, tais meninos passarão a se expor não só à presença de amigos, companheiros que agora se tornaram sua família, mas também à presença cada vez mais constante das lutas pela chefia das gangs, de policiais inescrupulosos e dos exterminadores que acabam por definir o seu direito de vida ou de morte.

O extermínio de crianças e adolescentes

O extermínio de crianças e adolescentes tem-se tornado, no Brasil, um fato alarmante e de grande intensidade. Vítimas de uma violência cotidiana no seio da família, na escola, nas instituições, nas ruas e instâncias públicas, estes encontram na prática do extermínio o seu último suspiro de vida. A violência

mostra o seu lado mais cruel quando nas ruas escuras são deixados os corpos mutilados de meninos e meninas que, muitas vezes, nem sequer tiveram a chance de escolher uma vida mais digna e justa. Seus executores não apresentam a preocupação em escondê-los deixando, na maioria das vezes, bilhetes\notas que justificam estas ações como serviço prestado à comunidade.

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua -MNMMR- entidade não-governamental, cujo objetivo é a luta para defesa e promoção das crianças e adolescentes marginalizados, tem atuado juntamente com tantas outras entidades na denúncia da situação de violência e opressão às quais estas têm sido submetidas. Atuado, na denúncia sobre a impunidade dos exterminadores, o MNMMR desenvolveu algumas pesquisas juntamente com o IBASE e pelo NUV-USP consideradas de fundamental importância para o reconhecimento e denúncia de tal problemática.

Dados pesquisados por esta equipe apontam no livro "Vidas em Risco"-1990- a morte violenta de 457 crianças e adolescentes em 1989 nas cidades de Recife, Rio de Janeiro, e São Paulo. A pesquisa mostra que as crianças mais pobres são os alvos dos assassinatos. Dos 424 crimes noticiados nos seis meses de pesquisa, resultando na morte de 457 crianças e adolescentes, 301 visaram a eliminação de menores entre 15 e 17 anos, pelo menos 206 mortes foram caracterizadas como chacina, 186 menores morreram em crimes com excesso de violência. Foram registrados 135 menores mortos com vários disparos de fogo, perfazendo um

total de 82%. Atingindo um universo de 1.215 casos ocorridos de março de 1983 a março de 1987 a pesquisa concluiu que 42% dos casos relacionados com os crimes contra o patrimônio ocorreram no centro ou áreas próximas das cidades, paradoxalmente 63% dos assassinatos dos "bandidos", ocorreram na periferia. Cerca de 705 dos mortos encontram-se na faixa etária de 15 aos 25 anos, sendo que 60% são negros. Apesar de tal pesquisa ter como objetivo buscar o perfil mais completo tanto das vítimas como dos assassinos, é interessante constatar que do total de 350 assassinatos, 51,7% mostraram os criminosos como desconhecidos, sem informações que pudessem contribuir na investigação e apuração dos crimes ocorridos. Uma das conclusões da pesquisa é que os crimes contra as crianças e os adolescentes foram praticados por profissionais e grupos de extermínio com a conivência de policiais civis e militares.

A prática de extermínio tem se realizado, na maioria das vezes, por profissionais contratados por comerciantes e empresários para guarda e proteção de seus negócios: grupos de extermínio compostos basicamente por policiais ou ex-policiais civis e militares e também por criminosos, traficantes e bandidos, revelando sempre um caráter deliberado, não acidental. Os crimes são realizados, em sua maioria, com armas de fogo.

O nosso entendimento é de que tais ações não são realizadas de forma isolada, por apenas alguns grupos ou organizações, mas que são respostas a um imaginário construído coletivamente, que concebe o fato de que deverão ser punidos e disciplinados todos

concebe o fato de que deverao ser punidos e disciplinados todos que constituirem-se em ameaça a ordem, propriedade e segurança dos indivíduos integros, honestos e trabalhadores. Neste sentido, não há nenhum problema que a "violência" seja combatida com a própria "violência".

A enormidade de práticas de violência cometidas contra crianças e adolescentes reflete-se assim não com práticas esporádicas, a nível individual, mas sim como parte de uma formação imaginária na qual a violência é compreendida como ato educativo na formação e reformulação de hábitos considerados impuros e não aceitáveis pela classe dominante.

A exploração, o abuso, o extermínio das crianças e adolescentes da classe trabalhadora e a consequente impunidade de seus assassinos revelaram-se, pela história, como uma prática comum, seja ela através da morte direta, seja pela sua escravização no mundo do trabalho, seja através da morte psicológica.

Desta forma, o resgate da história e da situação da criança e do adolescente no Brasil possibilitou-nos compreender como a prática da violência em relação a estas não tem-se dado de forma isolada, solitária. Respalhada por um imaginário construído no decorrer da história, onde uma concepção jurídica-moralista-viabilizou a institucionalização da violência, ações violentas são continuamente produzidas e reproduzidas no seio da sociedade brasileira visando a sua "educação" ou o seu processo de

"ressocialização". Conforme afirmamos anteriormente, a violência na sociedade brasileira apresenta-se como um dos elementos estruturadores e, portanto, presente cotidianamente nesta: seja de forma institucionalizada nas suas relações com todos que transgridem normas, e valores aceitos como "naturais" nesta sociedade, seja como forma de confronto a estas mesmas regras, normas e valores que agredem e desconstroem a identidade de homens, mulheres, crianças e adolescentes marginalizados.

Finalizando, gostaríamos de afirmar que para nós a violência na sociedade brasileira, em qualquer das modulações aqui apresentadas, não apresenta-se como elemento desestruturante, devendo ser coibida e refutada, mas ao contrário, deve ser considerada, pois, aponta a necessidade de mudança e de mais justiça social.

Corroborando com tal afirmação Sodré(1987) no prefácio da Dinâmica da Violência de Michel Mafessoli afirma:

"(...) a questão da violência tal como se apresenta nos espaços urbanos brasileiros deixa entrever, por trás de suas manifestações frequentes, uma reivindicação de ordenamentos sociais mais justos ou uma denúncia da impotência do Estado em cumprir seu projeto de unificação e equilíbrio."(Sodré, Apud Mafessoli,1987:08)

II- PARTE

1-AS DIVERSAS VOZES QUE FALAM DA VIOLENCIA: DESCONSTRUINDO DISCURSOS

No seio da sociedade brasileira apreendemos a existência de vozes que, movimentando-se em diferenciadas regiões significativas, reclamam e reclamam sentidos funcionando, constitutivamente, na formação do imaginário do "cidadão brasileiro". Vozes que pedem e reivindicam violentamente pela morte daqueles que transgridem as normas pré-estabelecidas nesta sociedade. Vozes que clamam por justiça, produzindo sentidos que redefinem o estatuto da criança e do adolescente pobre brasileiro. Vozes que contrapõem-se a sentidos que marginalizam e desconstroem a identidade daqueles que foram abandonados. Determinadas pela posição social que ocupam seus interlocutores, algumas vozes cristalizam-se, tornando-se dominantes e transformando-se em "verdades únicas".

Nosso objetivo nesta segunda parte, conforme foi apontado anteriormente, será a análise do processo da produção social destas vozes (sentidos), detectando, através de suas marcas linguísticas, os efeitos ideológicos aí presentes. Acreditamos que apenas em um processo de análise, de desconstrução destes discursos, que suas formações ideológicas, contradições e heterogeneidades serão evidenciadas.

Assim sendo, passaremos a ouvir tais vozes, procurando apreender em suas formulações a historicidade dos sentidos aí explicitados.

1.1- O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua na luta pela defesa e promoção da criança e do adolescente.

" (...) antes de fazer a defesa dos direitos foi preciso lutar para conquistar estes direitos na legislação".

MNMMR-Análise do seu impacto na sociedade-1990:

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua é uma organização da sociedade civil, não-governamental, cujo principal objetivo tem sido a luta pela promoção e defesa das crianças e dos adolescentes marginalizados pertencentes à classe trabalhadora. É composto por programas e projetos de atendimento não governamentais e governamentais, além de pessoas interessadas na defesa dos direitos desta criança e adolescente.

Está estruturado em quase todos os estados brasileiros, com a organização de comissões a nível local e estadual. Compõe-se ainda de uma comissão executiva composta por cinco membros das diversas regiões e de um conselho com a representação de todos os estados, que se reúnem periodicamente com o objetivo de avaliar e propor as novas ações do movimento.

É importante ressaltar que a análise dos documentos a ser realizada não tem por objetivo a interpretação do conteúdo destas mas sim, perceber como através da produção deste discurso, o Movimento num processo contínuo de interação e

interlocução com a sociedade civil . pode contribuir com a construção de uma nova história que contemple crianças e adolescentes marginalizados como partes integrantes desta. A questão colocada como prioridade será apreender em que condições tais discursos foram produzidos e os diversos processos de significação por eles instituídos.

E fato que o MNMMR tem contribuído efetivamente na constituição de um novo imaginário sobre a criança e o adolescente pobre, imaginário este que passa a concebê-los como frutos de um processo amplo de marginalização econômica, política, cultural e social. Os documentos analisados demonstraram que desde sua origem, o Movimento tem se colocado como instrumento de luta para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária objetivando:

" (...) a transformação das determinações econômicas, político-social e histórico culturais, responsáveis pela atual situação da infância e adolescência no Brasil". (MNMMR-Teses e propostas, 1988:05)

A conquista e defesa dos direitos da criança e do adolescente, a luta pelo resgate de sua cidadania têm pautado toda a sua caminhada. E no enfrentamento com o Estado, com as Instituições responsáveis pela guarda destes, que o Movimento tem realizado algumas parcerias com outros movimentos populares, entidades governamentais, não-governamentais e entidades internacionais articuladas pelo Fórum de defesa da Criança e do

Adolescente (DCA).

A denúncia sobre a violência, seja ela institucionalizada ou a níveis mais emergentes, como por exemplo na questão da denúncia do extermínio, tem-se constituído na tônica do discurso do Movimento. E a preocupação com a marginalização sofrida por este segmento que dá origem ao seu surgimento e a todas as ações empreendidas por ele. A consciência da inexistência de uma legislação que compreenda crianças e adolescentes como sujeitos de direitos levou o Movimento a considerar a luta pela aquisição destes como sua prioridade, pois...

"(...)antes de fazer a defesa dos direitos foi preciso lutar para conquistar estes direitos na legislação"(MNMMR-Análise do Seu Impacto Na Sociedade - 1990:02).

Reconstruindo a história do Movimento, procuraremos perceber como, neste processo, construiu-se a possibilidade de uma maior participação da sociedade civil organizada, preocupada com a questão do significado da violência na vida de crianças e adolescentes. Neste sentido, mudanças foram realizadas, tanto a nível da legislação com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, como também a nível das políticas de assistência e atendimento. Convém ressaltar que tais mudanças foram fundamentais para a alteração do imaginário da sociedade civil quanto à compreensão da problemática vivenciada por crianças e adolescentes das classes trabalhadoras.

Histórico

O MNMMR originou-se na década de 80, momento profundamente importante na história brasileira, denominado período de "redemocratização". Momento em que a sociedade civil passa a se reorganizar, voltando-se para a redescoberta da cidadania. E a "Nova Republica" que se apresenta como instrumento de redemocratização. No bojo das discussões aí presentes, no final da década de 70, início de 80, educadores preocupados com a situação da criança e adolescente marginalizados começam a desenvolver experiências alternativas com meninos de rua, onde dois princípios eram considerados de maior importância:

"(...)considerar o menino sujeito da história e desenvolver o trabalho educativo com os meninos no seu próprio contexto social".(MNMMR-Relatório anual,1989:03)

Até então, a política oficial em relação às crianças e aos adolescentes pobres era definida pela Fundação Nacional do Bem-Estar Do Menor-FUNABEM e pelas Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor-FEBEM(s), criadas a partir de 1964, sob a inspiração da ideologia de Segurança Nacional. Centrada na institucionalização, no assistencialismo, na repressão, a Política Governamental do Bem-Estar-do Menor negava a cidadania desta criança e deste adolescente tornando-o "objeto de direitos". A intervenção do Estado ocorre tendo em vista a transgressão das normas político-sociais que estes começavam a realizar na luta por sua

sobrevivência, ameaçando o controle e hegemonia exercidos pelo Estado. Neste momento, evidencia-se a necessidade de institucionalização de tais infratores, viabilizada pela Lei de número 6.697, denominada "Código de Menor", cujo objetivo é dispor sobre a assistência, proteção e vigilância dos "menores".

No final da década de 70, início de 80, educadores de todo Brasil passam a questionar a política oficial de atendimento e assistência realizada pelo Estado e passam a propor novas formas de atendimento. Em 1982 é implantado o Projeto Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos de Rua com o objetivo de identificar as novas propostas de atendimentos realizadas por estes grupos. Articulados pela UNICEF, SAS, FUNABEM, tais grupos puderam estabelecer um amplo processo de discussão propiciando:

A realização do I Seminário Latino Americano de Alternativas Comunitárias de Atendimentos a Meninos de Rua possibilitou aos diversos grupos existentes contrários à política oficial do Estado a articulação de um posicionamento mais conjunto, frente às questões imediatas que se apresentavam, como por exemplo, as denúncias de repressão e abuso dentro das próprias instituições sustentadas pelo Estado. O Seminário constituiu-se assim em uma verdadeira assembleia do Movimento.

O Movimento constituiu-se em junho de 1985, sendo definidas as linhas de ação e elegendo-se a Comissão Nacional. Tornou-se juridicamente como entidade de luta por direitos em agosto de 1986 em sua II Assembleia Nacional, com aprovação de seu estatuto

e eleição de uma nova Comissão Nacional.

A partir de então, o Movimento vem consolidando-se cada vez mais como "instrumento de luta na defesa e resgate da cidadania da criança e adolescente da classe trabalhadora". A realização do I e II Encontro Nacional dos Meninos e Meninas de Rua com a participação de meninos e meninas de todo país (contando inclusive com a participação de programas e educadores de entidades internacionais) e a sua participação na elaboração das ementas populares concernentes à questão da criança e do adolescente no processo de discussão na Legislação Brasileira contribuíram de forma efetiva para o reconhecimento deste Movimento como canal de luta e reivindicação pela promoção e defesa destes.

1.1- Direitos e deveres: construindo uma cidadania

Durante a vigência do "Código de Menor", seus princípios de vigilância e proteção acabaram por transformar crianças e adolescentes ou em indivíduos dependentes e submissos ou em marginais potencializados. O princípio norteador desta prática era a preocupação com a possibilidade de transgressão do "poder jurídico" onde as leis são definidas objetivando a consolidação desta sociedade.

Orlandi(1990) aponta que no Brasil os efeitos de sentido decorrentes do discurso positivista com suas noções de ordem, equilíbrio, progresso :

"(...) migram(ram) para a consensualidade da sociedade brasileira, transbordando, pegando tudo, tornando-se sentido do senso-comum."(Orlandi,1990:04)

As noções de ordem e equilíbrio que sustentam ainda hoje no Brasil uma determinada concepção de cidadania enquanto necessária ao desenvolvimento harmonioso desta sociedade acabam por regular as relações sociais entre as pessoas, produzindo um processo de homogeneização e assujeitamento do indivíduo.

As leis, enquanto conjunto de normas, devem ser aplicadas indiscriminadamente organizando a relação entre os indivíduos. Os princípios de generalidade e imparcialidade devem nortear a sua

aplicação. Desta forma, o indivíduo em sua singularidade e subsumido pelo indeterminado, pelo universal.

Lagazzi aponta:

"Através da indeterminação, o logicismo mecaniza a lei, descontextualizando sua aplicação (...) A causa é apagada para que se observe apenas a consequência jurídica, ou seja, apaga-se o social e o histórico para que a ordem se mantenha a qualquer custo. É esse apagamento que sustenta a formação ideológica jurídica, possibilitando que a lei se coloque como igual para todos."(Lagazzi-1988:42)

Nesta perspectiva, ao transgredirem as normas já institucionalizadas os meninos e meninas de rua podem ser interrogados, presos, torturados e encaminhados a instituições de atendimento para um posterior processo de "ressocialização".

Como afirmamos inicialmente, o MNMMR vem apontando como prioridade em sua luta a conquista e a defesa da cidadania de crianças e adolescentes. No entanto, antes que possamos empreender uma análise sobre a formação discursiva do MNMMR ou sobre as diversas formações que o compõem, será necessário que retomemos historicamente a produção dos termos "cidadania, sujeito de direitos", para que possamos compreender como estes se deslocaram, produzindo efeitos de sentido que acabaram por significar o "cidadão brasileiro".

O aparecimento do discurso da cidadania e portanto do "sujeito de direitos" encontra-se vinculado ao aparecimento do Estado a partir do século XVIII. Nesta perspectiva será o Estado que através de seus gestos democráticos "concederá" à população seus direitos básicos: habitação, alimentação, educação, saúde, contribuindo na aquisição de sua cidadania.

Apaga-se assim todo um processo de luta e reivindicação da classe trabalhadora na constituição de sua cidadania. Como afirma Arroyo, no processo de concessão da cidadania (com direitos e deveres) são apagados:

"(...)os processos sociais através dos quais as camadas populares agem como sujeitos políticos de reivindicação, os processos mentais que são redefinidos e afirmados nos momentos reivindicatórios, as formas de organização que se fortalecem, o poder popular que aumenta, ou seja, o próprio processo político pedagógico de construção da identidade popular que se dá no confronto povo-Estado."(Arroyo,1987:74)

"O século XIII, marcado pela dominação da Igreja, reconhecia a existência de um sujeito religioso (Haroche, 1984), totalmente subordinado ao texto e ao dogma, submisso à ideologia cristã e assujeitado às práticas rituais religiosas. Essa ordem religiosa do século XIII apoiava-se no direito das pessoas, mais que no direito centrado nas relações econômicas. Os imperativos da expansão econômica conduziram a uma redefinição do sujeito, e

e Direito torna-se determinante frente as religiões." (Lagazzi, 1988:19)

As constantes reivindicações dos artesãos, mercadores e camponeses conduziram à institucionalização do poder jurídico que os tornou cidadãos, "sujeitos de direitos e deveres". A responsabilidade sobre suas escolhas apresentou-se como uma das características do processo de substituição do "sujeito religioso" pelo "sujeito de direitos". Tal substituição possibilita o aparecimento da noção de responsabilidade, noção constitutiva do caráter humano e portanto do sujeito-cidadão.

Considerado agora como cidadão com "direitos e deveres" o sujeito torna-se "livre" para realização de suas escolhas. O apagamento da história, das relações sociais de produção possibilita o aparecimento do sujeito como fonte e origem de suas ações e portanto de seus atos.

No Brasil, no entanto, além da vida cotidiana do "cidadão brasileiro" ser norteadada pelas leis elaboradas com a finalidade de regular as relações entre os homens (jurídico formal), estas também são reguladas implicitamente através de costumes, valores e comportamentos (jurídico de senso-comum) estabelecidos como parâmetros de conduta.

"Weber (em Orlandi, 1983) coloca que a ação social orienta-se por usos, por costumes, por convenções e pelo direito.

Ele distingue o uso e o costume da convenção e do direito, dizendo que a convenção e o direito representam uma ordem legítima e não apenas um regularidade, como é o caso do uso e do costume. Weber acrescenta que a ordem legítima acarreta o regulamento, os modelos obrigatórios de conduta, o sentimento de dever. Para ele, o uso e o costume não têm garantia exterior, e a recusa em segui-los resulta em incômodos e inconveniências.(...) Diríamos que o uso e o costume não têm nenhuma garantia exterior formalizada explicitamente, como é o caso do Direito, mas têm uma garantia simbólica, que exerce sua força coercitiva."(Lagazzi, 1988:)45

A moralidade vem neste sentido ajudar a compor uma formação imaginária e discursiva do brasileiro onde os discursos e comportamentos que não estiverem em perfeita sintonia com padrões morais estipulados pela sociedade devem ser apagados, eliminados e punidos. Funcionando de forma implícita como um "juridismo de senso comum", ela passa a reger o cotidiano do brasileiro de forma a não permitir a instituição do novo, assim como não possibilitar ao indivíduo a realização de seus desejos.

"A implicitação é o ponto de sustentação da ordem cotidiana, porque é por onde o simbólico se mantém. A explicitação traz para a ordem do racional, que permite a refutação direta. Opiniões e crenças, usos e costumes não são edificados sobre razões, mas sobre símbolos que mistificam, interferindo no distanciamento crítico do sujeito e permitindo a legitimação de um poder." (Lagazzi, 1988:47)

Assim atravessado, tanto por características mais explícitas, próximos do "jurídico formal", como por características mais implícitas ligadas à "moralidade" (juridismo de senso comum) o termo cidadania vai produzindo diferentes sentidos, movimentando-se de forma a significar o brasileiro de diferentes formas.

Na verdade, o discurso da cidadania desde a sua origem:

"(...) se formula heterogêaneamente, desenvolvendo efeitos de sentidos que partem em várias e distintas direções, tomando sempre a inclinação moralista no Brasil." (Orlandi, 1990:38)

Assim, a produção de discursos como o da cidadania que trazem consigo a possibilidade de compor\significar o brasileiro passam a arregimentar outros discursos disponíveis. É isso que percebermos em relação ao discurso da cidadania na sociedade brasileira hoje. Inúmeros sentidos foram construídos em relação ao tema da cidadania, sentidos estes que acabaram por construir um imaginário significando de diferentes formas um mesmo "cidadão brasileiro". Os efeitos de sentido decorrentes destes diversos significados construiu silêncios, possibilitou apagamentos, redefiniu sentidos, etc.

Tendo em vista o caráter múltiplo e plástico da linguagem, podemos compreender como, ao serem ditos, os sentidos se movimentam transformando-se, redefinindo-se, apagando ou

incorporando elementos que lhes são significantes. Na verdade os sentidos, mudam, transformam-se, nas relações de força que estabelecem com as diferentes formações discursivas, visto que estas são consequências de outras formações ideológicas.

Segundo Maingueneau :

"Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de um sentido para derivar para um outro" (Maingueneau,1989:76)

Ao concebermos o caráter polissêmico e múltiplo da linguagem procuraremos compreender quais os processos de significação e os efeitos de sentido decorrentes do discurso do MNMMR em relação à questão do resgate e luta pela cidadania. A compreensão destes processos de significação nos possibilitará perceber como a criança e o adolescente são significados por este Movimento na medida em que são considerados como "cidadãos com direitos e deveres adquiridos."

Para a AD, o discurso é um objeto histórico-social-ideológico e a sua historicidade se dá através da sua materialidade discursiva. Produzido em meio às relações sociais de força e poder entre os grupos, estabelecendo relações de força e de sentidos, o discurso materializa a formação ideológica do grupo com o qual se relaciona. Assim, quando o sujeito se apropria da linguagem e é apropriado por esta, ele não o faz de

forma solitária, individual, mas de forma social, tendo em vista a sua interpelação pela ideologia. O discurso realizado pelo MNMMR não se dá, portanto, como origem e fonte deste, mas é fruto de uma memória-discursiva (o pré-construído), podendo ser retomado, ampliado, redefinido, apagado, etc. Seu discurso não é completo, único, mas incompleto, múltiplo, heterogêneo, espaço de múltiplas determinações.

Conforme já dito anteriormente, nossa proposta de trabalho não se propõe a fazer uma análise do conteúdo das questões apontadas pelo Movimento, mas compreender os processos de significação aí construídos, relacionados a criança e ao adolescente brasileiro.

Para a análise selecionamos alguns recortes do Documento base do MNMMR: "Teses e Propostas".

Teses e propostas: a sistematização de uma prática

A opção pelo tipo de sociedade que deverá ser vislumbrada pelos integrantes do Movimento fica clara quando, em seu documento "Teses e Propostas" (1988) afirma-se que o MNMMR deverá ser um instrumento para a construção de :

"Uma sociedade que crie condições para que crianças, hoje excluídas do acesso aos bens e serviços essenciais à vida, sejam respeitadas como CIDADÃOS-CRIANÇAS E ADOLESCENTES, portanto

sujeitos de direitos. Isto significa lutar para a transformação das determinações econômicas, político-social e histórico-cultural, responsáveis pela atual situação da infância e adolescência brasileira." (MNMMR-Teses e Propostas,1988:05)

Esta inscrição discursiva traz elementos que, apontam que para o MNMMR, crianças e adolescentes devam ser incorporados enquanto cidadãos com direitos e deveres assegurados. Tal formação discursiva revela um crédito nos valores "jurídicos" onde a aquisição dos direitos e deveres asseguram a "igualdade" entre os indivíduos. Um discurso assim elaborado poderia nos remeter a um entendimento de que sua formação discursiva fosse de caráter liberal ao considerar a cidadania como elemento integrador do indivíduo ao social. Discurso com uma preocupação burguesa onde, intrínseco ao "sujeito-de direitos", estivesse a noção de transferência de responsabilidade, considerando-se o sujeito como fonte e origem de suas ações e comportamentos.

No entanto, como todo discurso é heterogêneo, apresentando assim a presença de outras formações discursivas(correspondentes a outras formações ideológicas), na composição do enunciado acima estão presentes outras características que apontam a preocupação com as transformações das "determinações econômicas, político-social e histórico-cultural, responsáveis pela atual situação da infância e adolescência brasileira". Estes elementos apontam a existência de uma formação discursiva dominante no Movimento onde a luta pela transformação social e portanto do resgate da

cidadania de crianças marginalizadas se faz num processo de luta e defesa de direitos.

A percepção de cidadania enquanto processo de luta proposta pelo MNMMR produz significações semelhantes às apontadas por Miguel Arroyo (1987). Para ele a compreensão da questão da cidadania só ocorrerá a partir:

"(...) de uma visão real de sociedade como uma construção histórica trespassada por conflitos, antagonismos e lutas, onde a questão do poder está sempre presente, exigindo ser equacionado e socializado." (Arroyo, 1988:61)

Continuando no Documento "Teses e Propostas (1988), o Movimento pretende ainda a construção de :

"Uma sociedade democrática onde o Povo participe do Poder\Governo para defender seus anseios e onde as crianças e adolescentes tenham voz e vez. Isto significa aumentar o poder de controle da População sobre o Estado e descentralizar do Estado o poder e os recursos para execução das políticas sociais que atendem as crianças e adolescentes marginalizados, num processo onde os meninos tenham participação ativa e crítica."(Teses e Propostas,1988:05)

A opção por uma sociedade democrática denota um crédito no papel do Estado em assegurar os direitos e deveres de cada cidadão. Tal proposta se dá em termos de uma "democracia

participativa", onde ao povo cabe a defesa de seus direitos.

Em relação a esta questão Lagazzi (1988) aponta:

"No entanto, veremos que a concepção de Estado está diretamente vinculada à fundamentação do poder jurídico, por sua vez decorrência da idéia de lucro, que se coloca nos termos do capitalismo ou seja, o Estado é o Estado-capitalista, que se funda na divergência de interesses entre "proprietários" e não "proprietários", divergência esta que resulta em direitos e deveres conflitantes. Uma democracia liberal não teria espaço de realização numa sociedade de Estado, pois ao pensar uma sociedade que garanta a seus membros a liberdade de concretizarem suas capacidades, estaríamos atingindo a essência do Estado: a divergência de interesses, de direitos e deveres conflitantes."(Lagazzi,1988:45)

Neste caso, podemos notar que existe uma nova produção de sentido para o Estado que não se prenderia à satisfação de apenas alguns grupos, mas onde, em um constante processo de interação e confronto entre a sociedade civil, poderia construir uma sociedade democrática.

Os caminhos para a construção desta sociedade são:

"Lutando pelo resgate do direito (defesa e promoção) da cidadania das crianças e adolescentes marginalizados buscando:

-interferir na elaboração e execução das políticas sociais

basicas:

-alterar a legislaço brasileira de forma geral e, prioritariamente, na legislaço específica da criança e adolescente, de forma que sejam assegurados os seus direitos.

-fazer cumprir a Legislaço que assegure os seus direitos."

(Teses e Propostas,1988:06)

Como os processos de significação são instituídos segundo a posição social de seus interlocutores, podemos afirmar que os sentidos aqui apontados pelo Movimento em relação à cidadania nem sempre apontaram os mesmos efeitos de sentido produzidos por discursos semelhantes, visto ser realizado por interlocutores que representam uma outra posição social, outra formação ideológica.

Ou seja, um discurso produzido no seio de um Movimento social cujo objetivo maior é a organização da classe trabalhadora e as transformações das determinações econômicas, políticas, sociais na busca de sua cidadania, não apresentará os mesmos sentidos que os produzidos por políticos brasileiros comprometidos em assegurar a hegemonia dos grupos dominantes.

Enquanto espaço de representação social, o discurso do MNMMR materializa as contradições ideológicas presentes na sua relação com a sociedade civil e o Estado. Constituído num jogo de relação entre as diversas formações discursivas, nenhum discurso é completo, único, transparente. Desta forma, mesmo apresentando características de uma formação burguesa-liberal o

discurso do Movimento revela-se crítico. E é sua posição como Movimento Social que lhe permite falar sobre a "luta", o "poder do povo", a "transformação".

Em alguns de seus princípios gerais encontramos:

"-A finalidade do Movimento deve ser a organização dos educadores e dos meninos visando a luta por direitos. (...)

-O trabalho direto com meninos de rua que o Movimento desenvolve deve ser o de contribuir na sua organização em busca de seus direitos." (MNMMR-Teses e Propostas,1988:07)

Durante a análise realizada, pudemos perceber como os efeitos produzidos por um discurso "jurídico" onde as "leis são condição para o exercício da cidadania estão incorporados à sociedade brasileira e de maneira particular (por se tratar de nosso objeto) no discurso do MNMMR. O discurso sobre "as leis" circulam de forma a considera-lo como "legítimo", "natural", "transparente." Apagando-se as condições de sua produção ele é reificado, universalizado, retirando-se dele suas características ideológicas. A aquisição dos direitos é pré-condição para o exercício da cidadania.

Podemos observar que o discurso da cidadania tem permeado a história do brasileiro. Tornando-se sentido do senso comum, todos discursam sobre um determinado significado de cidadania. No entanto, apesar de já fazer parte do discurso do brasileiro, por

inúmeras vezes, este foi privado do seu direito de exercê-la.

Em relação a identidade do Movimento:

"O Movimento deve-se definir como um Movimento popular. Esta característica popular é dada pela definição de seu projeto ser comprometido com a classe dominada e não com a dominante. Para que cresça como Movimento popular se faz necessário que busque cada vez mais definir seu projeto político e envolver educadores das camadas populares e pessoas comprometidas com as mesmas."(MNMMR-Teses e Propostas,1988:10)

Princípio fundamental de atuação:

Toda e qualquer ação do Movimento é baseada no seguinte princípio: Crianças e adolescentes são seres humanos em desenvolvimento, cidadãos, sujeitos de direitos legítimos que têm condições e devem participar de decisões sobre sua vida, e, dessa forma, devem ser vistos e tratados. O Movimento busca criar na sociedade as condições necessárias para que os meninos e meninas de rua se expressem e exerçam seus direitos de cidadania.

O conceito de cidadania proposto por este não é pois considerado como uma "concessão" do Estado, elemento integrador do indivíduo ao social com a finalidade de proporcionar um convívio harmônico entre os homens, educados para a obrigação moral.

Na análise dos textos continua presente uma determinada

concepção de cidadania, enquanto luta e resgate de direitos, implícita ao princípio norteador do Movimento. Todos os seus objetivos serão definidos tendo em vista este pressuposto básico.

"- Mudar a realidade de marginalização e violação dos direitos básicos em que vive a maioria da infância e adolescência brasileira, promovendo a construção de uma sociedade justa e fraterna com a participação dessas pessoas.

- Aprofundar na sociedade a noção de que crianças e adolescentes são seres humanos em desenvolvimento, sujeitos de direitos, e toda violação a esses direitos deve acabar.

- Possibilitar espaços de organização e formação da criança e do adolescente, favorecendo sua participação na reflexão, discussão e elaboração de propostas sobre a situação de marginalização social em que vivem.

- Interferir nas políticas sociais básicas (saúde, educação, trabalho, habitação, transportes, agrária, cultural) no sentido de cumprirem o preceito constitucional que estabelece absoluta prioridade no atendimento às necessidades de crianças e adolescentes.

- Interferir na atual política oficial para a área da minoridade no sentido de erradicar seu caráter repressivo, paternalista, estigmatizante e não participativo.

- Refletir e discutir as experiências de atendimento à criança e ao adolescente marginalizado, propor novas práticas ,

'fermar educadores e apoiar programas em todo o Brasil." (MNMMR-Feider 1990)

Nesta série de enunciados, podemos observar que o MNMMR pretende exercer um papel de "interlocutor" dos meninos e meninas em relação ao Estado levando-o a propor projetos onde ele possa trabalhar concomitantemente: na alteração da Legislação, na discussão e redefinição das políticas sociais públicas, na formação de educadores e metodologias alternativas, na organização e formação dos meninos, etc.

Na verdade, o Movimento aqui se faz "porta-voz", "representante" não apenas dos meninos em relação às questões apresentadas, mas também em relação às outras entidades não governamentais. Ele apresenta-se ao Estado como representante legítimo da sociedade civil, cabendo a ele cobrar e denunciar as ações a este devidas, porém não realizadas.

Conforme temos apontado, crianças e adolescentes têm-se constituído como objeto de práticas absurdamente violentas das mais diversas formas: jurídica, social, familiar, institucional, etc. Tal processo de exarcebção da violência tem culminado com o extermínio e a prostituição de um enorme número de crianças e adolescentes que passam a fazer da rua seu espaço de vida.

Preocupados com tal questão o MNMMR apresentou em seu documento as seguintes metas prioritárias a nível da intervenção no contexto da violência:

"-Envolver os vários segmentos da população na luta em defesa dos meninos e meninas em contexto da violência, articulando com entidades a nível nacional e internacional a fim de fortalecer a ação conjunta que tenha o sentido de coibir a violência e garantir direitos.

-Garantir junto às entidades de defesa dos direitos da pessoa humana o compromisso de defender, com prioridade, os direitos dos meninos e meninas de rua, denunciando com veemência a transgressão desses direitos.

-Fazer uma leitura crítica das causas provocadoras da perda da identidade cultural do nosso povo, articulando-se com os Movimentos que trabalham, especificamente: MIMI, CPT, Movimento Negro, etc., a fim de ajudarmos também nossos\meninos(as) a resgatar sua identidade."(MNMMR,1988:23-24)

Concluindo, gostaríamos de ressaltar que na análise do documento "Teses e Propostas" do MNMMR, sentimos falta da voz da própria criança ou adolescente. Fala-se sobre estes, sobre suas necessidades, sobre sua exploração. O que pensa, sonha ou acredita são questões nem sempre presentes. Suas dúvidas e incertezas não se apresentam no texto do documento.

Quem fala, fala pelas crianças e adolescentes de um outro lugar, o lugar de quem sabe o melhor. As necessidades são pontadas na perspectiva do adulto. São os adultos que definem a necessidade de proporcionar espaços de organização e formação pra

que possam reevindicar seus direitos.

Uma outra questao a ser levantada e de que pela forma como o discurso do Movimento é colocado tem-se uma impressão que caberá a ele ou entidades afins serem os responsáveis pelo estímulo à formação e organização das crianças e adolescentes cujo maior objetivo será a construção de sua cidadania. Ora, como vimos anteriormente a vida de crianças e adolescentes brasileiros, filhos da classe trabalhadora tem sido permeada por trabalho e por deveres, e neste processo real de exploração estes vem constituindo sua identidade. Cabe, porém, nos perguntar até que ponto temos negado o processo de formação que estes "pequenos trabalhadores" são submetidos diariamente em suas relações de trabalho, transformando-os em sujeito político. Em relação a esta questão, Arroyo aponta que:

"Em síntese, é fundamental captar se a cidadania se constrói através de intervenções externas, de programas e agentes que outorgam e preparam para o exercício da cidadania, ou, ao contrário, a cidadania se constrói como um processo que se dá no interior da prática social e política das classes." (Arroyo, 1988:74-75)

Neste sentido, podemos verificar que a história oficial tem omitido tanto a participação de crianças e adolescentes pobres no processo produtivo, bem como da sua participação na luta pela construção desta cidadania. As revoltas, depredação de

escolas. quebra de maquinarios são vistos como desordem, indisciplina, mas nunca como uma forma de luta, de reivindicações. Falta a esta criança e a este adolescente o resgate de sua história, história de trabalho, de miséria, mas também de resistência. No entanto é preciso que verifiquemos quais as suas reais necessidades, pois, quando falamos, estes meninos e meninas apontam para outras questões que para eles são fundamentais na construção da "sua" cidadania.

O discurso do Movimento é pautado pela concepção da cidadania, cidadania que implica no resgate de direitos. Mas é preciso que esta criança aponte formas próprias de organização e de reivindicação que foram e ainda são construídas durante seu processo de resistência.

O fato desta questão não ser apontada no documento acarreta a este traço elitistas na medida em que não traz para seu discurso o reconhecimento das lutas que meninos e meninas (mesmo que tomando outras formas) têm construído no sentido da defesa de seus direitos. Neste sentido, a violência, como afirma Mafessoli, pode constituir-se como a negação de valores, normas e comportamentos impostos.

Não queremos negar a luta empreendida pelo MNMMR, mas ressaltar a necessidade de reconhecermos a existência de uma luta empreendida por meninos e meninas pela construção de sua cidadania, luta esta empreendida no seu dia a dia, no trabalho, em casa, na escola, na rua, etc.

Segundo Arroyo (1988):

"O povo se amotina e transgride as normas não porque as ignora, ou porque seu estomago vazio o torna um animal feroz, mas porque se aprendeu que essas normas não respondem a seus interesses, ou seja são ilegítimas. O cotidiano da vida do povo se rege por noções amplas de direitos que se manifestam com maior força nos momentos de crise e de agitação social: noções que ultrapassam os limites do permitido pelos valores oficiais da ordem e da participação; noções que alongam o campo do legítimo e dos direitos. O povo age como sujeito de direitos bem antes de ser reconhecido como tal. O reconhecimento é apenas a aceitação e a tolerância das elites frente a situação de fato."
(Arroyo, 1988:76)

No caso da criança e do adolescente, este reconhecimento é ainda mais dificultado pois, apesar de constituírem-se como parcela significativa da força de trabalho, ela não se representa com capacidade organizacional e reivindicatória nos moldes estabelecidos. Apesar de estabelecer estratégias para sua sobrevivência, não tem condições de estabelecer regras para o confronto reivindicatório de seus direitos.

No entanto, se as crianças e os adolescentes militantes do Movimento não tem voz ativa na elaboração do documento, suas vozes se fazem ouvidas em outros momentos: nas reuniões dos núcleos de base (nos estados em que o Movimento tem representação), nos encontros nacionais, etc. E aí que, posteriormente, procuraremos ouvi-los.

1.2= "Quando a vítima se torna rei: O extermínio de crianças e adolescentes no Brasil.

"Minha vida é como se fosse um vento
Não têm nada que segure."

Frase de Ferrugem - menino de rua
assassinado por policiais em Recife-PE.

Conforme apontamos anteriormente, no Brasil, é cada vez mais alarmante o índice de assassinatos de crianças e adolescentes pobres. Já caracterizado como um quadro de genocídio, tal problemática tem sido denunciada, incansavelmente, pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua-MNMMR, Fórum de Direitos da Criança- DCA, Movimento Nacional de Direitos Humanos-MNDH, outras entidades não governamentais, entidades internacionais (UNICEF, ANISTIA, DEFENSE FOR CHILDREN da ONU) e atualmente pelo próprio Estado, sem, no entanto, estar refletindo alguma mudança, pois, os números de mortes vêm se acentuando cada vez mais.

Dados pesquisados pelo MNMMR, IBASE, -NEV-USP, apontam no livro "Vidas em risco" a morte violenta de 457 crianças e adolescentes em 1989 nas cidades de Recife, Rio de Janeiro, e São Paulo.

A realização desta pesquisa surgiu a partir das conclusões que o MNMMR e IBASE chegaram com base nos resultados do dossiê:

"Crianças e adolescentes no Brasil: a vida silenciada" (MNMMR\IBASE,1989), que registrou 1.397 casos de morte violenta no período de 1984 a 1989, registradas no Instituto Medico Legal(IML) de nove estados brasileiros, e 891 vítimas de zero a dezoito anos apuradas em 37 jornais de dezesseis Estados.

Realizado, na maioria das vezes, por profissionais contratados por comerciantes e empresários para a guarda e proteção de seus negócios; por grupos de extermínio compostos basicamente por policiais ou ex-policiais civis e militares, e também por criminosos, traficantes e bandidos, revela sempre um caráter deliberado, não acidental.

Segundo uma nota de 13\08\90 na Folha de São Paulo, foram identificados apenas no Rio quinze grupos de extermínio com a participação de cinquenta "justiceiros". No entanto:

"Embora atue desde 1985 na apuração de crimes de extermínio, a Comissão Especial (que investiga o assunto no Rio) dirigida pelo delegado Eide Trindade, não conseguiu reduzir o número de crimes que, no ano passado, só em Caxias chegaram a 3.302." (Folha de São Paulo- 13\08\90)

A sociedade vai assim, através das práticas das prisões, dos extermínios, das torturas, dos linchamentos, da institucionalização da pena de morte, encontrando formas (violentas) de eliminar aqueles que resistem e revoltam-se de

forma violenta contra um sistema socio-econômico, político e cultural excludente e injusto que os tornam "menos homens" na busca pela sobrevivência de si e dos seus. A "institucionalização" da violência pelo Estado possibilita-lhe a sua utilização para com aqueles que transgridam as normas e comportamentos pré-estabelecidos, tomando-a como forma de "proteção" à sociedade. Não se reflete sobre as causas da violência, só se enfatizam suas consequências.

Numa sociedade cujo sistema político-econômico pautado no acúmulo de capital, de mais valia, na exclusão da maioria da população do usufruto dos bens materiais e sociais aí produzidos, onde a pobreza e a miséria vão transformando pessoas em máquinas de matar, vivendo em função do hoje e do agora, sem perspectivas\sonhos por um dia melhor, produz-se cotidianamente o processo de marginalização da classe trabalhadora.

Marginalizados, com ingresso apenas no mercado informal, na forma de sub-empregos, sem condições materiais, e psíquicas para o sustento da família, homens, mulheres, crianças e adolescentes são introduzidos no mundo da marginalidade.

A fome e o frio aumentam, a morte ronda, seja em forma física ou psicológica, e com eles eleva-se o índice de criminalidade. Rouba-se, muitas vezes, para comer, prostitui-se para sobreviver, cheira-se cola para esquecer do frio, da fome das alegrias perdidas em um futuro distante.

Surtem assim os exterminadores, homens, pais de família, que se julgam com o direito de fazer justiça com as próprias mãos, acreditando que estão fazendo um bem para a sociedade, livrando-a de elementos perniciosos. Criados para proteger pequenos comércios da região, aos poucos estes grupos se organizaram e, se antes ofereciam proteção, agora eles protegem e matam, fazendo questão de registrar a sua presença através dos bilhetes que são deixados ao lado dos corpos.

Tais matadores, constituídos por policiais, para-militares, ou pelo esquadrão da morte, agindo isoladamente ou em grupos fortemente organizados, consideram que ao "limparem a cidade", estão fazendo um bem à sociedade. No livro "Vidas em risco", tal concepção torna-se bastante relevante quando a análise das notas relativas a esta questão em alguns jornais brasileiros, nos demonstram que alguns segmentos da população revelam uma certa simpatia em relação a estes exterminadores, visto serem criados para sua proteção. Proteção e segurança, ordem e propriedade, princípios básicos da sociedade capitalista.

Falando sobre o extermínio

A prática do extermínio não é um fenômeno recente, pois tem ocorrido de formas diferenciadas na história de crianças e adolescentes brasileiros, e nem tão pouco inexplicável, pois apresenta razões que para nós ficam claras quando entendemos que

toda prática nos remete a concepções ideológicas que fundamentam tais ações. É necessário que compreendamos todo o processo psico-social que acaba por fundamentar práticas desta natureza.

Ao concebermos, pois, que a historicidade da linguagem nos possibilita uma maior aproximação deste processo psico-social, utilizaremos o método de "Análise de Discurso"- proposto por Michel Pêcheux- para compreendermos a determinação histórica da produção dos diversos discursos sobre o extermínio proferidos por pessoas que, direta ou indiretamente, encontram-se envolvidas com esta questão. Quais os efeitos de sentido que são construídos através das falas\discursos destas pessoas? Como estes são transformados, redimensionados em outras falas, em outros discursos? Como as formações imaginárias aí constituídas contribuirão para o exercício de práticas de extermínios, torturas e linchamentos, serão algumas de nossas questões.

Para Pêcheux, todo discurso, ou melhor, todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classe. Ao falar, o homem nos remete a um outro discurso, a uma série de discursos que nos revelam uma determinada formação ideológica. Quem fala, fala de uma determinada posição que regula o que pode e o que deve ser dito. Assim, os homens, ao falarem, estão materializando em seu discurso a história e ideologia de seu grupo social.

bem mais amplo. Se não compreendermos e atuarmos sobre suas causas, dificilmente conseguiremos resolver tal fenômeno.

A Análise do Discurso-AD será, desta forma, utilizada para detectar através da materialidade mostrada pela linguagem, tendo em vista seu processo histórico de determinação, quais seriam os possíveis efeitos de sentido produzidos por estes discursos, como também se estes foram construídos apropriando-se de sentidos já existentes.

Ao se denominar de "justiceiro", o que nos revela este matador? Se ele se considera assim é porque retoma sentidos ou significados que contemplam a justiça e a punição como princípios fundamentais para o desenvolvimento pleno da sociedade, sentidos estes que preexistem a ele. Ou seja, se ele é justiceiro é porque de alguma forma existe uma certa cumplicidade entre os que exterminam e aqueles que seriam objeto de sua proteção e que concordam, mesmo que silenciosamente, com sua ação. É a justiça que se realiza através da mão assassina do justiceiro.

Em uma entrevista realizada pela Rádio Nacional com o empresário Sílvio Cunha, Diretor do Clube de Diretores Logistas do Rio (CDL) este afirmou:

"Quando se mata um pivetinho está se fazendo um benefício à sociedade". Afirmou ainda que : " (...) os meninos e meninas da

rua do Rio não passam de "bandidinhos de grande porte."

Podemos observar que a compreensão do que este empresário acabou de expressar revela a retomada de discursos que preexistem a ele, mas que, no entanto, ao retomar, ele redimensiona. E o que Pécheux denomina de efeito do pré-construído, ou seja, tal cidadão não se encontra como origem de tal discurso, mas retoma elementos de um interdiscurso¹ (memória do dizer) presente nesta sociedade que acredita que a violência cometida por tal grupo deva ser paga com a morte, que todo transgressor de normas deve ser punido e até mesmo eliminado. Eis aí um componente, nesta formação discursiva que trabalha com as noções de ordem, equilíbrio e harmonia presentes na sociedade brasileira.

Silvio Cunha aponta:

"Estou vendo morrer um ou outro menino e isso não é extermínio. Extermínio é quando se mata 50. Se existe isso, é apenas uma consequência da vida que levam. Por isso, muitas vezes são mortos." (Correio Brasiliense- 13\01\91).

1. A relação do discurso com sua exterioridade é marcada pelo interdiscurso e seu funcionamento o pré-construído que corresponde ao sentido já dito." Todo discurso atesta sua relação com outros (que exclui, ou inclui, ou pressupõe etc.) e com o interdiscurso (que o determina)." (Orlandi, 1990:43)

A morte, o assassinato, são, neste sentido, concebidos como fato normal e consequência de uma vida ligada à marginalidade. Podemos considerar nesta afirmação a existência de um componente discursivo de uma formação moral-cristã, onde a morte é uma consequência, uma punição pela opção pelo "mal". O julgamento é realizado tendo em vista uma relação de confronto de valores.

O termo utilizado "um ou outro menino", revela a condição destes serem considerados como seres de espécie inferior, não se importando com seus nomes, sua vida, sua história, pois, isto não é significativo.

Ainda para Sílvio Cunha:

"O cidadão que envereda pela vida do crime, maior ou menor, vai correr os riscos da profissão. Vai matar ou morrer em caso de confronto, e se morrer será menos um." (Jornal do Brasil-12\01\91)

Desta vez, podemos perceber nesta enunciação uma outra modalização desta formação discursiva onde o discurso produzido deixa de se fundamentar em uma concepção moralista do "bem" e do "mal" e passa a admitir a existência de confrontos entre os diversos grupos na sociedade. Estes confrontos fazem parte da lógica que rege esta sociedade. É a lógica da competição e do risco em uma sociedade capitalista.

Podemos perceber, nesta formação discursiva, a existência da mesma modalização discursiva com característica "burguesa-

"crista". Concluindo, poderíamos afirmar a existência de uma primeira modalização com característica mais cristã e a segunda com característica mais burguesa que se aliam produzindo sentidos que acabam por respaldar o ato de matar.

O questionamento sobre as condições em que se dá o processo de marginalização deste indivíduo que rouba, assalta, agride, não é considerado. A atitude violenta do "bandido" não é aceita e, portanto, deve pagar com a morte. No entanto, a atitude violenta e assassina do exterminador é aceita e incentivada. São assim os diferentes processos de significação por que passa a construção do nosso imaginário. A linguagem, enquanto multiplicidade de sentidos, com regiões de equívocos, traz à tona as concepções contraditórias de homem, vida e sociedade. A composição das diversas ideologias presentes em nossa sociedade vão se explicitando através da linguagem e deixando antever práticas respaldadas em tais concepções.

A universalidade dos conceitos sobre o marginal, sua opção pelo crime, sobre a morte como consequência natural, constrói imaginários pelos quais se regem os exterminadores, os linchadores, os favoráveis à institucionalização da pena de morte. Fixando sentidos sobre a delinquência, a violência, a criminalidade, discursos como este apagam a existência de um processo de produção da marginalidade, cristalizando o fato, o acontecimento, o roubo, o homicídio, o estupro.

O extermínio assim é visto como "natural", consequência de uma vida de delinquência. A marginalidade é percebida como "profissão". A criança e o adolescente optam, "naturalmente", por este tipo de vida. A fala deste empresário ainda nos revela através da expressão "maior ou menor", que não existe a percepção de uma idéia de infância, da criança ou adolescente que incorpore o respeito pelo seu processo de desenvolvimento. E como se marginal não tivesse idade, com valores e comportamentos correspondentes a esta.

Os efeitos de sentido de afirmações como as pronunciadas pelo empresário acabam por contribuir para a construção de um imaginário que passa a considerar estes meninos como monstros que devem ser eliminados. O seu extermínio é considerado como benefício, e aqueles que os exterminam passam a ser considerados como "justiceiros". Inseridos em um processo constante de luta de classes, as diferentes formações discursivas de "cidadãos comuns, justiceiros, crianças e adolescentes pobres" se entrecruzam trazendo à superfície suas formações ideológicas. E assim que se coloca o Diretor do CDL do Rio quando afirma:

"A morte de um criminoso acaba sendo um benefício para ele, para sua família e para a sociedade"(Jornal do Brasil 12\01\91).

O desconhecimento dos efeitos ideológicos inerentes ao processo discursivo proporciona ao sujeito se ver como sujeito exclusivo do discurso, não concebendo a pré-existência de discursos como este. Desta forma, o extermínio não pode e nem

deve ser concebido como uma ação isolada de grupos que resolvem, espontaneamente, matar aqueles que prejudicam o desenvolvimento harmonioso da sociedade, mas sim como uma prática coletiva, fruto de uma formação ideológica que sustenta que "bandido tem que morrer".

Tal enunciado, considerado pela AD como enunciado de base (aquele que sustenta muitos sentidos), presente nesta formação discursiva conjuga sentidos que, movimentando-se pelas diversas regiões significativas, produzem ressonâncias, ou seja, produzem diferentes modos de dizer a mesma coisa. A morte é assim não só aceita, mas também viabilizada por aqueles que procuram promover o "bem" nesta sociedade.

O primeiro requisito para ser aceito na "Organização Pena de Morte"- OPM, grupo de extermínio que vem agindo já há quase dez anos no Espírito Santo, em especial na região da Grande Vitória"- é também a filosofia de que "bandido tem que morrer".O grupo é formado por pessoas que acreditando serem "justiceiros", sentem-se no direito de fazer a justiça com as próprias mãos.

A seguir, passaremos a transcrever alguns recortes de uma entrevista concedida por exterminadores, membros da OPM ao jornal "A Gazeta" de Vitória- Espírito Santo e a revista "Marie Claire".

"Os executados são pessoas envolvidas com furtos, assaltos e estupros, além de fugitivos de prisões e outros tipos de criminosos." (A Gazeta-02\09\90)

O vocábulo "execução" nos remete ao termo utilizado para o cumprimento da pena de morte. A ele cabe a possibilidade de matar, de exterminar o criminoso. Ao falarem, eles se colocam como "porta-vozes" da "comunidade". O direito de matar é-lhes concedido como uma responsabilidade social. No entanto, podemos perceber que o discurso do "social" pode mascarar\apagar a responsabilidade, a necessidade "pessoal" da realização deste ato. Ao se matar um criminoso, se faz um bem à sociedade. No entanto, ao matar o exterminador que agiu em nome do "social", retira do "social" a responsabilidade deste ato.

Na entrevista concedida ao jornal "A Gazeta", o "justiceiro" membro da OPM revela os objetivos e estratégias utilizadas pelo grupo para exterminar suas vítimas. Esta entrevista torna-se de grande importância na medida em que nela podemos detectar a existência de outras falas que corroboram e respaldam o discurso e, portanto, as práticas de extermínio realizadas por tais "justiceiros".

"Ser ladrão, estuprador, assaltante, traficante, ou seja lá o que for, não é bom negócio em Vitória. Vagabundo agora vai ter que se esconder."(A Gazeta - 02\09\90)

Da mesma forma que no discurso proferido pelo Diretor do CDL do Rio, também aqui, não percebemos uma análise mais crítica do processo de marginalização sofrido por tal elemento. Também aqui, encontramos uma formação discursiva na qual ser bandido é considerado como profissão, um bom ou mau negócio, como se esta fosse uma escolha, assim como se escolhe ser médico, professor ou advogado. A morte é, também aqui, concebida como consequência de uma escolha pelo caminho da marginalidade. Acreditamos que tanto o primeiro discurso como o segundo apresentam características ideológicas semelhantes. Ambas caracterizam em seu discurso a naturalidade da morte de quem é bandido, trazendo consigo um pressuposto de universalidade ou seja: " Todos que matam, roubam ou estupram merecem a morte." O enunciado de base "todo bandido tem que morrer" novamente reaparece como um pressuposto para a prática do extermínio. Efetua-se assim o apagamento de situações específicas, de sujeitos com identidade e problemas particulares em função da construção de um sujeito universal situado em qualquer parte ou lugar nenhum. Bandido é bandido em qualquer lugar, com qualquer idade, devendo ter conseqüentemente a mesma penalidade. São os efeitos de sentido necessários para a manutenção da universalidade do discurso jurídico.

Nos requisitos exigidos para a entrada de novos elementos no grupo encontramos:

" (...) ter disposição para matar ".

Matar, que até então apresentava-se como reflexo de marginalidade, aparece agora com significado diferenciado, como benefício, como se fosse uma ação nobre de alguém que se preocupa com a segurança de nossa sociedade. Matar é um ato de coragem. Separam-se as concepções de assassinos, alguns como heróis, outros como marginais. Daí já termos afirmado que a linguagem, o discurso e político, pois, separa, divide, rotula, despersonaliza e silencia. A palavra "matar" aqui é utilizada com outro sentido,¹ não mais como crime, mas como ato de coragem. É este jogo de enunciados que permite a divisão entre os que matam numa atitude de confronto, de resistência e os que têm a permissão para matar. Os exterminadores neste caso, apesar de matarem, não são considerados como criminosos, mas sim como heróis.

"Engraçado, na cadeia o vagabundo não acredita em Deus, só fala e faz besteira. Mas na hora do pega prá capar ele só fala em Deus, passa mal, implora. Aí sim, dá vontade de arrebentar o cara. Eles tentam se atracar com a pessoa que vai atirar, dizem que têm filhos, que são pais de família. Aí você diz para ele que as vítimas dele também tinham filhos, que muitos pais ainda estão chorando, que as pessoas estão trancadas dentro de casa por causa dele, com medo de sair de casa e serem atacadas. Só têm um jeito para bandido: é vala." (A Gazeta- 02\09\91)

1. "As palavras mudam de sentido ao passarem de uma formação discursiva para outra, pois muda a sua relação com a formação ideológica. Por exemplo: o sentido da palavra abertura é diferente para os que encontram-se no poder e para a "oposição". Além das intenções, contam, portanto, as convenções, havendo uma relação necessária de dizer com a ideologia." (Orlandi, 1988:27)

Podemos constatar que o olhar do exterminador para sua vítima é preconceituoso, revelando uma concepção arbitrária de valor e moral. Concepção que não foi produzida solitariamente, mas de forma coletiva, ideológica num processo de interação e interlocução no seio de seu grupo social. O "marginal" é considerado como vagabundo, bandido, porque mata, rouba, estupra, porém, a concepção de violência cometida pelo "justiceiro" tem outro sentido. Sua ação é realizada tendo em vista a proteção de outros. São as vozes de outros que pedem e permitem sua ação. São outras vozes que separam, dividem, recortam os significados constituindo alguns em heróis, outros em bandidos. Essas vozes sustentam a violência do justiceiro. Os sentidos são assim produzidos tendo em vista a posição que os sujeitos ocupam na sociedade. São estas posições que vão transformar assassinos em heróis ou bandidos, materializando nas falas proferidas, as relações contraditórias entre as classes.

Nesta formação discursiva que estamos denominando burguesa-cristã, pode-se apreender como a formação ideológica aí representada é constituída por valores morais e religiosos. O moralismo existente na sociedade brasileira permite que a transgressão da moral e dos valores sejam punidos com a tortura, a reclusão, ou a morte.

As formas do extermínio são as mais variadas:

"A queima roupa. (...) Duas pessoas esticam o braço do pilantra e outra encosta o cano da arma e dispara" ou se "Joga álcool na cara e põe fogo, queima os dedos."

A violência vai assim tomando formas absurdas e desumanas. A impossibilidade de compreender que a marginalidade é produto de uma sociedade discriminatória acaba por conceber diferentes concepções de assassinos: aqueles que fazem mal, aqueles que fazem bem. As contradições presentes no discurso sobre a violência e a marginalidade acabam por silenciar a existência de um sistema econômico excludente, com relações sociais diferenciadas.

Sentidos assim construídos vão, aos poucos, sendo cristalizados de forma que os homens passam a aceitar que "bandido tem que morrer." O processo de cristalização\reificação de certos sentidos são assim considerados como fundamentais no processo de preservação da hegemonia, objetivo dos grupos dominantes. E desta forma que vão se constituindo os processos de significação. Quem fala, fala para seus interlocutores, para determinados auditórios, que aceitam, mas também redefinem-transformam estes sentidos.

A existência de regras de projeção¹ apontadas por Pêcheux, onde o locutor, ao falar, utiliza-se de estratégias que lhe permitem muitas vezes antecipar a resposta de seu interlocutor, proporciona-nos o entendimento de que qualquer discurso só é realizado quando se tem um determinado auditório que lhe ouve. Assim, a existência dos diversos tipos de discursos aqui apresentados em favor do extermínio não se apresentam como origem destes, mas sim como efeitos de sentido de discursos já realizados anteriormente.

Quanto ao extermínio de menores, a OPM anunciou pelos órgãos de comunicação do Estado que:

"Se o governador não der um jeito, vão cair de três a quatro menores por dia. E ele vai ser responsabilizado pelas mortes."

A conjunção "se" com valor condicional apresenta-se como se as atitudes a serem tomadas só serão efetivadas dependendo da ação do governador, retira-se, portanto, a responsabilidade do crime e transfere-a a uma autoridade maior. A expressão "vão cair" sugere que tais meninos são considerados como objetos, que podem cair sem maiores consequências. Eles simplesmente caem. Eles não têm identidade. E o silenciamento de crianças e

1. As regras de projeção para a AD correspondem às estratégias discursivas do sujeito de situar-se no lugar do ouvinte a partir de seu próprio lugar de locutor e prever, regular e antecipar as respostas. Esse mecanismo possibilita ao indivíduo a direção da argumentação.

adolescente que perdem o estatuto de cidadãos por serem considerados "marginais." A morte é encarada como remédio para curar a sociedade do câncer da criminalidade.

Em suma, o ato exterminador é concebido aqui como o produto final de um processo cujos protagonistas se encontram muitas vezes socialmente distantes do fato, mas presentes, na medida em que proporcionam condições subjetivas para tal acontecimento.

O preconceito contra os meninos vestidos de farrapos, mal cheirosos, denominados de trombadinhas, conduz a aceitação das práticas de extermínio mesmo, sem uma compreensão da complexidade do problema. As categorizações utilizadas no jogo discursivo com a intenção de separar e dividir os meninos de rua possibilitam a formação de um imaginário que cria a repulsa, criando a necessidade de extermínio.

A necessidade de colocarem-se na origem de seus discursos faz com que os membros da organização OPM advoguem para si o fato de estarem prestando um serviço para a comunidade, fazendo questão de tornarem-se únicos. A necessidade de tornarem-se únicos em práticas e discursos como estes faz com que os justiceiros tenham enviado a Rádio Gazeta em 18\01\89 o seguinte recado:

"Nós da (Organização Pena de Morte) mandamos avizar para que ninguém, deve usar nosso nome como fez o policial civil

Ronalds: Este sujeito =nunca pertenceu a (OPM): Pedimos em nome desta chefia que ele nem ninguém brinquem a (OPM) porque vai pidar mal, só isso. O nosso compromisso é só com estrupador, traficante, maconheiro, ladrão que mata para roubar." (Gazeta-Viteria-E.S. =02\08\90)

A utilização do artigo "nós" explicita a necessidade da delimitação do sentido da organização para o grupo. Ao delimitar o sentido do grupo, eles legitimam(reivindicam) a sua existência. Ao falar, eles criam a sua legitimidade e sua identidade. Matar para o grupo não é crime, mas justiça.

A desesperança da população com relação à questão do cumprimento da Lei, da impunidade diante de alarmantes índices de criminalidade, leva-a a compactuar com a realização de crimes hediondos como os acometidos pelos grupos de extermínio e esquadrão da morte. Sem se atentar que a criminalidade nada mais é que uma consequência das injustas desigualdades econômicas e sociais, que restringindo a possibilidade de vida, condena milhões de brasileiros, sobretudo crianças e jovens, a optar entre a mendicância e o crime.

Boa parte da população passa a conceber ações de extermínio torturas e linchamentos como fatos normais, cujo objetivo é a busca de proteção, visto a ineficácia e despreparo da polícia.

Em uma outra entrevista concedida a revista "Marie Claire" de julho de 1991 um integrante da OPM ao ser indagado sobre a veracidade do fato de matarem menores, respondeu:

"É (verdade). Bandido tem que ir para a vala, seja maior ou menor. Os menores andam abusando demais porque não podem ser presos . Mas se você rodar pela cidade hoje vai ver que o número de pivetes na rua diminuiu. Eles estão se escondendo com medo de morrer."

Em relação a este discurso, podemos verificar uma certa repetibilidade de expressões já encontradas nos recortes anteriores como: "bandido tem que ir pra vala", "menor", "pivete". A construção da oração:

"Os menores estão abusando porque não podem ser presos."

Revela a construção de um sentido de que o aumento do índice de violência cometido pelos "menores " é resultado do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA- quando, através de seus artigos impossibilita a prisão destes que seja por flagrante ou por ordem subscrita do Juiz. Tal construção tem sido bastante utilizada por uma grande parte da sociedade que prega a volta do antigo "Codigo de Menor".

A generalização de que "os menores" estão abusando permite o entendimento de que "todos" abusam. A universalização da idéia do abuso geral induz a práticas que devem eliminar tal

comportamento.

"A gente mata friamente. É como tomar um copo de cerveja. Vagabundo quando pega alguém também não ouve os pedidos da vítima."

Indagado sobre a pena de morte, respondeu:

"Sou contra. Violência gera violência. Se o bandido for cercado pela polícia vai dar tiro para não ser preso. Conosco é diferente. Temos armas pesadas e podemos lutar pau a pau. Também temos gente grande que dá cobertura. A pena de morte não vai nos intimidar."

Ai talvez sem o perceber, o justiceiro se iguala ao menino que mata. Construídos em meio às relações contraditórias ideológicas entre as classes, os discursos são atravessados por equívocos, contradições e heterogeneidades. O recorte acima apresentado materializa tal pressuposto na medida em que seu enunciador, que já na prática tem-se utilizado da pena de morte é contrário a esta, pois: "Violência gera violência", mostra que também ele se sente ameaçado pela pena de morte (legal, institucionalizada), ou seja, sua ação também está sujeita a ela.

E neste jogo de enunciados que o movimento dos sentidos atravessam as diversas regiões significativas. A palavra

"violência" toma sentidos diversos tendo em vista o papel social de seus interlocutores. A violência cometida pelo menino deve ser punida, no entanto a violência cometida pelo justiceiro não deve ser punida com a "pena de morte", pois, violência gera violência.

Mesmo julgando-se justiceiros que utilizam-se da "pena de morte", contraditoriamente, consideram-se como alvos desta. Eles se colocam como possíveis objetos desta na medida em que afirmam que ela não os intimidará. Ao falar da violência do outro, ele acaba por falar da sua violência.

Na verdade, estes discursos não existem para acabar com a violência mas para institucionalizá-la. Existe uma violência social que esta solta. Porém, ao colocar-se o marginal como lugar da legitimidade da violência, legitima-se a violência do justiceiro para com aqueles considerados como "criminosos". E a administração da violência que esta aí, não sua extinção.

Os linchamentos: a outra face da violência

Na mesma direção, o crescimento assustador do número de linchamentos, ou seja, do assassinato coletivo, vem contribuir para que compreendamos que os atos dos assassinos têm como sustentação um imaginário coletivo de que a morte deverá ser imputada aquele que infringir a lei enquanto normas de convivência.

"Se atentarmos para os dados oferecidos pelo professor José de Sousa Martins ("Linchamento: a vida por um fio", rev.Travessia, ag,1989), ficaremos perplexos com o número de linchamentos. Em seu trabalho, verificou ele, em período de dez anos, de 1979 a 1988, 272 casos de linchamento, 33 dos quais no Estado da Bahia. Somente no decorrer do ano de 1990, no mesmo Estado, segundo noticiou a Folha, houve 105 casos de execuções pelas mãos do povo. Neste ano de 1991 ocorre ali média de um linchamento a cada três dias."(Folha de Sao Paulo- 21\06\91)

A tentativa de fazer justiça com as próprias mãos nos revela a falha do Estado em não se atentar para as condições sub-humanas de vida as quais tem sido submetido o brasileiro. Resposta a ações de estupro, assalto, sequestro ou outro qualquer tipo de violência o linchamento se dá de forma covarde e perversa onde logo após o ato de morte, impera-se a " lei do silêncio".

O relato de uma mãe sobre a morte de seu filho de 17 anos que foi linchado pelos moradores da vizinhança pode explicitar o significado de uma ação como esta :

"Vi meu filho sendo assassinado na minha frente. Não pude fazer nada e, até hoje ninguém prendeu os culpados..."

Estávamos em casa , prontos para dormir, quando ouvimos socos nas portas e berros de " Vamos matar ele". Então, um bando

de pessoas conseguiu arrombar a porta para pegar meu filho, mas ele ainda teve tempo de escapar pela janela. Na hora não entendi nada. Perguntei o que estava acontecendo e me disseram para ficar quieta porque senão poderia sobrar para mim. Os linchadores saíram correndo atrás do Alexandre e conseguiram capturá-lo. Fui atrás também e vi como eles o mataram. Eram umas 60 pessoas, homens e mulheres da vizinhança, armadas com facas e pedaços de madeira. Deram pauladas, cacetadas e enfiram a faca no corpo de meu filho. Eu berrava apavorada, em pânico, mas ninguém me ouvia. Não conseguia chegar perto; elas me empurravam e senti que, com toda raiva poderiam fazer alguma coisa comigo também. Elas pareciam loucas. Não cansavam de espancar e esfaquear meu filho. No começo, Alexandre gritava e tentava se libertar dos braços dos linchadores. Alguns minutos depois, ele se calou: estava morto. Quando perceberam que já tinham acabado com meu filho, pegaram o corpo e jogaram em um matagal."

E assim o homem reage. Escondido pela multidão nada mais faz do que responder violentamente a forma como tem sido tratado. No entanto, responde de forma ainda mais violenta. No meio da multidão se esconde e mata. Acreditando não ser o responsável por tal ato, transfere aos outros participantes a responsabilidade\culpa. Usa a multidão para expressar seu pensamento que, na realidade, não é só seu, mas construído coletivamente num processo histórico de determinação social.

Diante deste quadro nos perguntamos: Será este homem um louco? Um assassino em potencial? Apresentará ele diferenças dos assassinos que matam durante as noites escuras? Será ele diferente dos membros da OPM? Será ele diferente de pessoas que pedem pela pena de morte?

Como agiriam coletivamente se tais homens não apresentassem formações ideológicas semelhantes? A ideologia se apresenta através de práticas, e o linchamento não é senão também uma prática que concebe que "bandido tem que morrer". É a circularidade do discurso. Cristalizadas tais concepções acabam por circular, circular e ampliar as possibilidades de maiores ações de violência. Mostrando-se como algo que deve ser, discursos assim proferidos encontram-se distantes de um aprofundamento, de uma análise crítica, de uma saída do circuito da violência.

A pena de morte um grande equívoco

É neste sentido que vemos ressurgir no Brasil a discussão sobre a validade da institucionalização da pena de morte. Digo institucionalização porque a existência do extermínio, do linchamento nada mais é do que a existência prática, ainda não institucionalizada da pena de morte.

O Deputado federal Amaral Neto (PDS-RJ) vem, neste sentido, apresentar um projeto que prevê uma emenda

constitucional para a realização de um plebiscito sobre a pena de morte.

"Pesquisa realizada em dez capitais pelo Data Folha nos dias 16 e 17 de abril revelou que 83% dos brasileiros aprovam a realização do plebiscito. Dos entrevistados, 60% se manifestaram favoráveis à implantação da pena de morte." (Folha de São Paulo -05\06\91)

Ainda com o objetivo de procurarmos compreender como se dão os diferentes processos de significação, como eles se recortam e se atravessam, trazendo à tona as formações discursivas e ideológicas fundamentais no processo de reprodução\transformação da sociedade, traremos algumas falas deste Deputado recolhidas de uma entrevista dada ao Jornal do Brasil- 27\09\90.

"Quando vou à Baixada Fluminense, encontro gente pobre que tem enfrentado a violência de bandido e da polícia. Essas pessoas não têm a quem se queixar e pedem que eu vingue as vítimas da violência."

Encontramos neste recorte discursivo da fala do Deputado o reconhecimento do descredito pelo qual o Estado passa em relação à sua população. Porém, a atitude do Deputado em conceber novamente a morte como punição para o marginal, o bandido revela-nos uma formação discursiva semelhante às anteriores. A

violencia de se retirar de um ser humano a vida e aqui considerada como normal. Gostaríamos, neste sentido, de perguntar qual a diferença entre um discurso deste com o discurso apresentado pelo exterminador ? A grande diferença estaria na legalização\institucionalização da pena de morte.

"Quando prego a pena de morte, estou querendo eliminar da sociedade quem eliminou alguém da sociedade."

A utilização da primeira pessoa no discurso do Deputado nos sugere novamente a presença do efeito de esquecimento número 1 concebido por Pécheux, o fato de se considerar origem do discurso. Novamente ele aparece como " salvador da pátria " onde com a eliminação de indivíduos considerados marginais restaurar-se-ia a ordem e o equilíbrio da sociedade. A punição, a disciplinarização seriam assim instrumentos para o estabelecimento da ordem. O não reconhecimento de que, na maioria das vezes, o criminoso não é marginal, mas sim marginalizado pela sociedade leva-o através da produção de seu discurso a contribuir com práticas violentas, como o extermínio, linchamento, torturas, etc.

E desta forma que os sentidos vão sendo preenchidos, retomados e redimensionados. O processo de constituição e desenvolvimento da consciência vai se dando fundamentalmente nestes momentos de embate e confronto.

A não consciência de que a violência nada mais é que uma

resposta, uma forma de resistência a um sistema que violenta e desrespeita o ser humano, a um estado que se eximiu de suas responsabilidades quanto a execução das políticas sociais básicas, leva o senhor Deputado a afirmar que:

"O ideal seria termos muitas prisões agrícolas e industriais, para que o criminoso pudesse, com seu trabalho, ressarcir a sociedade, indenizar a vítima e até fazer um fundo para recomeçar a vida."

O pronome indefinido "muitas" nos revela uma idéia indeterminada de quantas seriam as prisões a serem construídas, não importam quantas, nem o número de pessoas que ali estivessem, mas sim o fato de que aqueles que ali estivessem pudessem ressarcir\indenizar as suas vítimas. Não existe nenhuma preocupação com o resgate da cidadania deste cidadão, com o processo de ressocialização deste com a sociedade que o marginalizou.

Ao procurarmos no "Dicionário Aurélio" os significado da palavra ressarcir encontramos: indenizar, compensar, reparar. O criminoso ao ser preso deveria assim trabalhar para ressarcir a sociedade de todo mal que lhe proporcionou. No entanto nos perguntamos o que esta sociedade tem feito por 45 milhões de crianças e adolescentes em situação de marginalização, por homens e mulheres submetidos a empregos desumanos sem sequer conseguir assegurar sua sobrevivência. Ela não tem nada a "ressarcir" ?

Em uma entrevista posterior a revista "Marie Claire" de julho de 1991, o Deputado Federal afirmou:

"Defendo a pena de morte há dez anos e vou continuar defendendo. Ela não é a solução para acabar com a violência e a criminalidade, mas os bandidos que praticam crimes hediondos sairiam de cena".

A constante utilização da primeira pessoa caracteriza o fato do senhor Deputado encontrar-se sempre como a origem de seu discurso. Mais uma vez divide-se a criminalidade em categorias diferentes. Agora, com a proposta de uma pena de morte que se aplique apenas aos crimes hediondos, Amaral Neto tem grandes possibilidades de ver seu projeto aceito pela sociedade brasileira.

Os discursos sobre o pixote, o trombadinha, o marginal, ou seja, os diversos discursos sobre o pobre marginal, impossibilitam a construção de um pobre que não seja marginal. O silenciamento deste caracteriza o seu apagamento enquanto pessoa, enquanto cidadão.

Contrário ao discurso proferido pelo Deputado, José Roberto Batochio, Presidente da OAB, Seção de São Paulo, afirma:

"É inadmissível que se apele para a pena de morte para esconder o malogro do Estado numa de suas missões básicas, a de assegurar a justiça e garantir a segurança dos cidadãos." (Jornal da Tarde -20\07\91)

Além do mais, pesquisas realizadas, como por exemplo a realizada por Thorsten Sellin, afirmam que a pena de morte não tem apresentado nenhum resultado estatístico significativo sobre o aumento ou diminuição das taxas de criminalidade, conforme argumentam seus defensores.

Neste sentido, Guilherme Magaldi Netto afirma que:

"Prevista na maioria dos Estados que compõe a Federação americana, a pena de morte não foi capaz de deter a criminalidade dita "violenta". Só no ano passado foram perpetrados 23.200 assassinatos nos Estados Unidos. E 100.433 casos de estupro foram registrados. Foi o ano mais violento de toda a história americana, conforme relatório do Senado daquele país. A quantidade de crimes cometidos aumentou em 516% entre 1980 e 1990, número que representa a criminalidade aparente, ou seja, aquela referente apenas aos casos introduzidos e registrados pelo sistema. (Jornal de Brasília - 26\03\91)

No Brasil, onde a pena de morte se faz através dos extermínios, linchamentos, estupros e maus tratos, também não tem se verificado uma diminuição nas taxas de criminalidade.

Finalizando, gostaríamos de colocar que e no embate e no confronto que os sentidos vão sendo transformados e redimensionados. Os diversos discursos existentes sobre a violência não são frutos de apenas uma formação discursiva, mas de uma infinidade de formações que se atravessam, produzindo o novo, redimensionando o velho, cristalizando-se, e ao mesmo tempo apontando para a possibilidade de também transformar.

E a inexistência de um único sentido que nos possibilitará avançar e trazer posteriormente as falas daqueles que são explorados, violentados e silenciados: crianças e adolescentes .

1.3-Crianças e adolescentes:Botando a boca no trombone

No Brasil, cerca de 58 milhões de crianças e adolescentes 43% da população em 1986 são cada vez mais sacrificadas diante da inexistência de políticas sociais públicas adequadas, fundamentais para sua formação e desenvolvimento, fato este agravado diante do quadro atual da nossa crise econômica.

Neste cenário de profunda miséria, a prática da violência tem significado à sociedade brasileira, atingindo de forma injusta e cruel crianças e adolescentes indiscriminadamente. A inexistência de políticas sociais públicas que possam atendê-los tem inviabilizado o acesso aos direitos mínimos, necessários à formação e desenvolvimento desta. A violência torna-se sua companheira diária, seja nas ruas ou logradouros públicos durante a calada da noite, seja em lares na forma de maus tratos, espancamentos, torturas e abuso sexual, seja nas instituições onde estigmatizados e marginalizados constroem-se na revolta e resistência ao sistema que os prostitui.

Na primeira parte deste trabalho quando procuramos resgatar a história de crianças e adolescentes brasileiros, caracterizamos as mais diversas formas de violência a que estes foram e vêm sendo submetidos. Filhos sem pátria, abandonados, com uma infância reduzida em função de sua entrada precoce no mercado de trabalho, meninos e meninas, "pequenos trabalhadores" são transformados em marginais de "pequeno porte".

As diferentes formas e praticas de violencia relatadas, obrigou-nos a uma nova forma de compreensão desta. Considerada em seu caráter ambivalente, polifônico, de agressão, de terror, mas por outro lado, de resistência e confronto, a violência deixa, neste trabalho, de ser compreendida apenas como transgressão de leis e normas.

Ao resgatarmos a história das crianças e adolescentes brasileiras, observamos a produção de concepções-conceitos de infância e adolescência diferenciadas para a classe trabalhadora e a burguesia. Constatamos que na presença de cada concepção, práticas diferenciadas de violência foram sendo exercidas .

Procuramos compreender os diferentes processos de significação a que estas foram submetidos, fundamentais na construção do imaginário pelo qual se rege a nossa sociedade. Imaginário que concebe a punição, o extermínio, o linchamento, a pena de morte como consequencia natural para aqueles que "optaram" pela marginalidade..

Tais discursos além de respaldarem práticas de absurda violência, produziram na sociedade brasileira através de seus diversos processos de significação um imaginário capaz de transformar crianças e adolescentes em "anjos" ou "demônios".

A institucionalização destes discursos produz o marginal e silencia o processo de produção da marginalidade. Apaga-se

sua história, a história de sua marginalização, a história de sua primeira infração, primeira detenção, primeira fuga, de sua reincidência, apaga-se a construção de sua história e cristaliza-se o fato do furto, da morte, do estupro.

O silenciamento dos atores desta história tem-nos incomodado. Suas falas nunca foram ouvidas, nunca foram sequer considerados na elaboração e definição das práticas educativas a eles destinadas. Foram sempre ditos e construídos em outros lugares, por políticos, autoridades, educadores, entidades, instituições, mas nunca por eles mesmos. Sua fala constrói sentidos, redimensiona conceitos, reformula valores, redefine práticas. Deixemos vir a tona um outro discurso, o discurso que foi construído em um outro lugar, por pessoas a quem muitas vezes foi negado o direito de viver uma vida decente.

Vale ressaltar que suas falas nem sempre, no jogo das formações discursivas diferentes, pretendem apenas se contrapor aos sentidos já pre-existentes que lhe concedem o estatuto de "pequeno marginal." Quando falam, produzem sentidos que se movimentam nas diversas regiões significativas produzindo efeitos\significados ainda não presentes. Desta forma, mais que a necessidade de se contrapor aos sentidos já existentes, eles produzem sentidos que apontam sua história.

Este segundo bloco de análises será dividida em duas partes. Na primeira apresentaremos as falas de meninos e meninas militantes do MNMMR durante o II Encontro Nacional . Na segunda

parte apresentaremos as falas de alguns meninos que vivem ou viveram nas ruas de Goiânia, além de uma entrevista com uma menina de rua realizada no II Encontro.

Com a palavra crianças e adolescentes.

1.8.1-II Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua: um luta por direitos

"O nosso objetivo aqui é conseguir os nossos direitos. A gente tem uma porção de direitos na Constituição que não é valorizado."

Representante da Região Nordeste.

O II Encontro Nacional dos Meninos e Meninas de Rua promovido pelo MNMMR aconteceu em Brasília de 26 a 29 de setembro de 1989, com a participação de 750 crianças e adolescentes de 9 a 17 anos, de 27 estados brasileiros. Todos integrantes de programas de educação de rua e programas comunitários governamentais e não-governamentais. Contou ainda com a participação de 150 educadores, e 15 crianças de países Sul-americanos, América Central e México.

Realizado em um momento marcado pela transição democrática, após a elaboração e promulgação da nova constituição que seguia-se ao novo processo da escolha de nossa representação política, o II Encontro foi marcado pelo discurso da cidadania, luta pelos direitos, discursos estes presentes em todos os segmentos da sociedade brasileira.

Segundo Maria Lúcia P. Leal:

"Nesta conjuntura o discurso prioritário da sociedade é o resgate aos direitos básicos de cidadania, reconquista de um país

livre e soberano e a redemocratização das instituições que regulam a vida dos cidadãos ." (Leal,1990:04)

Este Encontro apresentou como objetivo reunir centenas de crianças e adolescentes que, conscientes da necessidade de uma maior atenção por parte da sociedade brasileira, pudessem juntos e de forma organizada reivindicar a garantia de seus direitos já expressos no artigo 227 da Constituição Federal. A discussão e denúncia de temas relativos à educação, à saúde, ao trabalho, à organização e à violência levou crianças e adolescentes a ocuparem lugar de destaque na sociedade brasileira. Pronunciamentos realizados no Congresso e entrevistas concedidas à imprensa denunciaram a situação de opressão e marginalização a qual vinham sendo submetidos. Neste sentido, no término do Encontro foram encaminhados para o Congresso Nacional sugestões de ações a serem tomadas pelo Estado que solucionassem esta problemática, viabilizando, ainda, a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA- em tramitação nesta casa.

O II Encontro Nacional do MNMMR apresentou-se como um evento de grande importância na construção de uma nova história onde as concepções de crianças e adolescentes pobres começaram a ser redefinidas pela sociedade brasileira. A partir deste Encontro iniciou-se um processo de contínua denúncia sobre a violência e o extermínio cometidos contra as crianças e adolescentes no Brasil.

Tal encontro foi ainda de fundamental importância na luta pela aprovação do ECA que encontrava-se em tramitação no Congresso. Marco na luta pela defesa e promoção da criança e adolescente, este Encontro caracterizou-se como um momento histórico extremamente fecundo na produção de novos sentidos, novas significações sobre a criança e o adolescente pobre brasileiro.

Antecedido de vários outros encontros estaduais preparatórios nas regiões com sede do Movimento, estes procuravam incentivar as crianças e os adolescentes a participar diretamente na luta e defesa de seus direitos, oportunizando um espaço para que estes refletissem e discutissem sobre seus problemas. Durante a realização destes, eram realizadas passeatas e manifestações cujo objetivo visava a discussão sobre a manutenção nas Constituições Estaduais os Direitos das crianças e adolescentes já estabelecidas na Constituição Federal.

Estes encontros apresentaram ainda como objetivo um trabalho educativo que possibilitasse, a partir das discussões realizadas, a elaboração de propostas que depois de avaliadas e votadas eram sintetizadas e redigidas em forma de documento para que fossem entregues aos governos e políticos de seus estados e, posteriormente, ao Congresso Nacional durante a realização do II Encontro.

O material do corpus discursivo utilizado para a análise dos discursos aqui apresentados foi transcrito de fitas de vídeo

gravadas durante o Encontro pela cineasta Tania Quaresma da Gravadora\Editora Câmara Quatro.

Gostaríamos de reafirmar que o nosso objetivo em analisar as falas aqui apresentadas não se propõe a análise\interpretação dos conteúdos dos discursos, mas sim procurar compreender os processos históricos e sociais de determinação dos discursos produzidos, verificando ainda as formações discursivas-ideológicas aí presentes.

O discurso da violência e o discurso do violentado

Durante a análise dos discursos, pudemos perceber que a violência e os direitos são enunciados presentes em uma grande parte das falas dos meninos e meninas no Encontro. Relatando o seu cotidiano, suas experiências em casa, na rua, nas instituições, crianças e adolescentes revelaram em seus discursos as diversas formas da violência as quais são submetidos. Seus discursos, determinados historicamente, revelaram os diferentes tipos de violência com que se deparam no seu dia a dia.

A existência da violência marca suas vidas, constrói sua história, história repleta de discriminação e miséria. A luta empreendida por seus direitos deu-se em decorrência da consciência da privação destes. Os direitos foram afirmados como

a solução para os problemas apresentados.

A situação de estigmatização e violência presente nas suas vidas tornou-se pano de fundo das falas analisadas. Materializados em suas falas, falam de si, de seus valores, da discriminação sentida e da violência sofrida .

A-O discurso da violência e suas diversas performances

1- A violência

"O meu nome é Nedi e estou representando a delegação do Pará e a delegação do norte. Quanto a violência no Pará ,ela é muito grande. Nós somos violentados pelos policiais, pelo rapa, pela sociedade. A gente não pode vendê nada na rua que eles querem dá porrada na gente, querem fazê sexo com a gente. Com nós meninas. Que têm muitos meninos no Pará que tão, sofrendo violência de sexo. (...)

Gente, existe muita violência. Então já que a gente veio prá cá, prá discuti, então bora, ficá aqui e levá alguma coisa para o nosso estado, prá cada região o que está acontecendo. Não é só no Pará, é em todas as regiões. Região norte, nordeste, sudeste, centro-oeste. Se a gente vai no Supermercado, o pessoal pensa logo que nós somos pivetes, ladrão, discrimina logo a gente. Dá-lhe porrada na gente. Não tão nem aí mesmo."

O uso abusivo da palavra violência materializa em seu discurso uma vida de miséria e discriminação. As diversas formas de violência a que são submetidos ; discriminação de cor, abuso sexual, a morte, a porrada também se materializam no seu discurso.

Violência torna-se uma palavra arregimentadora de sentidos. No momento em que a sociedade brasileira defronta-se diariamente-cotidianamente com tal problemática, os meninos assumem-incorporam tal discurso.

A palavra "gente" afirma seu discurso para o grupo. Faz-se necessário que o grupo discuta e reaja, pois os companheiros no Pará esperam sua resposta. Ali, no encontro é o local para que denúncias sejam realizadas, que soluções sejam apontadas. A conjuntura nacional, o local da produção do seu discurso (II Encontro), o auditório social que a assiste no momento permite¹ que fale reivindicando.

Jacqueline Authier (1984) aponta que, ao falar, o sujeito se representa no discurso muitas vezes de forma não intencional, mas atravessado pela ideologia, pelo inconsciente. Segundo ela:

1. Para Pêcheux o sentido de uma sequência verbal produzida se constitui considerando as suas condições de produção, ou seja: os interlocutores, a situação, o contexto histórico-social. "(...) quando alguém diz algo, alguém o diz de algum lugar da sociedade e isso faz parte de sua significação." (Orlandi, 1987:26)

"Cette conception du discours traverse par l'inconscient le 'articule à celle d'un sujet qui n'est pas une entité homogène extérieure au langage, mais le résultat d'une structure complexe, effet du langage: sujet décentré, divisé, clivé, barré....".(Authier,1984:98)

Nesse sentido, durante todo o discurso encontramos rupturas que inconscientemente possibilitaram a esta menina resignificar-se na sua própria fala.

"Lá no Pará tem muita violência mesmo (...) Principalmente no Pará ,muito mesmo violência." (...) Dá-lhe porrada na gente. Não tão nem aí mesmo."

Ela se retoma continuamente sobre a prática da violência. Ou seja, quando fala, ao reproduzir uma fala de militante, também se coloca procurando dar especificidade à violência ocorrida no Pará. Em sua fala produz rupturas que demonstram a relação dela com seu discurso. São tentativas de estabelecer o controle sobre a própria fala. Ao falar ela se significa em seu discurso, o que lhe permite, ao falar, voltar-se sobre o que fala. Se não houvesse rupturas(ou seja se ela não se significasse sobre ele) o discurso seria silenciado.

No dizer de um outro militante:

"Para acabar com a violência é necessário parar o espancamento de crianças e adolescentes. Os policiais que usaram

e mataram os meninos e as meninas para roubar; comercializar drogas, e etc, sejam processados. Os meninos devem ser retratados pelos donos de loja e supermercado."

"A gente passa noites na delegacia, a gente passa dias. Não dão nada prá gente comê, a gente fica com fome. Levado depois para o Juizado a onde decide o que é que a gente vai fazê. Sem muito a dizer e só a ouvir o que eles têm a falar. Viemos a Brasília para garantir nossos direitos."

A consciência da realidade vivenciada no cotidiano que os leva a propor. Trocam-se os papéis, os policiais devem ser processados e meninos retratados. Eles falam, denunciam, reivindicam. É a sua posição que determina seu discurso.

Seu discurso no entanto reproduz o discurso do Movimento. E marcado por um interdiscurso¹ no qual o resgate da cidadania permite afirmar que "é necessário parar o espancamento de crianças e adolescentes". O "já-dito" , o "outro" se incorporam ao seu discurso concedendo a ele legitimidade.

1. "O interdiscurso consiste em um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é levada (...)a incorporar elementos pré-construídos, produzidos fora dela, com eles provocando sua redefinição e redirecionamento, suscitando, igualmente, o chamamento de seus próprios elementos para organizar sua repetição, mas também provocando, eventualmente, o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação de determinados elementos" (Maingueneau, 1989:113).

Nesse sentido Jacqueline Authier aponta que o sujeito não é único no seu discurso, mas traz na sua fala a presença de outro, ou de outros. É o que denomina de heterogeneidade constitutiva.

" (...) toute parole est déterminée en dehors de la volonté d'un sujet, et que celui-ci "est parlé plutôt qu'il ne parle."
(Authier, 1984:99)

No entanto, ao falar, não permanece na reprodução, mas preenche de sentidos ainda não reconhecidos. Apesar de incorporar elementos pré-construídos, produzidos fora dela, pode provocar sua redefinição ou o apagamento de elementos aí constituídos. Nesses momentos é que o sujeito mostra sua relação com ele mesmo e com essas falas que de fora procuram significar-lhe.

2- A violência e o trabalho

" Muito menor para de estudar porque não têm o que comer, têm que ajudá seus pais. Trabalhá, fazê um monte de coisas. Eu cato papel, engraxo. Eu façô várias coisa, o que aparece na frente eu tô fazendo, vendo maçã, vendo polcã."

"Nós estamos nos acabando no trabalho, nós não temos uma escola prá estudar, nós não temos uma família. Muitas vezes nós somos espancados pela nossa família, nosso pai, a polícia."

" O MENINO NAO deve trabalhar pelos MENOS ate a idade de 14 anos. Nesta fase o seu trabalho é estudar. O que a gente vê, que menores, vários menores, milhões de menores estão pelas ruas do Brasil procurando ajudar seus pais como meio de sobrevivência"

A situação de opressão e miséria a que são submetidos é atestada em seus discursos, materializando nestes a sua historicidade. O trabalho é inscrito em quase todos os discursos e significa comida, sobrevivência, nunca encarado como prazer, mas sempre como peso, obstáculo para a sua formação.

A escola é uma vontade irrealizável visto que, diante do trabalho, esta é deixada em segundo plano. O discurso produzido revela os processos de determinações histórico-sociais a que meninos e meninas são submetidos. A sua infância termina ,muitas vezes antes que se inicie o processo de escolarização, tornando-se mão-de-obra rápida e fácil de ser explorada. E a concepção da criança trabalhadora cujo papel é também a garantia da sobrevivência para a família que se materializa em suas falas.

"Ninguém quer a gente com direito não . Sabe por que? Porque nós temos mão de obra. E é muito mais barata a nossa mão de obra, do que a do adulto. Se a gente é empregado numa firma sem direito, é importante trabalhar de noite. Porque é barata nossa mão de obra."

Ao refletir sobre seu processo de exploração, o discurso novamente se rompe: "Porque é barata nossa mão de obra". A tensão no jogo enunciativo é tão grande que é preciso que ele retorne e retome o que foi dito.

Na perspectiva da AD, podemos afirmar que nem sempre há pelo enunciador um domínio consciente, controle pessoal dos processos discursivos por ele utilizados. O inconsciente fala inscrevendo-se nos discursos, materializando-se nestes.

3- A violência e a discriminação racial

" Eu sempre saí da escola onde eu estudo, aí os tira pega e dá uma geral, só porque nós somos preto. Preto é mais perseguido do que branco. Como limpo e sujo."

" Todas as regiões tá acontecendo muita violência. Principalmente no Pará, muito mesmo violência, discriminação pelas nossas cores."

A necessidade de utilizarmos a categoria do racismo no entendimento da prática de violência em relação ao menino de rua é explicitada por quem agora fala de si e de sua vida. Preto na rua é mais perseguido que branco. Existe uma diferença de tratamento na rua entre meninos pretos e brancos.

Na verdade, meninos e meninas são significados por um imaginário preconceituoso construído historicamente. Os efeitos de sentido de um Brasil escravo onde o adolescente escravo era considerado "meio animal", utilizado como instrumento de trabalho, onde a adolescente negra podia ser violentada por seu senhor e depois levada à prostituição, fazem-se presentes nas concepções sobre meninos e meninas de rua. São meninos preguiçosos, vadios, agressivos e arruaçeiros. As meninas vagabundas e prostitutas.

O discurso destes vai assim materializando sua história, história que não se fez com datas, com eventos, mas através da construção de sentidos sobre a criança, o negro, o trabalhador, a violência, o patrão etc.

4- Violência sexual

" Nós somos violentados pelos policiais, pelo rapa ,pela sociedade. A gente não pode vendê nada na rua que eles querem dá porrada na gente, querem fazê sexo com a gente. Com nós meninas. Que têm muitos meninos no Pará que tão sofrendo violência de sexo.(...) A gente tá vendendo alguma coisa na rua, o policial vem, pega a gente, dá porrada na gente, manda a gente fazê sexo com ele. (...) Eles não querem saber se a gente somos meninos ou meninas. Eles só querem saber de dá porrada na gente e satisfazer seus desejos."

"Porque menina é mais difícil ficar na rua que menino. Porque não têm sossego prá dormir. Eu mesmo não tenho sossego, eu não durmo, sempre fico de zóio aberto, fico com medo de negão passa a mão em mim, querê me estuprar, fazê alguma coisa. Eu tô sempre aberta, com o zóio aberto, como já aconteceu comigo."

A relação destes meninos e a violência pelo abuso sexual fazem parte de sua vida na rua. Eles podem ser estuprados tanto pelos policiais como por outros meninos que não fazem parte do seu grupo. No entanto, faz-se necessário ressaltar que o abuso sexual em relação às meninas é mais comum. Daí avaliarmos que a utilização da categoria de gênero pode nos responder o fato de que apesar de todos serem pobres, ser mulher define o estupro, a gravidez, o filho na rua, etc.¹

5- A violência e a morte

A convivência com a morte, obriga-o a denunciar o processo de extermínio a que estão submetidos.

"A única coisa que eu quero que aconteça é que destrua o esquadrão da morte. Muitas vezes a gente chega num de maior e pede um prato de comida. Não dá. Quando vai roubar, eles fala: E

1. Pesquisa realizada pelo Centro de Articulação das Populações Marginalizadas-CEAP-() revelou que o assassinato de meninas apesar de ocorrer em menor quantidade em relação aos meninos, quando ocorre é consequência de violência sexual.

marginal; têm que mata; têm que esboça na cadeia. Não."

"Eu sou representante da região nordeste. Lá no nordeste o nosso maior problema é contra o esquadrão e contra as polícia. O esquadrão é os pistoleiro que são pagos para nos matar. Para matar meninos de rua."

"Para a sociedade o menino de rua é maconheiro, ladrão e cheira cola, e menino de rua têm que morrer. Mas não é assim não, nós somos marginalizados, isso sim."

Em quase todos os discursos, o menino reconhece e explicita a existência de formação ideológica dominante de que a morte é uma consequência natural para quem infringe as normas e os bons costumes nesta sociedade.¹ E a solução para a violência realizada por estes.

Formações imaginárias que o constituem possibilitam que este se reconheça, o lugar que ocupa, o papel que representa. Sabe que é significado como marginal. Reconhece que infringiu regras e desconsiderou valores, e por isso tem medo.

Entretanto, dado que os sentidos não estão prontos e acabados, mas encontram-se em movimento, definindo-se e

1. Formação ideológica materializada em formações discursivas analisadas no bloco anterior de análise: "quando a vítima se torna réu: o extermínio de crianças e adolescentes brasileiros."

redimensionando-se, sua fala rompe com o discurso instituído, o sedimentado: a morte para o marginal, e dá lugar ao diferente: O menino não deve morrer. É o jogo enunciativo entre o "já dito" e o que "será dito", processo constitutivo na produção do discurso.

-A luta pelos direitos

Em vários discursos, pudemos observar que a reivindicação dos direitos se dá a partir da constatação dos diversos tipos de violência a que são submetidos. Os direitos aparecem como uma necessidade básica para a diminuição da violência a qual são submetidos.

"Mas violência é também não ter como morar decentemente, passar frio e fome, não ter como ser ele mesmo, não ter garantia de assistência médica, não ter escola, não ter direito de ir e vir, não ter liberdade para trabalhar nas ruas sem ser discriminado. Não ter o direito de ser criança e adolescente. Isto é parte da violência."

"Então viemos aqui para falar de nossos direitos. temos muitos direitos, se eles fossem respeitados, nós viveríamos muito bem. Mas nenhum deles são respeitados, então viemos aqui exigir.(...)Menino de rua está se organizando pelo seu direito".

O discurso sobre os direitos e a falta destes revela-se com uma formação discursiva liberal, uma incorporação do discurso do MNMMR. O discurso dos direitos fundamentais na constituição do cidadão traduz a esperança de um novo tempo. Os sentidos decorrentes deste momento histórico migram para a sociedade transformando-se em senso-comum e constituindo-se no imaginário do povo brasileiro.

Segundo Authier (1984):

" Aucun mot n'est "neutre", mais inévitablement "chargé", "occupé", "habité", "traversé" des discours dans lesquels "il a vécu son existence socialement sous-tendue".(Authier,1984:100)

Vale ressaltar que o processo de preparação dos meninos para o Encontro se deu em meio a discussões e reflexões sobre o processo de marginalização ao qual estes eram submetidos, sobre a necessidade da garantia de seus direitos: saúde, habitação, educação, violência, sexo, etc. O fato destes meninos terem sido escolhidos por seus companheiros nas reuniões do MNMMR, para a participação no Encontro revela a existência de uma discussão e reflexão anterior sobre seus problemas, causas e consequências. E deste modo que podemos apontar por parte dos meninos, militantes do MNMMR a incorporação em seu discurso, dos discursos dos seus educadores que neste momento se envolviam com a luta pela aprovação dos seus direitos através do ECA.

Assim o discurso destes meninos, neste encontro, não se encontra separado, mas regido pelos efeitos de sentidos das discussões sobre os direitos da cidadão brasileiro. Observe os seguintes exemplos:

"O nosso objetivo aqui é conseguir os nossos direitos para ir prá frente. A gente têm uma porção de direitos na Constituição que não é valorizado".

"Todos nós sabemos que o Código do Menor, está mais do que ultrapassado. Naquele tempo do Código de Menor, nossa vida era outra, ou melhor não tinha. Agora, a que nós procuramos é outra vida. (...) então precisamos de um Estatuto novo, que está aqui."

"Então, já que a gente veio prá cá discutir, borá sai daqui com nossos direito. Porque nossos direito tá na constituinte, mas não tá sendo valorizado, só tá no papel".

A consciência por parte do grupo da necessidade de mobilizar\sensibilizar as autoridades brasileiras para a aprovação do ECA advém da certeza, da crença que após a viabilização destes suas vidas poderão ser resolvidas.

No entanto, devemos apontar que nas análise realizadas a apropriação deste discurso não se revelou como uma reprodução mecânica de um discurso já existente, mas o preenchimento deste se dá com novas significações, ao passar de uma formação

ideologica para outra. Dai afirmarmos a inexistencia de um discurso, mas de um processo discursivo. Todo discurso nasce de um outro discurso, é alterado, redimensionado e reenviado para outro.

Uma outra questão a ser observada nos discursos apresentados é que, construído em condições específicas, em meio a relações ideológicas entre as classes, este apresenta elementos de formações discursivas diferenciadas produzindo novas relações ideológicas entre as formações discursivas existentes.

Assim, os discursos realizados por estes militantes não apresentam características de apenas uma formação discursiva, aquela referenciada pelo discurso do Movimento, outros elementos característicos de outras formações discursivas encontram-se presentes.¹

"Se não têm ninguém que nos dê a mão, nós vamos continuar pelas ruas, pelas sargetas do país, de norte a sul, de leste a oeste, vamos viver sofrendo. Então viemos para falar sobre nossos

1. Nesse sentido Maingueneau (1987:112) afirma: "De fato, uma formação discursiva não deve ser concebida como um bloco compacto que se oporia a outros (o discurso comunista contra o discurso democrata-cristão, por exemplo), mas como uma realidade "heterogênea por si mesma".

direitos. Temos muitos direitos, se eles fossem respeitados, nós viveríamos muito bem. Mas nenhum deles são respeitados, então nós viemos aqui exigir. Menino de rua está se organizando pelo seu direito. Por que nosso Estatuto não foi aprovado? Porque ninguém quer a gente organizado não, gente. Por que ninguém luta pelos nossos direitos? Então de hoje em diante, vamos nos dar as mãos e lutar pelos nossos direitos. E só isto gente."

Podemos perceber neste enunciado características de um discurso fundamentando numa concepção moralista onde devem ser ajudados, pois estão sofrendo pelas ruas e sarjetas do país. Na parte inicial do enunciado, "dar a mão" significa uma atitude de ajuda e não de direito adquirido.

Posteriormente, ele adquire uma outra postura diante da situação e propõe a organização do grupo para "lutar" pelos seus direitos. E a incorporação do discurso sobre a cidadania que se afirma.

A formação discursiva aqui analisada apresenta modalizações diferenciadas, ora mais moral, apelando para o sentimento de pena, ora jurídica, reivindicando seus direitos. Constituindo-se lado a lado, representando formações ideológicas diferenciadas, estas não se contrapõem mas estabelecem uma relação de interação constituindo a heterogeneidade do discurso.

"Lutem, lutem com unhas e dentes porque vocês merecem uma vida melhor. Chega de tanto humilhação, já chega de tanto sofrer.

Nós estamos cansados de pegar porrada; nós estamos cansados de chorar, já estamos cansados de passar fome. Nós merecemos, porque nós temos direito à vida, nós somos seres humanos, nós também sentimos humilhação, nós também sentimos repressão, tá. Já chega, vamos mostrar pra eles que nós estamos mais fortes, mais unidos do que nunca, porra."

O reconhecimento da existência da exploração e humilhação pública leva este militante a reconhecer a necessidade de organização.

O conhecimento de artigos do Estatuto que se contrapõem ao "Código de Menores", como a permanência com os pais, a idade correta para o trabalho, o direito a educação, que é materializado em seu discurso reflete um dos objetivos fundamentais do Movimento que é a formação de crianças e adolescentes.

Vejamos:

"Os pais não perdem os direitos de criar seus filhos só porque são pobres. Nós queremos garantir nossos direitos. Que não fique só no papel, que seja verdadeiramente cumprido (...) E isto que nós queremos. Então é isto. Não basta ficar no papel. Queremos justiça é isto que nós queremos."

"Nós pedimos a colaboração de todos. Não é nós que queremos ser violentados, espancados pelos policiais e não ter proteção especial e nenhuma assistência médica."

A repetição da expressão "para que não fique no papel" revela a intenção de fortalecer a necessidade da aprovação do ECA, aprovação legal e real.

Podemos ainda detectar nos discurso a sua semelhança ao discurso proferido pelos adultos do movimento . As expressões : "proteção integral", "assistência médica", apesar de não fazerem parte do vocabulário de crianças e adolescentes, são utilizadas no lugar correto, no momento adequado. Isto significa que apesar destas serem retomadas de um discurso anterior, que pré -existe a este, não são usadas mecânicamente como uma repetição, mas sim de forma adequada.

A necessidade da aprovação do ECA, a luta por direitos, a denúncia das mínimas condições de vida as quais são submetidos, da violência, dos maus tratos, do esquadrão da morte produzem um discurso até então não existente. O relato das inúmeras formas de violência são aqui materializadas na vida, na história de cada menino, forjada nas cadeias, nos bancos das praças, no trabalho intermitente, na luta pela sobrevivência.

"Além da criança apanhá na rua, ainda é levada para a delegacia onde apanha mais ainda. Em termos de saúde, dentro da delegacia, são um dos piores. Não têm cabimento. Têm hora que a

criança come salite, comida de lixo. Dênde vas para as delegacias. E isto ai que a gente têm que resolvê aqui em Brasília. A gente têm que fazer o máximo para resolvê este problema. Entendeu? Porque certo, quando teve o primeiro encontro, o pessoal falaram que ia resolvê, mas não resolveu nada. Então a gente têm que sai daqui com uma coisa bem resolvida. A gente têm que resolvê mesmo, prá valê, dessa vez."

C- Uma questão de identidade

1- Contrapondo sentidos existentes

Os discursos analisados revelaram ainda a apreensão de um discurso pré-construído que compõe o imaginário dominante de que menino de rua é "marginal", "pixote", "trombadinha". No entanto, inscrito pelas relações ideológicas entre as classes, o discurso construído pelos meninos e meninas de rua, não apenas repete, mas também confronta-se aos processos discursivos já instituídos produzindo novos processos de significação.

Negando-se ao processo de assujeitamento ao qual é submetido através da transparência de sentidos sobre a marginalidade dos meninos e meninas de rua, fundamental na reprodução das relações de produção, estes passam a se opor, a negar tais sentidos construindo um outro discurso.

Sabemos que é através da evidência dos sentidos que se produz um sujeito designando o que ele é, e o que deve ser. A concepção da "transparência da linguagem" contribui fundamentalmente na qualificação\desqualificação do menino enquanto sujeito. É desta forma que o sentido de palavras como "marginal", "trombadinha", "pixote" produzem um imaginário no qual estes são desconsiderados enquanto sujeitos e silenciados enquanto tais. No entanto contrapondo-se aos sentidos presentes na sociedade que lhe conferem o estatuto de pequeno marginal, ele desconstrói o discurso da violência e constrói o discurso do violentado, o discurso de quem vive na e da violência.

Vejamos:

"Que o menor não seja desvalorizado, que o menor não seja visto pela sociedade como pivete, ladrãozinho e trombadinha."

" Se a gente vai no Supermercado, o pessoal pensa logo que nós somos pivetes, ladrão, discrimina logo a gente. Dá-lhe porrada na gente. Não tão nem aí mesmo."

Marcas de resistência ao sentido que lhes significam enquanto marginais encontram-se presentes em suas falas produzindo uma nova formação discursiva referindo-se a uma formação ideológica diferenciada. Assim, podemos entender como os diferentes sentidos de uma mesma palavra são construídos, tendo em vista as formações ideológicas de seus enunciadores.

"Porque menino de rua não é cachorro, menino de rua não é marginal, e sim marginalizado isso sim é que é menino de rua. menino de rua é criança igual a todo menino."

No discurso acima, a palavra "marginal" é retomada pelo menino apontando para a situação de marginalização a que são submetidos. Desta forma preenche sua fala com novas significações, significações que concebem a existência de uma sociedade injusta. Fala que constrói sentidos, redimensiona conceitos, redefine valores.

E a inexistência de um sentido próprio e único para as palavras, expressões e proposições que permitiu a estes meninos a construção de outros significados, que não os propostos e aceitos pelos grupos dominantes. Estes significados podem nos permitir a construção de uma concepção diferenciada de infância e adolescência para os meninos e as meninas de rua. Concepção que os torna menos estigmatizados, violentados, explorados e mais sujeitos, crianças e adolescentes em processo de desenvolvimento.

2- O conflito de identidade

Um outro ponto ressaltado em uma grande parte dos discursos foi o fato de que muitos meninos, mesmo conscientes da violência, do processo de exploração e discriminação a que são submetidos, apresentaram em seus discursos uma certa

dificuldade -ainda que meninos de rua- de se afirmarem enquanto tal. É possível que a consciência do que significa serem meninos de rua leve-os a não se colocarem. Assim, vários discursos apresentaram em seu processo de funcionamento dois momentos diferenciados: a parte inicial do discurso é sempre colocada de forma impessoal como se estes não pertencessem ao grupo do qual falam. No entanto, a parte final é quase sempre caracterizada pelo uso da primeira pessoa do plural. A necessidade da luta pelos direitos o faz colocar-se no discurso.

Vejamos os discursos abaixo:

"Na cidade em que eu moro que é Santarém, os menores são muito agredidos pela violência, pela polícia, pelas autoridades. Pelas pessoas maiores que estão pouco se lichando se eles têm direito ou não. Só que nós temos direitos que está garantido na constituinte, na Constituição Federal."

"O que é que a gente vê. Que menores, vários menores, milhões de menores estão pelas ruas do Brasil procurando ajudar seus pais como meio de sobrevivência. Então nós estamos sim, aqui em Brasília, mas nós queremos garantir nossos direitos."

"Estou aqui junto com a criançada, estou representando aqui e pedindo para que todos os deputados votem a favor do nosso estatuto e venho falar também que não é nós que queremos passar fome, que não é nós que não queremos ter uma moradia. Certo. Nós pedimos a colaboração de todos. Não é nós que queremos ser

violetados, espancados pelos policiais e não ter proteção especial e nenhuma assistência médica.(...)

Concluindo, neste bloco pudemos observar como, em seus discursos, meninos e meninas reproduziram o imaginário constituído na sociedade brasileira de que atrás de cada menino de rua encontra-se um marginal. Esta questão foi abordada em quase todos os discursos onde a percepção do processo de significação a que são submetidos leva-os a denunciar e contrapor tais significados. Ao constatarem que para a sociedade são considerados como trombadinhas e marginais, constroem novos efeitos de sentido fundamentais na elaboração de um outro imaginário que comporte uma nova concepção de infância e adolescência da classe trabalhadora.

O processo discursivo aí apreendido é marcado pela tensão entre o já dito retomando os sentidos preexistentes sobre o menino de rua (processo parafrástico) e a instauração do novo, do diferente (processo polissêmico) e é no confronto entre os dois que este menino constrói novos efeitos de sentido para a questão.

É interessante perceber que, ao mesmo tempo em que este menino sofre um processo de estigmatização e rotulação, ele apreende a existência de sentidos que preexistem a ele. Neste processo de reconhecimento do papel a ele destinado resiste e produz um outro discurso. Seu discurso é de resistência, resistência a rótulos que lhes são impostos, rótulos que são por

eles apreendidos pelos diversos discursos existentes. As diferentes formas de violência física e simbólica se traduzem em suas falas na forma de protesto, de denúncia, de constatação.

No entanto, a compreensão de que a sociedade materializa sua significação através das palavras: "pixote", "trombadinha" (utilizados para o menino de rua), o faz envergonhar-se e se negar enquanto menino de rua em alguns discursos realizados.

Vale apontar que, apesar de haveremos ressaltado a produção de novos sentidos pelo menino de rua contrapondo-se aos sentidos preexistentes, este é apenas um dos efeitos da produção de novos sentidos. Ao falarem, nem sempre existe uma intenção por parte dos meninos de se contraporem aos sentidos existentes. Seu discurso produz sentidos que movimentam-se nas diferentes regiões significativas produzindo sentidos cuja significação vai além da possibilidade de confronto. Quando se reduz à oposição é que estes trabalham com a noção do confronto.

Nesta perspectiva, os discursos produzidos revelam a produção de conceitos, valores, comportamentos, que vão compondo a identidade deste grupo. Identidade que não se dá "pronta", "acabada" mas em constante movimento.

1.8.2= Nessas vidas, nesses senões, nessa histeria.

"Não gosto de pobreza, favela e sujeira. Gosto de cozinha, de limpeza e queria trabalhar em casa de família. Mas o que eu quero mesmo é viver pelo menos até 25 anos."

S.14 anos- Revista CEAP-1991

Rua, via pública para circulação urbana. Qualquer logradouro público ou lugar que não seja casa de residência, local de trabalho.

Meninos e meninas de rua. Vivendo em bandos, eles se encontram em locais determinados e se organizam. São meninos e meninas de 6 a 17\18 anos. Durante o dia alguns trabalham, outros roubam. A rua é o seu abrigo. Chegando a noite se encontram e, cheirando cola, contam as "aventuras" do dia. Quem foi preso, quem saiu da delegacia, quem resolveu ir embora, quem morreu. A rede de comunicação estabelecida entre eles é fundamental para que possam saber das ações da polícia. A noite vão juntos para as malocas. As meninas se revezam para dormir. Os meninos lutam pelo melhor lugar. Durante a noite são sempre surpreendidos com batidas, na procura de alguém que foi denunciado. O dia chega, eles se dividem e vão batalhar o "pão nosso de cada dia".

Meninos e meninas de rua. Quem são, o que fazem, como vivem, o que pensam, que projetos constroem, que sentidos produzem para sua existência? Vivendo longe de casa, fora da escola, afastados das normas de convivência pré-estabelecidas por esta sociedade, que sentidos produzem ao falar de si, do seu grupo, de seus sonhos, de sua história? Que marcas estabelecem registrando no discurso sua presença, que jogos utilizam para serem o que "devem ser" e ao mesmo tempo se significarem enquanto falam? Que crianças são estas que desde muito cedo constroem-se na rua transformada agora em espaço de lazer, de festa, de aventura, de trabalho, de insegurança, de tortura, de agressão?

Cabe-nos, neste terceiro bloco de análise, compreender os processos de significação dos enunciados que meninos e meninas produzem. Interessa-nos observar os processos que caracterizam o seu modo particular de significar.

Sua fala é marcada pela posição que ocupa e pelas relações que estabelece. A forma como apreende os sentidos e os ressignifica não se dá de forma individual, mas social. Os sentidos se estabelecem num processo de interação entre as diversas formações discursivas. É nessa relação entre o construído, o já dito e o novo a ser produzido, que os sentidos são por eles reproduzidos, transformados e redefinidos.

Em seus discursos, inscrevem-se relações de sentido que apontam a heterogeneidade deste. Seu discurso não é único, completo, uniforme, mas incompleto, múltiplo, contraditório.

Conforme Jacqueline Authier aponta : a heterogeneidade¹
e constitutiva do sujeito e de seu discurso. *

"Comecei a roubar. Eu entro na loja, pego sapato, escondo debaixo do braço, saio, fico olhando pros lados prá vê se não têm ninguém olhando. Saio numa moral, ou senão, ponho debaixo das pernas. Aí saio.(...) eu preciso sobreviver. Eu roubo prá viver, eu roubo mesmo, não é porque quero." (Dep. realizado no II Encontro Nacional)

Um fenômeno bastante presente na observação das falas dos meninos são as denominadas rupturas do discurso, ou seja, no processo de negociação do sujeito com sua fala, este passa a falar com ele mesmo. Ao falar "eu roubo, eu roubo mesmo, este adolescente fala consigo mesmo, sobre o fato de roubar. Este "mesmo" é uma pista que nos mostra um pouco dessa relação. Talvez a contradição entre o que fala, o que vive e o que pensa seja mais forte que a capacidade que a linguagem tenha de absorver

1. Para Jacqueline Authier um discurso é composto pela heterogeneidade constitutiva e heterogeneidade mostrada: " A heterogeneidade constitutiva (J.Authier, idem) diz que "(...) constitutivamente, no sujeito, em seu discurso, há o Outro". É a idéia de que o sujeito da linguagem é determinado pela sua relação com a exterioridade: é um sujeito des-centrado, dividido, essa divisão tendo caráter estrutural ou estruturante. A heterogeneidade mostrada é coisa diferente: as suas formas são aquelas pelas quais se altera a unicidade aparente do fio do discurso, pois elas aí inscrevem o "outro". Essas formas representam "uma negociação com as forças centrífugas, de desagregação, de heterogeneidade constitutiva: elas constroem, no desconhecimento desta, uma representação da enunciação que, por ser ilusória, é uma proteção necessária para que um discurso seja mantido. (J. Authier, 1984). Por elas, o sujeito se apresenta como tendo domínio do que é seu e do que é do outro, no "seu dizer." (Orlandi, 1990:39)

esta tensão. É uma retomada da própria noção de roubo. Ele dá um outro sentido à noção de roubo. Ele se retomou utilizando suas categorias.

Enquanto inúmeras teorias apontam a representação do sujeito em seu discurso de forma intencional, Jacqueline Authier aponta que o discurso é atravessado tanto pela ideologia quanto pelo inconsciente. Em sua fala, ele retoma a palavra do outro (efeito do pré-construído). Segundo ela:

"Les mots sont toujours, inévitablement, "les mots des autres". (...) constitutivement, dans le sujet, dans son discours, il y a de l'Autre". (Authier, 1982:100)

Como já apontamos anteriormente, o sujeito quando se representa em seu discurso nem sempre o faz de forma intencional. Neste caso, o sujeito tem domínio do que está dizendo, mas vem empurrado pela ideologia, pelo inconsciente do qual ele não tem domínio, daí o fenômeno das rupturas. É preciso que ele se resignifique em seu discurso, é preciso que ele retorne e se represente sobre ele para que ele possa dar continuidade a seu discurso. Ao fazer isso, ele vai para razões que desconhecemos, que são menos visíveis para nós.

Foi o que aconteceu com este adolescente. Apesar de utilizar o discurso já instituído sobre roubar, ou seja, como forma de sobrevivência, ele estabeleceu um processo de

negociação com ele mesmo. Ao se debruçar sobre sua fala ele foi para razões por nos desconhecidas. Ele refletiu sobre o roubo.

Da mesma forma, podemos apreender o discurso deste menino:

"Eu faço é robá. Eu faço é robá. Faço é robá. Xoxô, cachanguera, batê carteira, assaltá.(...) Quando os policiais pega a gente , rebenta a gente. Além de batê, eles dá é choque. Viu. Então por isso que a vida tá assim."

Sua fala parece ser interrompida pelo "Viu", mas na verdade foi preciso desta pausa para que ele refletisse e continuasse concluindo: "Então, é por isso que a vida tá assim."

Um outro aspecto bastante presente nos discursos analisados foram as incorporações de outras formações discursivas nos processo de enunciação dos meninos e meninas entrevistados, ou seja, na sua formação discursiva.

Nesta perspectiva, ao falar, o menino recuperou em sua fala elementos do interdiscurso (o já dito) presente em diferentes formações discursivas existentes e os completou, redefiniu, apagou etc. Seu discurso ora é marcado por características mais morais, ora liberais, ora religiosas. E o que veremos a seguir:

"É por isso que eu tô nessa vida. A vida é assim né, nasci prá se malandro, vô morré malandro. Então têm que se assim."

Nessa inscrição discursiva, podemos encontrar elementos que apontam a existência de uma formação com características moral-religiosa onde o destino fundamenta sua vida. Tal discurso, onde o destino rege a vida das pessoas, está incorporado ao senso comum da sociedade brasileira. Des-historicizado ele se incorpora na prática cotidiana do brasileiro constituindo seu imaginário. Retira-se do sujeito a possibilidade de interferência. Possuído pelo discurso de outros, ele se despossui de si mesmo.

A forma como se representa em seu discurso se dá em função de sua "interpelação pela ideologia". Neste sentido, as escolhas que realiza, o que diz e o que não diz torna-se bastante significativo: "Eu sou marginal". Ele assume a fala de outros que falam sobre ele, de outro lugar, de outra posição.

Indagado se sua vida era realmente assim, sem possibilidades, ele afirmou:

"Não é assim não. Se a gente acha um trabalho, um emprego prá gente trabalhá, aí, aí a gente regenera. Não mexe com droga, não mexe com nada."

Posteriormente ele volta a afirmar:

"Quando eu fui pra rua eu tava com sete anos. É tem jeito de eu sai ainda. Se eu arrumá um emprego bom. Arrumá uma chacara, eu sai da rua."

De forma "contraditória", seu discurso constitutivamente heterogêneo passa a circular no domínio do burguês, o trabalho como princípio constituidor da cidadania. O trabalho converte, o trabalho regenera. O trabalho constitui-se como critério para se separar os homens em bons e maus. Na verdade, se está daquela forma em função da falta de trabalho. Ouvem-se aqui os ecos de sentidos de um discurso que prega o trabalho, como fonte de dignidade, de felicidade.¹

Em outra entrevista um adolescente colocou:

"Eu queria prá mudá minha vida tia era um serviço né, um serviço ia me ajudar muito. Aí eu vou pará disso. ue eu queria arruma mesmo era um serviço e os meus documentos. Só isso. Aí eu nunca mais ia prá rua."

Este adolescente com 16 anos percebe-se como sujeito em uma sociedade cuja participação ativa, no mercado de trabalho, se dá pela aceitação do poder jurídico. O reconhecimento da importância de estar devidamente documentado o faz reconhecer-se como sujeito de direitos. O documento para estes meninos significa possibilidade de emprego, de ser reconhecido como

1. Tomaremos aqui o questionamento realizado por Jacques Soubeyroux em seu trabalho: "El discurso de la ilustración sobre la pobreza: una análise sobre o discurso da pobreza em Madri no século XVIII.p.130 "? Cómo diferenciar al parado del holgazán ? y ? qué valor atribuir ao critério do trabalho en una sociedad de estructuras económicas arcaicas, incapaz de dar ocupación a una mano de obra cada día más numerosa?"

cidadão. Na rua o documento lhe estabelece uma posição de igualdade com o restante da sociedade. É ele que impede a sua prisão ao ser abordado na rua.

Retomando a entrevista do adolescente anterior, ele continua trazendo novamente outros elementos que vão compondo sua fala, materializando nesta os efeitos de sentido incorporados. Marcada pelo interdiscurso (memória do dizer), sua fala reflete relações de força e de sentidos produzidas em meio a embates na luta ideológica.

"Que eu nasci prá morrer e vô morrer assim. Por isso que eu tô nessa vida . Levei 17 facadas ,tô aí nessa vida né. Ou matá ou morrer. Quando a gente tá drogado a gente não liga prá nada. Só matá ou morrer. Então é por isso. A vida dos menor é assim. Quando os policial pega os menor deitado eles qué judiá. Os menor é tudo revoltado. Os menor tão tudo em petição de arrumá um revolver prá quando trocá tiro com os policial, matá tudo e morrer os menor tudo. Os menor tá tudo revoltado por causa disso. (...) Os menor nae tá nem aí, nem aí de merre. Pra eles mata eu merre, não tá nem aí. E por isso. "

Trazendo novamente elementos que apontam para a vida como fruto do destino: "Que eu nasci assim, vo morre assim". Ele rompe e passa a admitir a existência de uma luta, do confronto: "Ou matar ou morrer". A sua leitura de realidade permite que ele se depare com a falta de perspectivas, com a falta de chance. "E

matar ou morrer". Estas são as suas possibilidades. Emerge assim um discurso que admite a vida não apenas como dádiva do destino, mas como processo de luta. Eles precisam lutar se querem permanecer vivos. Na verdade, a luta aqui significa exatamente uma guerra, a mesma guerra apontada pelos exterminadores na análise anterior. Só que agora a guerra é vista pelo adversário.

Podemos apreender, neste sentido, como a formação discursiva burguesa encontra-se presente na fala, no imaginário destes meninos. Seus sentidos espalharam-se por nossa sociedade significando o brasileiro. A luta, a competição são princípios norteadores. A morte é apenas uma consequência.

E neste jogo entre diferentes formações discursivas, ora com característica mais religiosa, ora mais moral, ora mais burguesa, ora mais jurídica, com suas relações constitutivamente contraditórias, heterogêneas, que os sentidos vão-se constituindo.

Ele continua sendo retomado em sua fala. Volta-se sobre ela. As rupturas ajudam a suportar, ou a escapar da tensão do que sente, do que fala: "Só matá, ou morré. Então é por isso. A vida dos menor é assim." Ele continua falando. Falando com ele mesmo. Significando-se sobre o que fala. Seu discurso é atravessado por palavras que ele nem sabe onde nascem (seu inconsciente), pelas formações ideológicas dos grupos com os quais convive.

"Na delegacia a lei é do mais forte, quem mata, mata. Quem não mata morreu. E por isso. Morreu um companheiro meu, o finado Cleber. Morreu por causa disso, a lei do mais forte. Lá quando cê tá quase morrendo, cê grita o plantão: O plantão, ô plantão. O plantão não tá nem aí. Tá assistindo televisão lá. Não tá nem aí."

Vivendo na "lei do mais forte", é assim que ele se significa e o significado enquanto menino de rua. A violência é incorporada a sua existência, para sobreviver é preciso a utilização da violência. A "lei do mais forte", a "lei do cão", são leis que também regem esta sociedade, porém são apagadas juridicamente, por um "juridismo formal", onde as pessoas são iguais, e onde os direitos são concedidos a todos. No entanto, na realidade, os sentidos produzidos pelo "juridismo de senso-comum" acabam por construir um imaginário da "prática da violência". A violência torna-se parte, elemento constitutivo de nossa consciência, de nosso inconsciente. As atitudes violentas são respaldadas por argumentos morais. O "juridismo formal" é apagado na prática pelo "juridismo de senso-comum" que é o que convive na prática com a violência.

Tais relações são incorporadas em sua formação discursiva:

"E mata ou morre. A lei do cão. Quem mata matô, quem não mata, morreu".

No seu cotidiano, ele sofre, brinca, se faz de bandido e herói. No seu infortúnio ele se percebe, lê o mundo, e descobre:

"Eles tem raiva de nós. Não sei porque eles têm raiva de nós. Sabe por que? Nós ganha dinheiro prá carai. Eles não ganha dinheiro, entendeu? Eles têm raiva de nós."

A dúvida é seguida pela certeza. Enquanto pergunta ele reflete sobre a causa. O dinheiro, um outro valor é trazido à tona.

Menina de rua. Vagabunda prá uns, coitada prá outros. Que efeitos de sentido produz ao falar? Afinal de contas ela não é só falada, mas também fala. Fala de um outro lugar, de uma posição onde nem sempre é ouvida. Sua fala é construída cotidianamente, sentidos são redefinidos, sua identidade é construída.

"Eu tinha dez anos quando eu comecei ir prá rua. Não. Aí comecei a chera cola e tudo. Mas isso eu acho que é mais da família, da sociedade. A sociedade discrimina muito a gente, o adolescente e o menor de rua. Por isso que a gente nunca sai da rua. É também..."

Ao se colocar se apropria dos discursos disponíveis. O discurso que lhe dá legitimidade. "A sociedade discrimina. Por isso que a gente nunca sai da rua". O discurso crítico é

utilizado. A posição que agora ocupa, falando de sua vida, de sua história possibilita que procure razões legítimas para a vida que leva. Porém, todo discurso é espaço por excelência de contradições. Mais tarde quando indagada sobre sua vida respondeu:

" Eu sou responsável por tá na rua e muita gente é responsável por isso. Eu não culpo só as pessoas, mas culpo a mim também. Porque se eu não quizesse tá na rua, se eu lutasse, eu não tava na rua, se eu lutasse eu não tava na rua. Eu teria um lar prá mim. Muitas veis também a gente luta e não têm esse lar. Mais eu também, foi mais senvergonhice da minha parte."

A responsabilidade é assumida por uma vida "marginal". O discurso liberal com características moralistas vai compondo a formação discursiva de um grupo cuja posição social não lhes permite serem reconhecidos como "cidadãos" de fato.

Como já observamos, com a emergência do "sujeito de direitos" a partir do século XVIII, diretamente vinculado à emergência do Estado, surge o sujeito responsável, ao qual foi atribuído direitos e deveres. Constrói-se a idéia de que todo sujeito é "livre" na realização de suas escolhas. O resultado é ambíguo, o sujeito é o centro e a fonte de sua vida, de sua história. A responsabilidade sobre suas ações é internalizada, mascarando-se a compreensão das relações sociais, contraditórias e injustas, intrínsecas ao capitalismo.

O sujeito passa a ser responsável por suas atitudes, centrando suas escolhas de acordo com sua motivação, com sua vontade. Constrói-se a " autonomia" do sujeito.

"Vernant e Vidal-Naquet (1977) estabelecem, em seu trabalho a ligação entre os fatores vontade e responsabilidade, mostrando que as duas noções estão intimamente relacionadas: 'A categoria da vontade, no homem de hoje, não supõe apenas uma orientação da pessoa em direção da ação, uma valorização do agir e da realização prática, sob suas diversas formas, mas, muito mais, uma preeminência que, na ação, se atribui ao agente, ao sujeito humano posto como origem causa produtora de todos os atos que dele emanam. O agente apreende-se a si mesmo, nas suas relações com outrem e com a natureza, como um centro de decisão, como detentor de um poder (...) Desde que um indivíduo se empenha numa opção, que se decide, ele se constitui a si próprio como agente, isto é, como sujeito responsável e autônomo que se manifesta em atos e por atos que lhe são imputados.'"(Lagazzi,1988:20)

As consequências deste fato são atestados no discurso desta menina. A idéia de responsabilidade é fundamentada em um formalismo jurídico onde todo homem é livre para a realização de suas escolhas. Ao assumir a responsabilidade, passa a legitimar um poder exterior a ela. Submetendo-se aos efeitos de sentido de discursos como estes, passa a acreditar que tudo é uma questão de força de vontade, ignorando as relações de poder existentes em uma sociedade cujo modo de produção é o capitalismo.

Mas os sentidos não se encontram cristalizados, seus efeitos movimentam-se apagando, redefinido, transformando elementos antes incorporados. Inscritos em uma determinada posição social considerada como marginal, estes meninos continuam produzindo novos sentidos no interior de sua formação discursiva. Viesto que o objeto de seu discurso não está dado, este é construído diariamente num processo contínuo de reelaboração.

Como afirmamos anteriormente, os sentidos não são únicos, completos, definidos, eles se constituem a cada momento de forma incompleta e fragmentária. Uma mesma palavra, expressão ou proposição podem apresentar sentidos diferentes em formações discursivas diferentes. Sua variação tem relação com sua história, com os contextos de sua utilização.

"Nosso dia é um dia apertado. Um dia de aventura, um dia cheio. De manhã quando a gente levanta, a gente não tem nada prá tomá café. Dorme na rua, na chuva, no frio. A gente levanta vai robá prá tomá café, prá podê também arruma droga, prá gente na hora do almoço a gente almoçá e mais coisa. Se vesti. E a gente pretende té um mundo melhor também. Não é só ficá na rua."

"Dia apertado". "Muitas coisas a fazer". "Um dia de aventura". O roubo não é considerado como "crime", como "infracção", mas como forma de sobrevivência, como trabalho. E no confronto diário com a luta pela sobrevivência que os

significados são construídos.

"Os sentidos não nascem ab nihilo. São criados. São construídos em confronto com as relações que são sócio-históricamente fundadas e permeadas pelas relações de poder com seus jogos imaginários." (Orlandi, 1988:103)

No entanto, apesar de apontar o roubo como um elemento normal, corriqueiro em sua vida, ela sabe dos riscos que corre ao falar sobre isso. Espaço de múltiplas "contradições", "fragmentado", "heterogêneo", seu discurso se rompe para que possa fazer uma ponte entre o que falou e entre o que deve ser dito. Ela fala da rua, de sua vida, mas se volta e completa: "E a gente pretende ter um mundo melhor também. Não é só ficar na rua". Espaço de negociação, ela continua: "E a gente pretende...". Novamente as "rupturas" permitem que reflita sobre o que fala. Era necessário que fizesse esse retorno para que pudesse continuar. Fala para si mesma e para seu interlocutor. E assim que ela se divide. Nesse momento ela inscreve um outro dentro de seu discurso: "Não é só ficar na rua."

Os sentidos não se circunscrevem a uma determinada formação discursiva, eles se movimentam, circulam. Assim podemos perceber nesta fala o jogo enunciativo com as palavras "liberdade" e "aventura."

"A liberdade na rua? A gente não tem liberdade na rua. Nós somos inseguro demais. Nós estamos na rua, ali pensando que tá

livre, daqui a pouco chega a polícia, pega a gente. Já não é liberdade. Fica com medo. A gente anda sempre com medo. A vida da gente, a liberdade nossa é aventura. Isso que é nossa vida na rua."

A liberdade enquanto possibilidade de cada um agir segundo sua determinação não é liberdade. Liberdade para ela também não é o contrário de estar preso, é outra coisa, é um outro significado. Produz-se um outro sentido para liberdade.

"Aventura é robá, é a gente dá tiro, é a gente corre da polícia. Isso que é aventura prá gente. Isso já faz parte do nosso dia a dia. Já estamos acostumados."

Se a proposta da análise do discurso aqui apresentada fosse a interpretação do conteúdo poderíamos afirmar que: Se para esta garota a liberdade é aventura, e aventura é roubar, é dar tiro, é correr da polícia, então estes meninos são verdadeiramente "vagabundos", "marginais", etc. No entanto, na realidade ela propõe um novo sentido para liberdade, que não se contenta em estar livre na rua, mas também não é viver inseguro. Este sentido que não se prende ao estar preso movimenta-se produzindo um novo processo de significação.

Representando-se como "bandidos ou mocinhos" encenam suas próprias vidas. O cenário: a rua. Os atores: meninos e meninas que vivem ou trabalham na rua. Neste contexto, roubar, dar tiro,

correr da polícia e vida, e sabor de aventura.

Pergunto-me se este discurso não traz à tona um discurso de quem ainda não cresceu, se a vida de miséria, de sofrimento ainda não apagou a possibilidade de sonhar, de imaginar, de brincar. Misturado, seu discurso fala de meninos que brincam com a morte. Como em desenhos animados, ou em revistas de quadrinhos sua vida é cheia de emoção. Assim um discurso com característica liberal-religiosa-crítica mistura-se a um discurso lúdico.

Indagada sobre a felicidade responde:

"O que eu precisava pra ser feliz? Ter alguém que me compreendesse, um trabalho, um estudo, mudá de vida, sai da rua, não usá droga, estudá e tudo. Arrumá um trabalho. Eu mudo de vida e vô tê uma família. Arrumo uma pessoa legal pra ficá comigo. Ai é uma felicidade pra mim."

Eis aqui uma formação discursiva cujos efeitos de sentidos apreendidos inscrevem-se em uma formação tipicamente liberal. "Seus" sonhos são valores de um ideário burguês: Casar, ter filhos, estudar, trabalhar. O que lhe falta não é dito em suas palavras, mas é preenchido pelo discurso burguês.

Podemos observar neste enunciado noções presentes no senso-comum, inúteis de refutar. Colocados como universais, são valores que concedem ao indivíduo o estatuto de cidadão. Institucionalizados, os sentidos aí produzidos passam a reger a

vida cotidiana.

Sobre seus sonhos:

"Pretendo estudar pra Pedagogia e ter um lar pra mim; casa e ser feliz. Ter filhos, ser alguém. Pretendo investir em mim mesmo. Ser alguém amanhã ou depois, para poder olhar meu passado e eu mesma discriminá meu passado. Eu nunca deveria ter feito isso."

Os valores, comportamentos burgueses continuam inscritos em sua fala. A existência de uma outra variável interessante presente nesta enunciação: "Vou investir em mim", nos permite caracterizar ainda alguns elementos em sua formação discursiva. A idéia do investimento é fruto de uma sociedade capitalista onde, ao investimento, se tem a idéia de retorno. Novamente uma formação discursiva burguesa é incorporada a sua.

No entanto, não podemos esquecer que a linguagem, o discurso é lugar por excelência da contradição, de equívocos. Esses meninos não são apenas falados por esses discursos que os toma, mas também falam.

Observemos o que se coloca sobre o grupo:

"Ah. O grupo. É, o grupo é assim. A gente tem um entre os amigos. Só que a gente não confia muito um no outro né. Entre os amigos nós marcamos um esquema. Vai numa loja e tal. Olha se têm

papa, se têm muita batata, prá de noite a gente assaltá. Gente assalta divide o dinheiro. Muitas veis de um lado, de outro. Aí fica com o dinheiro. Isso que é nosso grupo. Dormimos juntos, fazemos xanga juntos, apanhamos juntos. Isso que é o grupo nosso."

O grupo aqui apresenta um sentido que não se esgota com a idéia de estratégia de sobrevivência. O grupo nos apresenta como uma proposta de organização social, ou seja, uma organização que não se basta na estrutura hierárquica, fechada da família, mas aberta, de companheirismo, de cumplicidade. Relacionando-se em grupos ,em espaços mais abertos ,com maiores possibilidades de construção de sua identidade.

Um outro menino coloca sobre o estar na rua:

"A rua é boa porque é o seguinte. Cê têm amigo. Cê têm ... Muitas veis se encontra um parente seu na rua. Muitas veis cê anda, diverte. Agora em casa, a gente fica em casa. A gente vai lá na esquina, vai na outra encontra um coleguinha, ali, ali... não têm muito espaço pro cê andá. Agora na rua não. Na rua, anda, anda, anda, conversa com muita gente. Nó mais conhece gente demais. (...) Ali no Dergo todo mundo nós conhece. Todo mundo. Aquele cara do posto, cara do pitidog, aquele da banquinha de laranja, aquele do outro posto assim, aquele lá da rodoviária do lado de lá. Conhece todo mundo ali do Dergo."

Me pergunto que sentidos podemos apreender? A organização familiar da forma como se apresenta impede a convivência com grupos. Tratado como um ser imaturo ele não deve estabelecer contatos com adultos. Em casa, o espaço é pequeno, na rua se anda, anda, anda. Em suas falas que sentidos estão produzindo, que normas estão elaborando? É preciso que estejamos prontos para ouvir o novo, o recém-construído, somente assim poderemos ouvir o que nos têm a dizer. Um dizer construído no confronto diário entre a vida e a morte.

A morte também traz novas construções:

"A morte é muito feia. A morte é uma coisa que parece que você dorme. A morte, a morte é, a morte é assim... O seu corpo, o seu corpo morre, mas o espírito não morre, o espírito fica vivo. Então você já fez muita bagunça aqui na terra. Faz trem, trem, ttrem. Já matô os outro, já fez muitas coisa. Já cortô o pescoço dos outros. Igual nós, nós robá, então é o seguinte: Nós morre. Ali ó, nós fica ali dentro do caixão com a mão cruzada. Mas é o seguinte, a alma, a alma não fica com a mão cruzada não. A alma fica zumbetando no meio da rua, fica atentando as outra alma, pondo na cabecinha dos outro. Ai, vai cherá cola. Isso, isso, isso."

Neste discurso encontramos os efeitos de sentido de um discurso religioso onde quem não transitou pelas normas e comportamentos pré-estabelecidos é punido. Sua alma não descansa, mas fica vagando. Também presentes no senso-comum, viabilizados

pelo discurso moral-religioso estes sentidos acabam por significar estes meninos.

O senso-comum, enquanto conjunto de opiniões e crenças de um determinado grupo, passa a ser fundamental no processo de manutenção da ordem desta sociedade.

"Ele carrega, implícita, a idéia de normalidade, de horizonte regulador, pois, não são quaisquer opiniões e crenças que são admitidas numa época e num meio dado, e sim as formas históricas que ratificam o poder, tendo, conseqüentemente o seu respaldo."(Orlandi,1990:)

Finalizando, pudemos observar que os discursos analisados apresentam modalizações moral-religiosa, moral-burguesa. Na primeira modalização a sua vida é vista como realização do destino, o destino fundamenta suas vidas. Significam-se como malandros e vão morrer malandros, pois a vida é assim.

Incorporados ao senso-comum, discursos dessa natureza retiram do sujeito a possibilidade de mudança. Assumindo as falas e outros se des-historiciza e incorpora tais valores. Vale ressaltar que os efeitos de sentido de tais discursos são fundamentais no processo de manutenção da ordem vigente desta sociedade.

Constituído heterogeneamente, seu discurso apresenta ainda características de uma formação discursiva mais burguesa. Tal

formação discursiva encontra-se bastante presente nas falas desse menino. Suas falas são atravessadas pela ideologia retratando valores como casamento, estudo, trabalho, valores considerados como próprios de uma sociedade burguesa.

Ignorando as relações de força e poder existentes nesta sociedade, estes meninos passam em vários momentos a responsabilizar-se por suas atitudes, pois tudo seria uma questão de boa vontade. Discursos burgueses que pregam o trabalho, a honestidade, a responsabilidade são de tal forma presentes no senso comum em nossa sociedade que impedem um outro entendimento da questão. Por não considerar o caráter ideológico por que tais discursos são atravessados, os meninos acreditam na evidência de tais sentidos, sentindo-se culpados e responsáveis.

Sua identidade é assim construída. A culpa, a vergonha, a indignação de serem da forma como são lhes induzem a caminhos diferenciados, ou acomodando-se, ou resistindo violentamente a esta situação. E a violência como forma de confronto, de resistência situada anteriormente. Revoltados, voltam-se cada vez mais à marginalidade, encaminhando-se para um confronto organizado. Organizam-se as gangs, escolhem-se os líderes, planejam-se as ações e o confronto está estabelecido.

CONCLUSÃO

Refletir sobre a história de crianças e adolescentes, concebendo a materialidade histórica da linguagem, implica na apreensão dos sentidos que lhes significaram dando a eles uma determinada forma, um determinado conteúdo, necessário para determinada sociedade. Neste sentido, durante o trabalho consideramos que o processo de construção da identidade da criança e do adolescente brasileiro marginalizado não encontra-se no aqui e agora, mas é decorrente de efeitos de sentido de uma história já construída.

No processo de construção de um país chamado Brasil, crianças foram assim significados: crianças pobres e negras reconhecidas em seu potencial produtivo eram logo cedo encaminhadas ao mundo do trabalho industrial. Crianças brancas e ricas, reconhecidas em suas particularidades eram preparadas com desvelo para uma futura participação no mundo adulto do trabalho.

Diferentes concepções de infância e adolescência foram assim produzidas: uma concepção burguesa de infância, período de adaptabilidade, espontaneidade e uma concepção para a criança da classe trabalhadora, período de ajuda na sobrevivência dos seus. Concepções assim delineadas, des-historicizadas, são incorporadas ao cotidiano da sociedade brasileira constituindo o seu imaginário coletivo.

Na verdade, este imaginário pelo qual crianças e adolescentes são significados construiu-se no processo de interação e de diálogo entre os diversos grupos sociais presentes na sociedade brasileira. Produzido num processo de interação, em meio a relações de força e poder, alguns sentidos foram reificados e cristalizados. Foram as relações de força e posição que os sujeitos ocuparam no processo interlocutivo que implicaram na determinação de sentidos dominantes. Determinados historicamente, os sentidos materializaram as relações contraditórias entre os grupos.

O processo de cristalização\reificação de alguns sentidos em detrimento de outros foi considerado como fundamental no processo de hegemonia exercido pelos grupos dominantes. A reificação de sentidos ditos dominantes possibilitam o silenciamento de outros. A contenção dos sentidos produziu muitas vezes o silêncio de crianças e adolescentes não permitindo a este que ocupasse posição no processo discursivo.

Crianças e adolescentes, significados como adultos, têm participado de uma história de exploração, história de seu grupo social. Colocado à margem de sua "verdadeira" história eles são significados como marginais, pixotes e trombadinhas. É o discurso do marginal que determina o lugar dos meninos e meninas de rua, impossibilitando que sejam reconhecidos em sua historicidade.

Os efeitos de sentido destes processos de significação determinou práticas de extrema violência para com crianças e adolescentes pobres. Significado por discursos, frutos de um imaginário coletivo que concebe a morte como consequência natural para aqueles que optaram pelo caminho da marginalidade, estes foram silenciados e exterminados no decorrer de sua história.

No entanto, os sentidos, por se constituírem historicamente não são considerados como imutáveis, mas encontram-se num processo constante de transformação. O jogo discursivo na linguagem é marcado pela tensão entre o "já dito" (memória discursiva-presente no imaginário coletivo) e o "novo a construir". E a linguagem considerada em sua dimensão plástica e múltipla que nos possibilita sair do "já lá", dos sentidos ditos "literais" e "verdadeiros" em busca de sentidos que possibilitem a construção de um imaginário que conceba também as crianças e adolescentes presentes na rua como seres em desenvolvimento. Crianças consideradas em suas particularidades, em seus sonhos e desejos de criança.

Neste trabalho, os discursos analisados materializaram a existência do exercício da violência como elemento presente na sociedade brasileira, regulador das normas sociais. As formações discursivas com forte modalização moral-burguesa, moral-religiosa, denotando uma concepção positivista de sociedade materializaram o quanto a sociedade brasileira é significada pelo discurso do valor, pelo discurso da moral.

A moralidade, ao compor a formação imaginária e discursiva do brasileiro, possibilita que medidas coercitivas\repressivas sejam utilizadas caso os comportamentos e padrões morais sejam desrespeitados. Funcionando de forma implícita como "juridismo de senso comum", a moralidade rege o cotidiano do brasileiro de forma a não permitir a este a instituição do novo, o reconhecimento de um outro valor, de uma outra moral. O transgressor das normas consideradas legítimas deve ser punido ou eliminado. A construção deste sujeito universal com valores e comportamentos sedimentados é necessária à manutenção da ordem. Desta forma cristaliza-se o velho produzindo o apagamento do novo.

Os ecos de um discurso liberal-burguês incorporados nas formações discursivas materializaram-se no reconhecimento de valores como: responsabilidade, trabalho, casamento, estudo etc. O discurso liberal com características moralistas compõe a formação ideológica e discursiva de um grupo historicamente impedido de exercer sua cidadania.

Por outro lado, pudemos perceber que adolescentes significados pelo discurso liberal-moralista dos exterminadores, não se calaram, mas resistiram ao lugar que lhes foi determinado. Não se colocaram passivos para sentidos que apontavam para sua morte. Resistiram movimentando os sentidos "já ditos" construindo uma outra significação para sua história. A relação de resistência do sujeito em relação ao discurso do

"outro" que procura lhe significar e determinar sua posição, se faz na retomada do processo discursivo, deslocando os sentidos dominantes presentes no imaginário brasileiro.

Acreditamos que a construção de um novo sentido para crianças e adolescência é também nossa responsabilidade. A construção de um novo imaginário significa compreendê-los como frutos de um processo de marginalização da classe trabalhadora. Significa a possibilidade da construção de uma nova história, história de esperança, de sonho, de ousadia.

No entanto, ressaltamos que são as significações produzidas num processo dialógico\interacional, negociadas passo a passo, que construirão um novo interdiscurso (memória do dizer) fundamental na constituição de nosso imaginário. Imaginário que conceba crianças e adolescentes de ambos os grupos sociais como "sujeito de direitos", onde numa sociedade como a brasileira estes não são dados, mas são produtos de luta e confronto da classe trabalhadora.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Sergio (1991) A experiência precoce da punição In: O massacre dos inocentes: A criança sem infância no Brasil São Paulo: Editora Hucitec.
- ARIES, Philippe. (1979) Trad. Dora Flaksman. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro, Guanabara.
- ARROYO, Miguel (1987) Educação e exclusão da cidadania. In: Educação e cidadania: quem educa o cidadão? São Paulo: Cortez: Autores Associados.
- AUTHIER, J. (1987) Les Formes du discours rapporté. Remarques syntaxiques et sémantiques à partir des raiements proposés, in DRLVA, Université de Paris-VIII, n.17.
- ___. (1984) Hétérogénéité(s) énonciative(s), in Langages, n.73.
- ___. (1990) Heterogeneidade(s) Enunciativas(s) In: Cadernos de Estudos de Linguísticas, Campinas, (19), jul/dez.-
- AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. In: DRLAV, 26, 1982.
- AZEVEDO, Maria Amélia & GUERRA, Viviane, Nogueira de Azevedo (1988), Pele de asno não é só história: um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família, São Paulo: Roca.
- ___. (orgs.) (1989) Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder-violência física e sexual contra crianças e adolescentes, São Paulo, Editota Iglu.
- BARROS, Jorge (1991) Uma bandeira para o sindicalismo IN: Criança e Adolescente: Trabalho e Sindicalismo. Revista CEAP. Rio de Janeiro, n.2, out.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco (1986) Dicionário de política Brasília, Editora da Universidade de Brasília.

CAMPOS, Angéla D. de Sousa. (1986) O Menor Institucionalizado: Um Desafio para a Sociedade. Rio de Janeiro, Vozes.

CARVALHO, Maria Avelina de. (1989) Tó Viva. Histórias dos Meninos de Rua. Goiânia, Cegraf/UFG.

CASTORIADIS, Cornelius. A Instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

CHAUI, Marilena. (1980) A não-violência do brasileiro, um mito interessantíssimo. Exposição no simpósio Educação e Sociedade Violenta durante a I Conferência Brasileira de Educação-São Paulo.

CENTRO DE ARTICULAÇÃO DE POPULAÇÕES MARGINALIZADAS-CEAP- (1991) Criança e Adolescente: Trabalho e Sindicalismo. Revista CEAP. Rio de Janeiro, n.2, out.

CHARLOT, Bernard. (1986) Trad. Ruth Rissin Josef. A Mistificação Pedagógica. Realidades Sociais e Processos Ideológicos na Teoria da Educação. Rio de Janeiro, Graal.

CODIGO DE MENORES (1980) São Paulo: Editora Saraiva

COSTA, Jurandir Freire (1989) Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro: Edições Graal.

CHIAVENATO, Júli J. (1980) O Negro no Brasil-da senzala à Guerra do Paraguai. São Paulo: Editora Brasiliense.

DONZELOT, Jacques. (1986) Trad. M.T. da Costa Albuquerque. A Polícia das Famílias. Rio de Janeiro, Graal.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (1990) São Paulo: Editora Fisco e Contribuinte.

FOUCAULT, Michel, (1987) Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petropolis, Vozes.

- GOFFMAN, Erving, (1988) Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, Rio de Janeiro, Editora Guanabara S.A.
- GUIRRADO, M. (1980) A Criança e a FEBEM. São Paulo, Perspectiva.
- KOSMINSKY, Ethel V. (1991) Internados-os filhos do Estado padrasto. In: O massacre dos inocentes. São Paulo: Hucitec.
- HENRY, Paul. (1990) Os fundamentos teóricos da "análise automática do discurso" de Michel Pêcheux (1969) In: Por uma análise de discurso: Uma introdução a obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP.
- LAGAZZI, Susy (1988), O desafio de dizer não Campinas, SP: Pontes.
- LEAL, Maria L. D. (1990) "Molecada de Rua Bota a Boca No Trombone" (Manchete de Jornal) - Um Estudo De Análise De Discurso Sobre As Notícias De Jornal Referente Ao II Encontro De Meninos E Meninas De Rua Do Brasil." Brasília, xerox.
- LUPPI, Carlos Alberto. (1981) O Massacre do Menor no Brasil. São Paulo, Debate.
- MAFFESOLI, Michel, (1987), Dinâmica da violência. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, Edições Vértice.
- MAINGUENEAU, Dominique. (1989) Novas tendências em análise de discurso. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- MARTINS, Jose de Souza (1991), (org.) O Massacre dos Inocentes - A criança sem infância no Brasil. São Paulo, Hucitec.
- MOTT, Maria Lúcia de Barros. A criança escrava na literatura de viagens. Cadernos de Pesquisa. n.12. São Paulo, Fundação Carlos Chagas.

MOURA, Esmeralda Blanco B. de (1991) Infância operária e acidente do trabalho em São Paulo. In: História da criança no Brasil. São Paulo: Contexto.

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA, INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS & NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLENCIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (1991). Vidas em risco: assassinato de crianças e adolescentes no Brasil. Rio de Janeiro.

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA (1990). Cidadão criança Cidadão Adolescente: Contribuições para definição de uma política para infância e juventude no Brasil. Brasília. mimeog.

___. (1990) Realidade de crianças e adolescentes no Brasil. Brasília. mimeog.

___. (1991) Teses e propostas: IV Assembleia Nacional do Movimento-Gestão 90\92. Brasília; SIC, Serviço Integrado de Comunicação-LTDA.

___. (1988) Teses e Propostas: Edição Preliminar- III Assembleia Nacional. Brasília, xerox.

___. (1989-1990) Análise de seu impacto na sociedade. Brasília, xerox.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. (1987) Sujeito e Cotidiano. Um Estudo da Dimensão Psicológica do Social. Rio de Janeiro, Campus.

ORLANDI, Eni Pulcinelli, (1987), A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. Campinas, SP: Pontes.

___. (1988), Discurso e leitura. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade.

___. (1981), O Sentido Dominante: a Literalidade como Produto da História. Versão publicada nos Anais do Encontro Nacional de Linguística. PUC-RJ, 1981

___. (1984), Segmentar ou recortar. In: Linguística: questões e

controversias. Serie Estudos, n.10, Uberaba, Curso de Letras do Centro de Ciencias e Letras das Facs.Integradas de Uberaba, pp.9-26.

___(1990) Terra à vista: discurso do confronto:velho e novo mundo, São Paulo: Cortez; Campinas, SP, Editora da Universidade Estadual de Campinas.

___(1990) Um sentido positivo para o cidadão brasileiro, Campinas, Departamento de Linguística, UNICAMP.

___(1993)(org) Discurso fundador, Campinas. SP: Pontes.

ORLANDI, E. & GUIMARÃES, E. (1988) Unidade e dispersão: uma questão de texto e do sujeito. In: Cadernos PUC-31. São Paulo, EDUC.

PAULA, Paulo Afonso Garrido de, (1989) Menores, direito e justiça: Apontamentos para um novo Direito das crianças e adolescentes, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais.

PINO, Angel. (1987) Direitos e Realidade Social da Criança no Brasil. A Propósito do "Estatuto da Criança e do Adolescente". Educação & Sociedade, Campinas, SP, 36, agost.

PECHEUX, Michel, (1988), Semântica e Discurso: uma Crítica à Afirmação do Obvio, Campinas: Editora da UNICAMP.

___(1991) Delimitações, Inversões, Deslocamentos. In: Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, IEL.

___(1990) O Discurso: Estrutura ou Acontecimento, Campinas, SP: Pontes.

PRIORE, Mary del, (1991), (org.) História da Criança no Brasil. São Paulo, Editora Contexto.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. (1989) A síndrome do pequeno poder. In: Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Editora Iglu.

SEMINARIO INTERNO DA SECRETARIO DO MENOR(1988) Sao Paulo
Secretário do Menor.

SERRANI, Silvana, M. (1991) A Paráfrase como ressonância
Interdiscursiva na Construção do Imaginário da Língua.
Tese de Doutorado. IEL-Unicamp.

___ (1993) A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da
repetição na discursividade. Campinas, SP: Editora da
UNICAMP.

SOUBEYROUX, Jacques (1982) El discurso de la ilustracion
sobre la pobreza: Análises de una formación discursiva-
xerox.

VIOLANTE, Maria Lúcia V. (1985) O Dilema do Decente Malandro.
A questão da Identidade do Menor-FEBEM- São Paulo.
Cortez.